

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA DE  
SANTA VITÓRIA DO PALMAR-RS: RELAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS DE  
HABITAÇÃO E A PRODUÇÃO DA CIDADE

LENIZE RODRIGUES FERREIRA

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

PORTO ALEGRE, JULHO DE 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA DE  
SANTA VITÓRIA DO PALMAR-RS: RELAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS DE  
HABITAÇÃO E A PRODUÇÃO DA CIDADE

LENIZE RODRIGUES FERREIRA

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES

Banca examinadora:

Prof. Dr. César Augusto Ávila Martins (PPG em Geografia/FURG)

Prof. Dr. Oscar Sobarzo Miño (PPG em Geografia/UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura (PPG em Geografia/UFRGS)

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Geografia como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Mestre em Geografia.

PORTO ALEGRE, JULHO DE 2009.

Ferreira, Lenize Rodrigues

Transformações na paisagem urbana de Santa Vitória do Palmar – RS: relações sociais, políticas de habitação e a produção da cidade / Lenize Rodrigues Ferreira. – Porto Alegre : IGEO/UFRGS, 2009.

167 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, RS - BR, 2009.

Orientação: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

1. Cidade-campo. 2. Cidades pequenas. 3. Paisagem urbana. 4. Santa Vitória do Palmar-RS. 5. Políticas habitacionais. I. Título.

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS  
Luciane Scoto da Silva CRB 10/1833

## **AGRADECIMENTOS**

Muitos contribuíram para que esta pesquisa fosse concretizada.

Agradeço primeiramente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, universidade pública e gratuita.

Ao Programa de Pós Graduação em Geografia, através de seus professores e funcionários.

À Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior-Capes pela bolsa de auxílio à pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares, pela dedicação e orientação durante essa caminhada.

Ao Elton, pelo companheirismo e pela paciência nos últimos meses.

À minha família, pelo carinho e confiança, especialmente à minha mãe que sempre me apoiou.

Aos meus colegas do mestrado pelas conversas e discussões que contribuíram nessa construção, entre eles: Carla, Circe, Adriano, Zeca Mineiro e William.

À Nola e a Hildete, mais que colegas do mestrado, minhas amigas de todas as horas.

Aos funcionários do Setor de Planejamento e da Ação Social da Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar, pela disponibilidade e ajuda dispensada.

Ao Prof. Homero Rodrigues, pela disposição e colaboração para a construção dessa pesquisa.

A todos aqueles que de uma forma ou outra colaboraram para que esse caminho fosse trilhado; muito obrigado!

## RESUMO

Com o advento da modernização e tecnificação da agricultura, as cidades locais especializam-se para atender a determinados tipos de produção que se encontram desenvolvidas no seu entorno rural. Esses fatores podem ser observados no município de Santa Vitória do Palmar, situado no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul. A urbanização afeta tanto a cidade como o campo, e induz mudanças análogas; o que nos leva a questionar de que maneira, através e a partir da paisagem urbana, pode ser percebido o movimento inerente ao processo de (re) produção espacial e seu conteúdo. Esta pesquisa apresenta uma discussão sobre as relações sociais que consolidam a estrutura atual da cidade de Santa Vitória do Palmar, bem como sobre o papel do poder público no processo de produção da cidade e definição de seu papel urbano. Ao longo dos anos, observa-se uma diminuição da população total do município e da população rural, e aumento da população urbana, visto que a cidade torna-se residência dos trabalhadores agrícolas. A expansão da população urbana faz surgir novos atores sociais o que traz consequências políticas importantes, implicando analisar quais escalas de agentes sociais e relações de poder que atuam neste local. A especialização de atividades e do comércio para atender o processo de produção realizado no campo, bem como a construção de moradias populares por parte do poder público para atender a população de baixa renda, proveniente do campo, são mudanças perceptíveis na paisagem da cidade que traduzem as relações existentes na sociedade. Portanto, analisar as mudanças impressas na paisagem urbana é uma maneira de compreender o mundo em que vivemos, ou seja, o espaço da sociedade humana, onde os homens habitam e, ao mesmo tempo, produzem modificações que constroem e (re) constroem a si e ao espaço permanentemente.

Palavras-chave: cidade-campo, cidades pequenas, paisagem urbana, Santa Vitória do Palmar-RS, políticas habitacionais.

## **ABSTRACT**

As modernization and implementation of technologies in agriculture arise, local cities specialize to assist some kinds of production which are developed at the rural areas. These aspects may be observed in the city of Santa Vitória do Palmar, which is in the Deep South of Rio Grande do Sul state. Urbanization affects both city and countryside, and it takes to analogue changes. These changes lead us to question how the intrinsic movement to the process of spatial (re)production and its content may be understood through and from urban landscape. This research presents a discussion about social relationships which consolidate the current structure of Santa Vitória do Palmar, as well as the public administration's role in the process of production of the city and the definition of its urban role. Over the years, it is observed that the total amount of people of the city and the countryside is decreasing, while the urban population is increasing, as the city is home of many farmers. The expansion of urban population creates new social actors, which brings important political consequences, implying the analysis of the kinds of social agents and the relations of power in this place. The government's specialization of activities and trade intending to answer to the process of production in the countryside, as well as to build popular dwellings to help low class people, from the countryside, are noticeable changes in the landscape of the city, which translate the relationships in the society. Therefore, analyzing changes in the urban landscape is a way of understanding the world where we live, in other words, the space of human society, where men live and, at the same time, produce changes to (re)build themselves and their space permanently.

**KEY-WORDS:** city-countryside; small cities; urban landscape; Santa Vitória do Palmar-RS, housing policies.

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Localização do município de Santa Vitória do Palmar-RS .....	13
Mapa 2 – Malha urbana da cidade de Santa Vitória do Palmar-RS .....	47
Mapa 3 – Zoneamento da cidade de Santa Vitória do Palmar-RS .....	52
Mapa 4 – Localização dos bairros na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS .....	56
Mapa 5 – Setores Censitários .....	114
Mapa 6 – Loteamentos/arruamentos em Santa Vitória do Palmar .....	122

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista aérea parcial da cidade de Santa Vitória do Palmar.....	42
Figura 2 - Avenida Justino Amonte Anacker – principal via de acesso ao centro da cidade .....	45
Figura 3 - Rua Castro Alves - Bairro Vila Nova .....	46
Figura 4 - Fotografia aérea da cidade de Santa Vitória do Palmar – 1964.....	49
Figura 5 - Fotografia aérea da cidade de Santa Vitória do Palmar – 1996 .....	50
Figura 6 - A <i>venda</i> Defesa dos Pobres, de Antônio Donato .....	57
Figura 7- Rua Francisco L. Farias - Bairro Vila Nova .....	59
Figura 8 - Momentos iniciais da construção do cais do porto.....	78
Figura 9 - Vista da antiga Rua do Comércio, hoje Barão do Rio Branco.....	79
Figura 10 - Prédio onde funcionava a venda dos Rottas .....	80
Figura 11 - Praça General Andréa .....	83
Figura 12 – Teatro Independência – Rua Conde de Porto Alegre .....	84
Figura 13 - Ônibus da Empresa Bonfim, atravessando o local em obras.....	86
Figura 14 - Silo em construção próximo a cidade - BR 471 .....	92
Figura 15/16 - Avenida Justino Amonte Anacker .....	94
Figura 17 - Complexo da Cooperativa de Lãs .....	101
Figura 18 – COHAB II, Rua Augusto Álvaro de Carvalho .....	134
Figura 19 – Mutirão, Rua Saquarembó.....	135
Figura 20 – Loteamento Dorivaldo Leston, rua Norberto de Souza Leite, ano 2000 .....	136
Figura 21 – Loteamento Dorivaldo Leston, rua Norberto de Souza Leite, ano 2008 .....	136
Figura 22 - Frentes de Trabalho .....	138
Figura 23 - Moradias construídas próximo ao Porto para pescadores .....	139

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Crescimento Populacional de Santa Vitória do Palmar-RS.....	73
Gráfico 2 – Evolução da População Total, Rural e Urbana 1920-2007 .....	92

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Arroz Irrigado – Safra 2002/03 .....	100
Tabela 2 – Produção de arroz: quantidade produzida, área plantada e rendimento médio – 1950 a 2007 .....	103
Tabela 3 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários: 1940 a 2006 .....	104
Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes e população residente por situação: 1970 – 2007 .....	113

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Loteamentos/Arruamentos em Santa Vitória do Palmar .....	120
Quadro 2 -Programas Habitacionais desenvolvidos no Município .....	137

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<i>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</i> .....	18
<b>1 TRAJETÓRIAS PARA PENSAR A CIDADE E O URBANO</b> .....	23
1.1 <i>A GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL</i> .....	29
1.2 <i>CIDADE – TENTATIVA DE DEFINIÇÃO</i> .....	33
1.2.1 <b>Divisão Social do Trabalho</b> .....	35
1.2.2 <b>Cidade e Política</b> .....	36
1.2.3 <b>Cidade e Cultura Urbana</b> .....	37
1.2.4 <b>Morfologia e Plano da Cidade</b> .....	38
1.3 <i>LER A CIDADE A PARTIR DA SUA MORFOLOGIA</i> .....	39
1.4 <i>A CIDADE DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR-RS</i> .....	41
1.4.1 <b>Paisagem/Configuração Atual</b> .....	48
1.4.2 <b>Os Bairros da Cidade</b> .....	55
<b>2 UMA LEITURA DA PAISAGEM URBANA</b> .....	62
2.1 <i>TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA: AS RELAÇÕES CIDADE/CAMPO</i> .....	65
2.2 <i>AS CIDADES LOCAIS BRASILEIRAS</i> .....	68
2.3 <i>EVOLUÇÃO URBANA</i> .....	72
2.3.1 <b>Formação do Município (1850-1870)</b> .....	74
2.3.2 <b>Imigração Italiana e a Consolidação do Núcleo Urbano (1870-1940)</b> .	79
2.3.3 <b>Construção da BR 471 e a Introdução do Cultivo de Arroz no Município (1940-1970)</b> .....	85
2.3.4 <b>Mecanização do Campo: Transformações na Paisagem (1970- 1991)</b> .....	90
2.3.5 <b>Mudanças Na Relação Cidade/Campo (1991-2007)</b> .....	92
2.4 <i>A RELAÇÃO URBANO E RURAL</i> .....	94
2.5 <i>A RELAÇÃO DA CIDADE DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR COM O CAMPO</i>	97

<b>3 - MUDANÇAS NA PAISAGEM URBANA: A PRODUÇÃO DE MORADIAS</b>	107
3.1 <i>HABITAÇÃO: UM ESFORÇO DE DEFINIÇÃO</i> .....	108
3.2 <i>OS AGENTES SOCIAIS ATUANTES NA PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO</i> .....	116
3.3 <i>O PROBLEMA DA MORADIA E A ATUAÇÃO DO ESTADO</i> .....	124
3.4 <i>OS PROGRAMAS HABITACIONAIS EM SANTA VITÓRIA DO PALMAR-RS</i>	133
3.5 <i>DIFERENTES ESCALAS DE ATUAÇÃO</i> .....	141
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	148
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	154
<b>ANEXOS</b>	
Anexo A .....	166
Anexo B .....	167

## INTRODUÇÃO

*Santa Victoria fica longe, no fim do mundo...*

Roque Callage

A ideia de estudar Santa Vitória do Palmar surgiu há alguns anos, quando ainda cursava a graduação em Geografia na Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), em Rio Grande, local que eu conhecia (ou pelo menos julgava conhecer), pois boa parte da minha vida foi passada lá. O interesse em aprofundar essas questões fez com que essas se tornassem tema do meu trabalho de conclusão de curso de graduação, com o título “*Santa Vitória do Palmar: Contribuição ao Estudo da Geografia Urbana*”, defendido no 2º semestre de 1997.

A opção de cursar uma faculdade em outra cidade após a conclusão do Ensino Médio foi a mesma de dezenas de jovens que pertencem a famílias que investem na continuidade dos estudos. Todos os anos, vários deles saem de Santa Vitória para buscar continuidade nos estudos e alguma qualificação profissional nas cidades mais próximas, as cidades de Rio Grande, situada a 220 km e de Pelotas, a 250 km aproximadamente. Essas cidades proporcionam várias opções para o prosseguimento aos estudos, entre elas cursos técnicos privados ou públicos, bem como duas universidades federais, uma em Rio Grande e a outra em Pelotas.

Com exceção do município do Chuí (emancipado em 1996), Rio Grande constitui o município mais próximo por via terrestre. Ao longo dessa extensão, existem apenas alguns núcleos ou vilas relacionados ao cultivo do arroz. O próprio aspecto de isolamento da cidade conferiu à população o título de “mergulhão” (ave arisca habitante desse território), outrora com significado pejorativo, relacionado ao caráter arredo e à falta de abertura social do povo santa-vitoriense, principalmente às pessoas do interior do município.

A busca por formação superior ou técnica continua entre os moradores santa-vitorienses. Esse fato é nítido ao retornar a Santa Vitória do Palmar na época das férias escolares e durante os feriados prolongados, nos quais se percebe que a

cidade, pacata durante o ano letivo e durante a semana, nesses períodos passa a ter efervescência, pois grande parte dos estudantes que reside fora dela retorna para visitar seus familiares e amigos que permaneceram no município. Nesses períodos, são programados eventos, inclusive agendas de bailes nos balneários que, durante o verão, são planejados antes do início dos semestres letivos das universidades das cidades vizinhas. Durante as férias de inverno das escolas e das universidades, ocorre o tradicional “Baile de Carnaval de Inverno”, evento esperado pelo pessoal mais jovem.

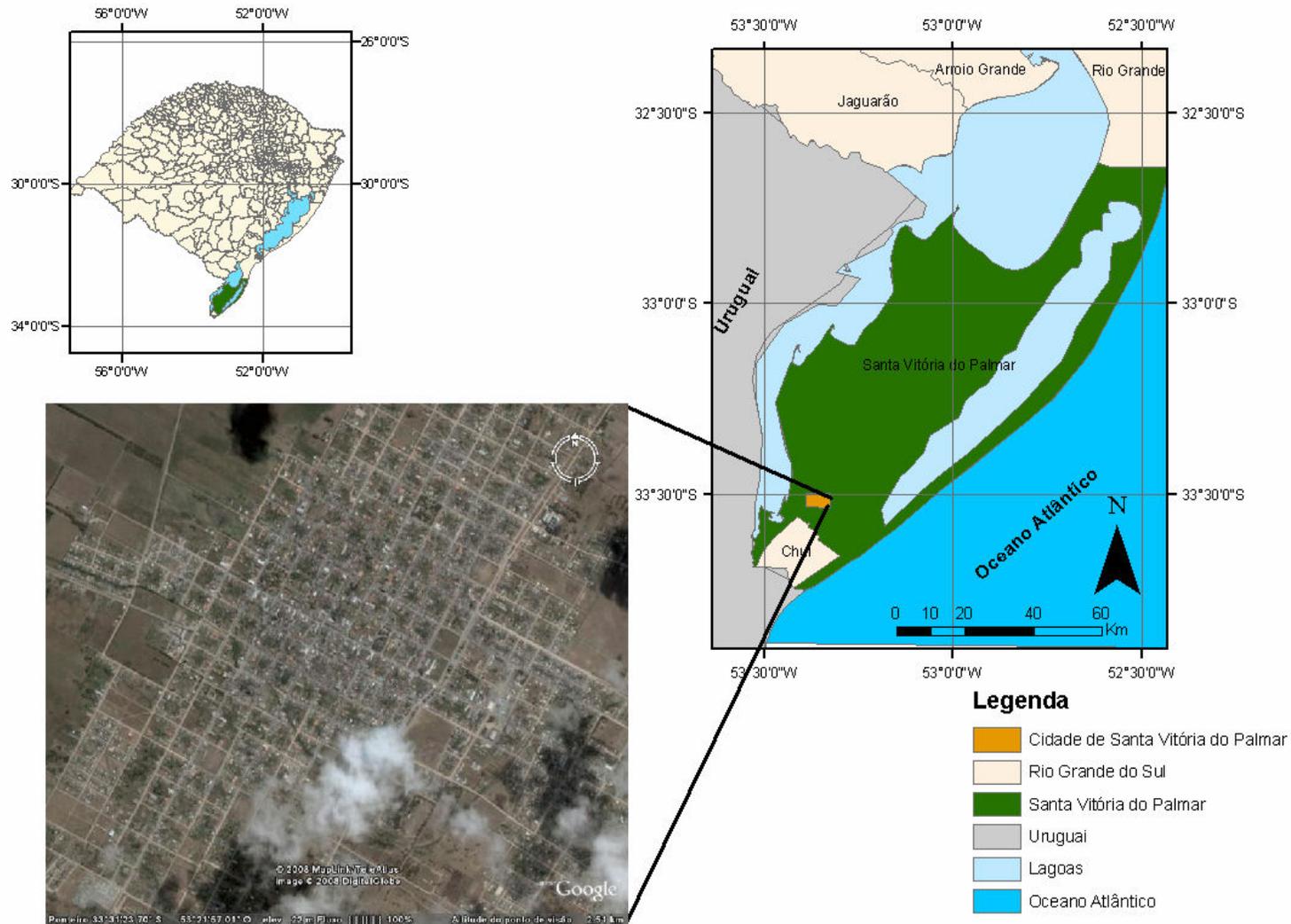
No ano de 2001, morando novamente em Santa Vitória, ingressei na carreira do magistério, e desde então leciono Geografia para alunos de Ensino Médio e Fundamental. Naquela época, partilhava com meus alunos, principalmente os do terceiro ano do Ensino Médio, os anseios de ir estudar em Pelotas ou Rio Grande, cursar uma faculdade, pois a cidade não oferecia esse suporte. Ao longo do ano ocorria o *período da safra*, quando parte dos alunos (que trabalhavam) “sumia” da escola, retornando dois ou três meses depois, confirmando o fato que a cidade estrutura-se em função do campo, ou seja, o ritmo da cidade, e conseqüentemente das escolas, obedecem ao ritmo imposto no campo. Morando posteriormente em Pelotas, entre 2005 e 2006, bastava um passeio pela Avenida Bento Gonçalves ao domingo para encontrar vários “mergulhões” moradores de Pelotas.

A cidade de Santa Vitória do Palmar vive ainda em outro tempo, um *tempo lento* como nos diz Milton Santos (2004a). Dez anos após ter concluído a graduação, percebo que as mudanças significativas na cidade foram consequência das transformações processadas no campo, este sim, num *tempo rápido*. Essas mudanças (mais lentas na cidade) ainda trazem uma série de questionamentos que induziram minha tentativa de investigar mais a fundo esses processos durante o mestrado. Dentre as inquietações iniciais estão: Como se processa a vida de pessoas tão distante de outros centros urbanos? Por que a cidade não acompanha as transformações do campo? Qual a solução, ou pelo menos a tendência?

Partindo dessas questões, esta pesquisa versa sobre o estudo da paisagem urbana. Através dela, buscamos explicar as relações sociais que consolidam atualmente a cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, ou seja, como a cidade se organiza. A partir dessa análise, procuramos estabelecer sua relação com o passado, identificando na paisagem esses elementos.

A cidade constitui realização humana, uma criação formada ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta; vai se diferenciar pelas formas materiais visíveis na paisagem, mostrando-se em função de seus diversos usos, que tornam evidente a construção do espaço de uma forma desigual e contraditória. A forma expressa a história humana socialmente produzida pelo homem, e representa, enfim, um modo de vida pelo qual a paisagem se manifesta, em espaços desiguais nas suas aparências. A paisagem nos mostra a desigualdade porque ela é também uma expressão do modo de vida da sociedade, a forma pela qual o fenômeno do processo de reprodução do espaço urbano se manifesta.

Santa Vitória do Palmar situa-se no extremo meridional do estado do Rio Grande do Sul, como pode ser observado no Mapa 1, entre duas lagoas: Mangueira, à leste, e Mirim, a oeste. O território do atual município foi transformado em 1777 pelo Tratado de Santo Ildefonso, nos Campos Neutrais, compreendendo desde o Taim, ao Norte, até o Arroio Chuí, ao Sul, tendo à leste o Oceano Atlântico e a oeste a Lagoa Mirim. Apresenta sua formação ligada à forte presença militar - embora hoje não possua guarnições do exército, como em Jaguarão e outras cidades da fronteira - devido à posição geográfica e política entre o sul do Brasil e a fronteira com o Uruguai, constituindo-se desde cedo como zona de tensão entre as possessões espanhola e portuguesa.



Mapa 1 – Localização do município de Santa Vitória do Palmar/RS  
 Fonte: IBGE, Google Earth. Alterado por Nola Gamalho e Lenize Ferreira.

O município possui uma área de 5.244,18 km<sup>2</sup>, distante 436 km da capital do estado. De acordo com a contagem de população do IBGE<sup>1</sup> no ano de 2007, a população total do município era de 31.183 habitantes, sendo 87,11% urbana, ou seja, 27.165 habitantes. A densidade demográfica do município é de 5,9 hab/km<sup>2</sup>. A renda municipal provém em parte do setor agropecuário, através do cultivo do arroz. No Rio Grande do Sul, o município ocupa a 19ª posição do Valor Adicionado Bruto Agropecuário (2006), segundo a FEE<sup>2</sup>. Ao longo dos anos, observa-se uma diminuição da população total do município e da população rural e aumento da população urbana, visto que a cidade torna-se residência dos trabalhadores agrícolas.

Santa Vitória do Palmar estrutura-se com base na propriedade fundiária, atuando os proprietários fundiários, por vezes, como promotores imobiliários e proprietários dos meios de produção, principalmente no meio rural. No meio urbano, o que se observa é uma maior atuação dos agentes locais. A ação desses é complexa, pois resulta da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades de reprodução das relações sociais, e dos conflitos que surgem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial, constituindo áreas destinadas à habitação, à produção e ao comércio. Tanto nas grandes cidades como nas cidades pequenas, o espaço urbano é estruturado de acordo com a atuação dos diferentes agentes sociais presentes neste local.

As cidades de fronteira são constituídas em função da localização de autoridades, necessárias à questão de segurança da fronteira e fins políticos. Ainda quanto à questão de segurança do Estado, ocorre uma intensa militarização, com a formação de uma ideologia profundamente conservadora, pois garantir a fronteira significava conservar o território e, com ele, também os valores dominantes. No caso de Santa Vitória, seria proteger as terras, representação concreta e incontestável do poder econômico do pecuarista.

Existem diferentes fatores que podem levar à fundação de uma cidade. Weber (1967, p. 74) aponta que uma cidade pode fundar-se de dois modos: “existindo previamente algum domínio territorial ou, sobretudo, uma sede de

---

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>2</sup> Fundação de Economia e Estatística/RS.

principado como centro de um lugar com um intercâmbio regular de mercadoria, portanto um mercado; ou mediante a reunião de intrusos, piratas ou comerciantes”. As cidades também podem ter sua origem devido à industrialização, à cultura (como as cidades religiosas) ou ligadas a atividades comerciais, administrativas ou políticas. Segundo Carlos (1994, p. 56), “elas não surgem da vila a partir do aumento de população. Existem condições históricas, ligadas à formação, que explicam o surgimento da cidade e suas diferenciações espaciais”. Em cada etapa do processo histórico a cidade assume formas, características e funções distintas que vão se constituindo ao longo desse mesmo processo.

A cidade é também reflexo da sociedade, se transforma na medida em que essa, como um todo, se modifica. Aparece como o local de concentração de pessoas e mercadorias, e é, além disso, o principal lugar dos conflitos sociais. O processo sócio-econômico está intimamente relacionado à organização espacial da forma urbana e às relações que os diferentes grupos sociais que o integram estabelecem entre si.

O interesse pela pesquisa decorre não só pelo fato de já existir certa familiaridade com Santa Vitória, mas da relevância de percebermos como se processa a vida da população em um lugar tão distante de outros centros urbanos. A maioria dos estudos teóricos de temática urbana tem como referencial a metrópole ou a grande cidade capitalista e também por Santa Vitória do Palmar não se constituir precisamente em uma cidade voltada para a fronteira, embora esteja localizada bem próxima, a uma distância de 19 km. Esse aspecto é mais comum nos habitantes do município do Chuí, desmembrado de Santa Vitória no ano de 1996.

Outro fator de interesse surge do fato da cidade representar, ainda, o lugar onde vive uma parcela crescente da população, no qual os investimentos de capitais são maiores, seja em atividades localizadas no próprio espaço urbano e na produção da cidade. O espaço da cidade é objeto de disputa entre grupos sociais, o acesso diferenciado a determinados bens, serviços e equipamentos gera a identificação de determinados espaços de alguns grupos dominantes e a exclusão de outras parcelas da população de acesso a esses bens.

Subentendendo a paisagem como expressão do cotidiano da cidade, nosso objetivo nesta pesquisa é explicar, através da leitura da paisagem urbana, as relações sociais que consolidam a estrutura atual da cidade de Santa Vitória do

Palmar, identificar quem são os agentes sociais que atuam na cidade e de que maneira processa-se a vida política local. Mais especificamente, nossos objetivos são: avaliar quais fatores induziram ao crescimento e ao desenvolvimento da cidade de Santa Vitória do Palmar-RS; identificar os agentes sociais responsáveis pela organização espacial atual, visto que são as relações sociais no interior de uma sociedade que presidem a organização do espaço urbano; identificar as relações sociais de produção que definem a paisagem urbana, entendida como reflexo e condição das relações sociais existentes; analisar a cidade enquanto espaço político, ou seja, a maneira como se processa a vida política local, sendo a cidade entendida como espaço significativo para a sociedade pelas relações nela estabelecidas; verificar o papel do poder público no processo de produção da cidade e, conseqüentemente, a definição de seu papel urbano; e apreender o significado das pequenas cidades que se inscrevem na paisagem como parte da totalidade, pois essas não devem ser entendidas como abstraídas da totalidade espacial.

Entre 1960 e 1970, segundo o IBGE, a população brasileira deixou de ser predominantemente rural. Esse processo ocorreu de forma acelerada e desordenada, gerando muitos problemas urbanos e agravando as desigualdades sociais no país. Em virtude da mecanização do campo e do histórico processo de concentração de terras, assistiu-se, até meados dos anos 1990, a uma verdadeira expulsão dos trabalhadores rurais que buscaram as cidades. Esse fato implica no aparecimento de grandes concentrações urbanas e, dessa forma, esvaziamento das áreas rurais e pequenos centros. Esses últimos, a exemplo dos aglomerados urbanos maiores, redefinem-se em novas formas, ganham novas funcionalidades e conteúdo – pessoas, bens, equipamentos modernos –, ou seja, urbanizam-se. No caso das pequenas cidades, as aglomerações de menor tamanho no âmbito de uma hierarquia urbana, as mudanças são evidentes.

A ideia de sobreposição da morfologia e da estruturação da vida coletiva vai deslocar-se logo que a urbanização se desenvolve, trazendo a perda de alguns monopólios da cidade, nas suas funções e no seu papel central. A urbanização afeta tanto à cidade como ao campo, e induzem mudanças análogas, fatores esses que podem ser observados no município e na cidade de Santa Vitória do Palmar. Segundo o IBGE, no ano de 2005 a agropecuária foi responsável por 37,9% do Valor Adicionado Bruto, e os serviços, por 50,8%, o que demonstra que

parte considerável da renda do município provém do setor agropecuário, gerando também uma especialização de determinadas atividades e, principalmente, do comércio para atender diretamente ao processo de produção realizado no campo: comércio de máquinas, postos de gasolinas, implementos agrícolas, entre outros. De acordo com o IRGA<sup>3</sup>, 52,9% da mão-de-obra empregada na lavoura de arroz é temporária, o que demonstra mudanças nas relações sociais como também no conteúdo da cidade. As pequenas e médias cidades tornam-se local de concentração da força de trabalho rural.

Os fatores acima explicitados nos levam aos seguintes questionamentos:

- De que maneira, através e a partir da paisagem urbana, pode ser percebido o movimento inerente ao processo de (re)produção espacial e seu conteúdo, ou seja, como entender a natureza da cidade?

- Na medida em que a cidade diminui o seu posto de localidade central, possibilitado pela facilidade de deslocamento, qual o papel desempenhado por essa cidade? Que novas funções a cidade poderá vir a desempenhar?

- Qual o papel do poder público no processo de produção da cidade e na definição de seus papéis urbanos?

- Devido ao grande número de trabalhadores agrícolas que buscam a cidade para sua residência – mudanças essas ocasionadas pelas transformações no campo – contém Santa Vitória do Palmar possibilidades de receber e prover essa nova situação de residentes, assim como a população mais jovem, no que diz respeito a sua permanência e no que se refere à oferta de meios e/ou funções de desenvolvimento local?

---

<sup>3</sup> Instituto Riograndense do Arroz.

## *PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS*

A forma utilizada para a elaboração de nossa pesquisa realizou-se através de revisão bibliográfica, observação empírica – como maneira de ler a paisagem e coleta de dados –, através da entrevista e análise documental. Buscamos informações em mapas, fotografias antigas da cidade e fotografias aéreas de datas distintas (1964 e 1996), ou seja, documentos que nos auxiliassem a analisar as transformações na paisagem da cidade. Nossa base teórica foi construída buscando suporte em autores que tratam da Ciência Urbana em geral.

Para que a observação possa ser usada como método científico, deve ser antes de tudo controlada e sistemática (ordenada), sendo necessário um planejamento de como e do que observar. Não deve ser considerada como sinônimo de empiricismo. A observação ou o questionamento concreto é sempre indispensável em qualquer pesquisa científica para dar conta do real e eventualmente enriquecer a teoria.

A forma encontrada para fundamentar essa leitura da paisagem urbana de Santa Vitória do Palmar, foi buscada no método proposto por Henri Lefebvre (1971), no qual se identifica uma dupla complexidade da realidade social: horizontal e vertical. Essa se desdobra em procedimentos metodológicos que identificam e recuperam temporalidades desencontradas e coexistentes. A complexidade horizontal corresponde à descrição densa do visível; a partir de um olhar teoricamente informado, cabe ao pesquisador reconstituir a densidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê. Nesse momento, o tempo de cada relação social não está ainda identificado. Num segundo momento, a complexidade vertical revela a coexistência das relações sociais que têm datas desiguais. Nele, a realidade é analisada, decomposta, buscando-se no passado a gênese do que explica a realidade, o presente. O terceiro momento corresponde ao estudo das modificações ocorridas na estrutura em questão, na intenção de regressar ao que foi anteriormente descrito, “para reencontrar o presente, elucidado, compreendido,

explicado<sup>4</sup>.” Nesse sentido, nos reportamos à noção de formação econômico-social, com o intuito de datação das relações sociais, e à indicação de que essas não são uniformes.

A proposta de investigação de Lefebvre (1971) estimula um retorno à origem do espaço como uma ação estratégica para revelar as relações sociais dos diferentes momentos históricos, que, embora no presente tenham uma aparente contemporaneidade, precisam ser elucidadas, compreendidas e explicadas para tornar a pesquisa mais verdadeira.

A entrevista representa, ao lado da observação, um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, pois é possível captar imediatamente as informações desejadas com qualquer tipo de informante e sobre diferentes assuntos. Mesmo não constituindo o foco principal da pesquisa, nossa intenção foi realizar entrevistas buscando indivíduos representativos do município, dentro dos órgãos governamentais: Prefeitura, Sindicato Rural, Câmara de Vereadores, assim como com a população, no intuito de buscar as suas percepções. Utilizamos a entrevista semi-estruturada, orientada a partir de um pequeno número de perguntas-chave, no intuito de aprofundar qualitativamente a investigação.

O objetivo de analisar as transformações na paisagem urbana levou-nos a focar nossa pesquisa na questão habitacional, mais precisamente na produção de moradias populares por parte do poder público municipal, pois esse fato propiciou uma mudança considerável na paisagem da cidade, devido ao número de habitações construídas nos últimos dois anos, bem como as implicações resultantes desse processo.

Foram realizadas entrevistas com duas assistentes sociais responsáveis pelo cadastramento das famílias para o programa de moradias populares, com o professor e historiador Homero Rodrigues, profundo conhecedor da história da cidade, e com o Sr. Carlos Alcy Cardozo, engenheiro agrônomo e responsável pela confecção de diversos mapas do município. Durante a entrevista com uma das assistentes sociais, foi possível conversar com alguns moradores do loteamento Dorivaldo Leston.

---

<sup>4</sup> “(...) Intento de una clasificación genética de las formaciones y estructuras, em el marco del actual precedentemente descrito, para reencontrar lo presente, pero elucidado y comprendido: *explicado*.” (LEFEBVRE, 1971, p.71)

A análise documental possibilitou que quaisquer materiais escritos constituíssem uma técnica valiosa de abordar dados qualitativos, como complemento de outras informações, ou para o conhecimento de novos aspectos sobre determinado tema.

Dados secundários também foram pesquisados através de órgãos estatísticos como o IBGE, FEE, IRGA<sup>5</sup>, pesquisa na Prefeitura Municipal, jornais antigos, assim como análise e interpretação de fotos de diferentes datas, com o objetivo de apreendermos as mudanças ocasionadas na paisagem urbana.

A forma como as paisagens se apresentam aos nossos olhos nos permite interpretar heranças do passado, tentar entender o presente e propor ações com vistas a melhorar o futuro. O espaço produzido é resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa as relações sociais que lhe deram origem. A paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano, associando objetos fixados ao solo e datados. O homem aparece então como elemento central na discussão da produção do espaço, em condições e situações sociais e históricas específicas.

Ao produzir suas condições de vida, a sociedade produz o espaço, e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir. Mas essa produção espacial é desigual, na medida em que o espaço é fruto da produção social capitalista que se realiza e se reproduz desigualmente. Para Lefebvre (1971), as relações sociais não têm a mesma idade, coexistem relações sociais que têm datas diferentes, assim como nem todas têm a mesma origem, sobrevivem em diferentes momentos e circunstâncias históricas. As forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultâneas, no mesmo ritmo histórico.

Com base nessas considerações, o trabalho está organizado em três capítulos estruturados da seguinte forma: o primeiro capítulo inicia com algumas considerações sobre a trajetória do estudo da cidade, bem como os aspectos da evolução do pensamento geográfico, enfatizando trabalhos que nos auxiliem a pensá-la de forma atual. A partir daí, a cidade de Santa Vitória do Palmar é tratada

---

<sup>5</sup> IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; FEE – Fundação de Economia e Estatística; IRGA – Instituto Rio Grandense do Arroz.

em relação a quatro aspectos: social, da divisão social do trabalho; político, a política na e da cidade; cultural, tentando-se definir qual é cultura urbana; e, por fim, o morfológico, ou seja, que morfologia urbana é derivada desses processos.

O segundo capítulo traz uma discussão sobre o conceito de paisagem e de como pensar as transformações processadas na cidade, tendo como base a leitura da paisagem urbana. Nossa intenção nesse capítulo é analisar essas transformações a partir das relações entre a cidade e o campo, para isso buscando explicação na história e na evolução urbana do município. Procuramos reconstruir essa paisagem através dos fatores que induziram o crescimento da cidade e produziram modificações na sua estrutura.

O terceiro capítulo aborda as mudanças na paisagem da cidade a partir da produção de moradias por parte do Poder Público Municipal. Traçamos um histórico, ainda que sucinto, sobre a atuação do Estado ao longo dos anos na produção de moradias para atender à demanda. Abordamos as políticas habitacionais que foram e têm sido implementadas em Santa Vitória do Palmar, bem como a ação dos agentes locais na busca do desenvolvimento do município e na garantia das condições básicas à população.

Ao final deste texto, buscamos sintetizar as reflexões a respeito das mudanças percebidas na paisagem urbana de Santa Vitória do Palmar. Estabelecemos uma relação entre a política habitacional, as mudanças nas relações sociais do município e de como esses processos aparecem materializados na paisagem da cidade.

Na medida em que a sociedade produz e reproduz sua existência de um modo determinado, imprimirá características históricas específicas a essa sociedade e, dessa maneira, influenciará e direcionará o processo de produção espacial. Muitos elementos da realidade atual estão relacionados a acontecimentos passados, gerados sob outras circunstâncias de natureza histórica, política e social, mas que trazem até o presente a sua influência. O espaço geográfico aparece como um produto histórico e social, no qual o homem é o sujeito. Ele não se relaciona com o espaço, mas o produz, à sua imagem e semelhança, e nesse sentido o espaço, num momento histórico determinado, será produto e também condição do processo de reprodução da sociedade. O espaço é condição tanto da reprodução do capital quanto da vida humana e, ao mesmo tempo, ele é produto, trabalho materializado.

Nesse sentido, a paisagem urbana, vista como um processo, ou sua manifestação formal, nos permite compreender as representações que as relações sociais criaram. A paisagem urbana e a cidade abrem a perspectiva de entendermos o urbano, a sociedade, e a dimensão social e histórica do espaço urbano.

## 1 TRAJETÓRIAS PARA PENSAR A CIDADE E O URBANO

(...) lê-se a cidade porque ela se escreve, porque ela foi uma escrita. Entretanto, não basta examinar esse texto sem recorrer ao contexto (...) aquilo que está sob o texto a ser decifrado (...) (LEFEBVRE, 1991, p.55).

Neste item, nossa ideia é tecer algumas considerações sobre a trajetória do estudo do espaço e, mais pontualmente, da cidade, assim como os aspectos da evolução do pensamento geográfico, enfatizando as abordagens que nos auxiliam a pensar a cidade e o urbano no período atual.

A Geografia Tradicional, em suas diversas versões, privilegiou os conceitos de paisagem e região, em torno deles estabelecendo a discussão sobre o objeto da Geografia e a sua identidade no âmbito das demais ciências. A abordagem espacial, associada à localização das atividades dos homens e aos fluxos, era muito secundária entre os geógrafos, o espaço não se constituía em um conceito-chave. Contudo, está presente na obra de Ratzel e Hartshorne, embora de modo implícito. As formulações de Ratzel são compreendidas em função da época e da sociedade que as produziram como instrumento de legitimação da expansão do Estado alemão recém constituído. O propósito de anexar novos territórios era um estímulo para pensar o espaço, logo para fazer Geografia. Como tal, o domínio do espaço transforma-se em elemento crucial na história do homem.

Ratzel, em uma obra publicada em 1876 (*Städte und Kulturbilder aus Nordamerika*), resultado de suas viagens aos Estados Unidos, já abordava a divisão entre cidade e campo e os vários fatores que estariam contribuindo para diminuir essa divisão. É possível observar a importância dada às cidades norte-americanas, em detrimento de outros aspectos que dominavam a Geografia do período (VASCONCELOS, 1999). Reclus (1877) aborda a evolução e a morfologia das cidades utilizando metáforas biológicas em seus textos para explicá-las.

Para La Blache “a geografia é uma ciência dos lugares, não dos homens” (MORAES, 1990, p. 67). O interesse estaria no resultado da ação humana na paisagem, e não essa em si mesma. O objeto da Geografia é definido como a

relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem. A carga naturalista é mantida; fala-se de população não de sociedade, fala-se de técnicas, mas não de processo de produção. O espaço é deixado em segundo plano, e a Geografia francesa irá se definir como um estudo das regiões.

Segundo Monbeig (2004, p. 279):

Vidal de la Blache assinalou o papel da vontade humana no crescimento das cidades, quando disse: “a natureza prepara o local e o homem organiza-o de modo a lhe permitir corresponder a seus desejos e necessidades”(…) será preciso estudar, então, não somente os elementos do quadro natural, mas também a massa humana, seu volume, sua composição, sua localização no passado e no presente.

A primeira ideia de Geografia Urbana origina-se de geógrafos descrevendo cidades. O fenômeno urbano começa a ganhar um viés diferente a partir da Segunda Revolução Industrial, quando um grande contingente de população dirige-se às cidades, o que levou os estudiosos a pensá-las como algo que estava ganhando importância. Os avanços ocorrem concomitantes ao período de institucionalização da geografia, através de trabalhos de campo em algumas cidades. “O artigo de Antoine Vacher (1873-1921), *“Montluçon: éssai de géographie urbaine”*, de 1904, pode ser considerado como a primeira monografia urbana de uma longa série realizada pelos geógrafos franceses” (VASCONCELOS, 1999, p. 67). Os primeiros pensadores da Geografia descrevem as cidades a partir de dois pontos: o sítio e a situação, evidenciando o caráter naturalista dos “pais” da Geografia.

No início do século XX, a importância da cidade como um centro comercial e industrial começa a ser destacado. Vários estudiosos começavam a desenvolver seus estudos, realizando trabalhos de campo em algumas cidades, inclusive as brasileiras.

Nas outras disciplinas apareceram os fundadores de correntes do urbanismo, como C.Sitte, com suas preocupações artísticas e E.Howard, que propõe o modelo de cidade-jardim. Na sociologia, Simmel é destacado por começar a identificar as mudanças do comportamento humano nas metrópoles (VASCONCELOS, 1999, p. 79).

O pensamento urbano dominante no começo do século XX, abordagem conhecida como Ecologia Humana, afirmava que a vida na cidade estaria baseada em dois fatores específicos da espécie: o biótico e o cultural (viés naturalista da sociedade). O comportamento humano é vinculado à competição econômica, e a ordem social ao desdobramento espacial da divisão do trabalho (perspectiva comportamental). Gottdiener (1997) identifica duas fases da Ecologia Urbana:

A primeira constitui o modo como a Escola de Chicago anterior à Segunda Guerra Mundial aborda a teoria, o qual se concentrou em fatores behavioristas ou sociobiogênicos para explicar os padrões espaciais; a segunda, a perspectiva do pós-guerra, localizada em vários lugares, que enfatiza uma visão sistêmica daqueles ajustamentos da sociedade ao meio ambiente que são uma consequência de forças sociais básicas, como a competição econômica (GOTTDIENER, 1997, p. 37)

Robert Park (1976 [texto original de 1916]) propõe o estudo da cidade a partir de várias abordagens: planta da cidade, o crescimento, a organização social e política, a mobilidade da população, a vizinhança. Contudo, não é apenas a capacidade natural que vai determinar a divisão do trabalho. O período pós-crise de 1929 torna claro para o Estado a intervenção na cidade e a prioridade no planejamento. Adquire importância a indústria como atividade econômica, bem como o centro da cidade: tudo se explica a partir do centro. O texto de Park (1976) demonstra uma complexidade na cidade, mas que acaba se perdendo nas explicações.

Outro autor característico da Escola de Chicago é Louis Wirth. Em texto de 1976 (original de 1938), o autor aponta categorias para discutir as características da cidade, que hoje são bastante atuais, como critérios para defini-la através da densidade demográfica e a relação/oposição cidade e campo. O texto possui um caráter positivista: não há ainda um corpo de hipóteses que permitirá estudar a cidade.

Entretanto, apesar da multiplicação da pesquisa e dos livros de texto sobre a cidade, não temos até agora um corpo extenso de hipóteses sucintas que possam ser derivadas de um conjunto de postulados implicitamente contidos numa definição sociológica da cidade e de nosso conhecimento sociológico geral, que possa ser comprovado através da pesquisa científica (WIRTH, 1976, p. 96)

Contudo, já se observa um avanço do pensamento em relação aos textos anteriores: uma maior sistematização dos estudos, a definição da cidade e uma proposta para a abordagem empírica. O autor propõe três perspectivas para o estudo do urbanismo como modo de vida característico: como estrutura física, como sistema de organização social e como um conjunto de atitudes e ideias.

A Geografia conserva seu ponto de vista e seu método regional, ou seja, o estudo das relações das sociedades humanas com o meio natural no passado e no presente: influência da Geografia Francesa. A cidade é vista como um organismo, o ponto de partida é o estudo do quadro natural, em que a mesma nasceu e cresceu; trata-se de sua evolução.

O estudo da situação e do local não pode consistir exclusivamente na descrição dos elementos geográficos: é preciso mostrar, concomitantemente, como os homens tiraram partido do mesmo, segundo as épocas (...). A geografia vai pedir elementos à história e ao urbanismo (MONBEIG, 2004, p. 289).

Observamos que os conceitos de situação e de sítio serão incorporados em todas as análises geográficas sobre a cidade durante esse período. Os primeiros estudos abordavam a paisagem da cidade descrita enquanto algo estático.

A crise da Geografia Tradicional vai surgir também pelas mudanças observadas no modo de produção capitalista, que sai da fase concorrencial para entrar na fase monopolista. A Geografia Tradicional já não dava conta dos fenômenos que agora apareciam em uma escala global. O instrumental elaborado para explicar comunidades locais não conseguia apreender o espaço da economia mundializada. Calcada no positivismo lógico, a revolução teórico-quantitativa iniciada na década de 1950 introduziu profundas modificações na Geografia: critica a insuficiência da análise tradicional, mudando a forma, mas não o conteúdo social. Passa-se do positivismo clássico para o neopositivismo. A Geografia obteve o reconhecimento externo como ciência, e a relevância e aplicabilidade do saber geográfico. O espaço geográfico aparece pela primeira vez na história do pensamento geográfico, como o conceito-chave da disciplina. O conceito de

paisagem é deixado de lado, enquanto o de região é reduzido ao resultado de um processo de classificação de unidades espaciais.

A cidade passa a ser pensada a partir de estudos de rede urbana, do valor do solo, da localização, bem com através da teoria da centralidade, desenvolvida pelo geógrafo alemão Christaller, em 1933, e traduzida para o inglês em 1954, na qual o autor visa explicar a hierarquia das cidades em relação ao poder de atração exercido por uma metrópole. O que se observou foi uma mudança de escala: enfatizam-se os estudos de rede e hierarquias urbanas e sistemas de cidades, resultando em poucos trabalhos intraurbanos, característicos da Geografia Tradicional.

A variável mais importante é a distância, aquela que determina em um espaço previamente homogêneo a diferenciação espacial. Nessa concepção, essa categoria é privilegiada em excesso, vista como variável independente. As contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a um plano secundário. A Geografia quantitativa marca o ponto da *desespacialização do espaço*, reduzido a coordenadas sem relação ao real. Numa visão limitada, toma como objetos de estudos pedaços isolados ou aspectos singulares da realidade ao gosto do pesquisador. Santos (1986, p. 91) afirma que a *“geografia tornou-se viúva do espaço”*. Sua base de ensino e pesquisa é a história, a natureza, a economia, todos substituindo o espaço real por algo estático. Há uma *destemporalização e uma desumanização do espaço*, e a Geografia passa a conceber as relações entre os elementos da paisagem como relações matemáticas.

A década de 1960 caracterizou-se pela Geografia da “denúncia”. As transformações que afetaram, durante essa época, as estruturas sociais do mundo capitalista, exigiam um novo esforço de compreensão e uma maneira de repensar a cidade. Dois novos referenciais teóricos sobre a cidade ganham destaque: a crítica neoliberal ao (neo)positivismo, embora não tenha rompido suas ligações com o modo (neo)positivista de pensar; e a Geografia Crítica ou Radical, que tem nas raízes históricas e nas determinações sociais a sua maior fonte de inspiração e teorização.

A primeira é resultado de uma crítica interna da teoria econômica neoclássica, e pode ser chamada de proposição explicativa neoliberal (...) esta escola sugere uma maior presença do Estado na economia urbana, cabendo-lhe, portanto, a tarefa de garantir o funcionamento do mercado (via regulação) e de viabilizar o funcionamento de mecanismos de distribuição de renda, quando isso for necessário. A segunda grande contribuição teórica emanada desta fase foi, sem dúvida, aquela proveniente do pensamento marxista, mais precisamente do pensamento marxista francês pós-1968 (ABREU, 1994, p. 250).

Na década de 1970, intensos debates entre geógrafos marxistas e não-marxistas ocorreram, e o espaço reaparece como conceito-chave. Debate-se se ele está presente na obra de Marx, qual sua natureza e significado, assim como se procura identificar suas categorias de análise. O desenvolvimento da análise de espaço no âmbito da teoria marxista deve-se, em grande parte, à intensificação das contradições sociais e espaciais tanto nos países centrais como periféricos, devido à crise geral do capitalismo iniciada na década de 1960. O final desse período representou um marco temporal importante no pensamento sobre a cidade.

Segundo Gottdiener (1997, p. 78):

O objetivo fundamental de toda obra marxista publicada depois dessa época foi substituir o que se tornara a aplicação aborrecida de correlações fatorias urbanas descritivas por uma síntese vibrante que pudesse, de um lado, revelar os processos pelo qual o ambiente urbano assumira sua forma presente, e de outro, explicar as características da distribuição espacial desigual e as crises sociais associadas a ela.

Essa perspectiva se interessava não apenas pelo pobre e pela justiça social, mas também por um planejamento urbano inadequado. A análise urbana marxista, portanto, era, ao mesmo tempo, um comentário econômico, político e social sobre eventos urbanos e à forma da cidade, deficientes nas abordagens convencionais.

Era preciso apontar infratores, denunciar injustiças sociais (...) era preciso ver, afinal, o que se escondia atrás da paisagem visível da geografia tradicional, sem entretanto fazê-lo com o auxílio dos óculos da geografia neopositivista, já que estes distorciam o objeto observado ao tentar explicá-lo a partir de um referencial que, ou negava o conflito, ou o reduzia a mero estado de desequilíbrio do sistema (ABREU, 1994, p. 251).

De acordo com Corrêa (1995), o espaço vai aparecer definitivamente na análise marxista a partir da obra de Henri Lefebvre (*Espacio y Política*, 1976), que argumenta que o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema. “Não deve ser visto como ponto de partida (espaço absoluto) nem como ponto de chegada (espaço como produto social). O espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (CORREA, 1995, p. 25).

Algumas obras que influenciaram o pensamento sobre a cidade durante esse período são: *A questão urbana*, de Manuel Castells (1972), *A justiça Social e a Cidade*, de David Harvey (1973) e *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*, de Jean Lojkine (1977). A partir da análise marxista, a cidade passa a ser trabalhada como local da acumulação de capital, da contradição entre capital e trabalho, e entre a sociedade e o Estado. Ganham destaque ainda estudos sobre a segregação espacial e a divisão territorial do trabalho.

### 1.1 A GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL

De acordo com Abreu (1994, p. 204), o ano de 1934, data da criação da USP (Universidade de São Paulo), simboliza o marco de fundação da moderna geografia brasileira. Contudo o autor chama atenção para o verdadeiro introdutor da “Escola Francesa” no país: Carlos Delgado de Carvalho, que em 1910, publica *Le Brésil meridional*.

Apenas no início da década de 1940 a cidade passa a ser um objeto de investigação da geografia no país. O trabalho “Estudo Geográfico das Cidades”, de Pierre Monbeig (2004 [original de 1941]) representa o ponto de partida da realização da pesquisa geográfica brasileira. O texto se caracteriza como um guia de monografia urbana, resultado da aplicação do método regional à cidade, ou seja, a relação sociedade-natureza sob uma perspectiva histórica, e a ideia de síntese da Geografia. Podemos observar a noção de espaço como um todo e a naturalização do estudo geográfico da cidade: “Será preciso estudar, então, não somente os

elementos do quadro natural, mas também a massa humana, seu volume, sua composição, sua localização no passado e no presente” (MONBEIG, 2004, p. 279). O autor enfatiza ainda a importância do estudo das pequenas cidades: “o Brasil (...) tem suas cidades pequenas estreitamente ligadas à vida rural; e isso não somente nas regiões do Brasil colonial, mas também nas zonas de povoamento recente; elas também merecem algumas monografias” (MONBEIG, 2004, p. 280).

(...) É a partir dele, baseado nele, que a monografia urbana se vai generalizar como o estudo-padrão de geografia urbana no Brasil. Mas isso só ocorrerá de forma mais sistemática a partir da década de 50, e sob a égide da AGB<sup>6</sup> (ABREU, 1994, p. 213).

A monografia urbana representava o estudo padrão de cidades feito pela Geografia, com destaque para o sítio, a posição, a evolução histórica, as funções urbanas, o raio de ação e a fisionomia das cidades.

Deffontaines (2004 [texto original de 1938]), ao analisar a diversidade da gênese das cidades no Brasil sistematiza em aglomerações de origem militar, mineiras, originadas de pousos nas estradas, de navegação, ferroviárias, bocas de sertão, criadas do isolamento e as cidades patrimônio. Entretanto, o autor comete um equívoco ao comparar as regiões do Brasil com as regiões da França, visto tratar-se de processos históricos e de uma escala temporal muito diferente. Nas regiões francesas, as relações cristalizaram as paisagens, que podem ser observadas em campo, diferentemente do que ocorreu no Brasil.

Em meados da década de 1950, a monografia urbana tradicional passa também a incluir uma análise do grau de centralidade urbana e da determinação da área de influência da cidade. O final da década caracterizou um acúmulo de estudos e debates conceituais. A temática englobava a organização interna das cidades; aos geógrafos importava agora analisar a estrutura urbana, definida de forma dinâmica, a partir de relações que se estabeleciam entre cada parte da cidade (ABREU, 1994). Os estudos versavam sobre a metrópole, a centralidade urbana, as redes, os estudos urbanoregionais e os agentes modeladores do espaço. A atenção deslocou-

---

<sup>6</sup> Associação dos Geógrafos Brasileiros

se para o estudo da organização interna das cidades, e a dinâmica de estruturação do espaço metropolitano.

Na segunda metade da década de 1960, a *revolução quantitativa* ganha força no Brasil, intensificada pelas atividades de planejamento territorial promovidas pelo governo militar. Nesse período, destacaram-se os estudos sobre planejamento territorial e regional, com o estudo das *hinterlândias*, redes urbanas, polos de crescimento e a centralidade urbana. Os estudos interurbanos tomam a dianteira da produção geográfica sobre a cidade. Buscava-se a determinação de padrões urbanos: locacionais, socioeconômicos e de interação.

A década de 1970 representou uma fase de abertura da Geografia brasileira para as mais variadas correntes do pensamento. A Geografia vivia um momento de transição: a questão social pontuava as discussões da questão urbana. A produção geográfica do período englobava trabalhos sobre o papel exercido pelo Estado no processo de estruturação interna das cidades; o estudo das metrópoles, ressaltando o processo de crescimento acelerado das periferias urbanas; a visualização do espaço urbano como um campo de forças; a segregação urbana e os processos espaciais.

No ano de 1979, Milton Santos publica *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*<sup>7</sup>, no qual busca analisar a urbanização dos países do Terceiro Mundo a partir da teoria dos dois circuitos da economia para as cidades e não de abordagens exteriores. Segundo o autor, o Terceiro Mundo não pode ser caracterizado por países “*em desenvolvimento*”, pois sua situação não é comparável aos países desenvolvidos antes da industrialização; “os componentes do espaço são os mesmos, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, as combinações entre eles e seu processo de fusão” (SANTOS, 2004b, p. 20).

Segundo Abreu (1994), o estudo sobre a lógica da especulação imobiliária, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1978), inaugurou a nova forma de pensar o espaço urbano. Buscava-se uma tentativa de rompimento com o neopositivismo: o homem se constituiu como o sujeito da produção do espaço.

---

<sup>7</sup> Título original em francês: *L'espace partagé. Lês deux circuits de l'economie urbaine des pays sous-développés*.

Milton Santos (1986, p. 195) irá propor como objeto da Geografia “o estudo das sociedades humanas em sua obra de permanente reconstrução do espaço herdado das gerações precedentes, através das diversas instâncias da produção”. Segundo o autor, esse estudo poderá ser feito através da categoria formação socioespacial. Sua importância reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, esse só é inteligível através da sociedade.

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1977, p. 81).

A Geografia Crítica assume o conteúdo político do conhecimento científico. O espaço é pensado na sua totalidade, como base da vida social, e sua organização, como reflexo da atividade econômica. Santos (1988) apresenta o espaço como fator social e não apenas como reflexo social. Constitui-se o espaço em uma instância da sociedade, condicionando-a e compartilhando do processo de existência e reprodução social. Segundo o autor, não há como falar em sociedade e espaço como algo separado; modo de produção, formação socioeconômica e espaço são categorias interdependentes. O espaço deve ser analisado a partir de quatro categorias: estrutura, processo, função e forma, que, consideradas em conjunto e relacionadas entre si, constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.

A partir daí novos temas de investigação ganham relevância, como o direito à cidadania, os agentes da produção do espaço, a renda da terra, as transformações na morfologia interna da cidade; o espaço urbano e a reprodução do capital; questões essas que caracterizam a pesquisa crítica sobre a cidade na Geografia brasileira. Desta forma, a produção (e reprodução) do espaço urbano pode ser analisada, primeiramente, a partir das mudanças na morfologia da cidade.

As críticas em relação à análise marxista da cidade, bem como à análise mais economicista, argumentam que a visão mais estruturalista da cidade, bem como a transposição das categorias marxistas, acaba reduzindo todos os aspectos ligados à cultura, ao cotidiano, para segundo plano. A cidade é vista como

lócus da reprodução da força de trabalho e a sua estrutura interna é explicada apenas pelas teorias da renda da terra. A aparência, ou seja, a descrição da paisagem é relegada.

Durante a década de 1970, ressurgem também novos modos de entender o espaço geográfico enquanto construção histórica e social que resgata a dimensão do humano. A questão cultural reaparece dentro dos estudos urbanos, aliado ao discurso da pós-modernidade (no qual estão incluídos alguns marxistas). A Geografia Cultural resgata uma valorização maior do simbólico, do contato dentro do tecido urbano. Observa-se uma profunda mudança no que a cidade representa: os estudos abordam a reestruturação dos significados, dos simbolismos, do imaginário urbano a partir da análise do cotidiano, do modo de vida urbano, da maneira de pensar as cidades e a cultura urbana. As grandes cidades da atualidade demonstram uma heterogeneidade, a passagem de uma cultura urbana para uma complexa *multiculturalidade* que se torna, assim, ponto de análise do urbano e de seus diversos significados.

## 1.2 CIDADE – TENTATIVA DE DEFINIÇÃO

O conceito de cidade envolve uma variada e ampla literatura devido a sua complexidade. Embora de uso corrente, o termo cidade não deixa de ser um conceito ambíguo: é simultaneamente descritivo, que nos permite detectar uma realidade material concreta, e também um conceito interpretativo, pois evoca um conjunto de funções sociais. Na tentativa de analisarmos a cidade, nos baseamos no estudo “Cidade”<sup>8</sup> de Marcel Roncayolo (1986), no qual o autor transita pelos diferentes critérios utilizados na sua definição, e argumenta que, na falta de uma teoria geral que defina o termo *cidade*, torna-se essencial o conceito de *centralidade*.

A cidade aparece associada à maior parte das civilizações, e é muitas vezes considerada como sua expressão mais completa. Seu aparecimento

---

<sup>8</sup> Tradução para o português do livro *La Ville et ses Territoires*. Paris: Gillimarde, 1990 [edição portuguesa em Enciclopédia Einaudi. Vol.8. Lisboa: Casa da Moeda, 1985].

pressupõe condições precisas: excedente agrícola, divisão do trabalho na base de sua atividade econômica, especialização de tarefas. A sociedade não cria o seu ambiente apenas para satisfazer certas necessidades físicas ou sociais, mas também para projetar num espaço real de vida algumas das suas ambições, suas utopias. As formas urbanas são produtos da história. Mais do que um conceito, o termo *cidade* acumula uma soma de experiências históricas.

A noção de cidade implica uma aglomeração de toda uma população, concentração do *habitat* e das atividades que conduzem à especialização das tarefas. Os critérios morfológicos, funcionais ou socioculturais são discutíveis, pois segundo esses critérios, o caráter específico da cidade revela-se em duas direções: não pode ser entendido no interior dos seus limites, pois tem relação com o espaço circundante e com outros espaços mais distantes; e não pode ser reduzido nem a um conjunto de objetos urbanos, nem a uma combinação de funções.

Segundo Remy e Voyé (1997, p. 14-15) o conceito de cidade organiza-se em torno de diversos elementos, como densidade de *habitat* e domínio do construído, e articula-se mediante vários tipos de oposições: interior e exterior da cidade, entre um centro e bairros, espaços privados e públicos. A cidade tira suas especificidades do fato de não ser o lugar de uma função específica, e sim o lugar no qual essas várias funções encontram-se em interrelação. Na cidade, as interrelações são decisivas, o que se traduz na própria morfologia.

Segundo Lefebvre (2004) não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro. No centro da cidade estão sedimentados elementos da cultura, da política, do imaginário, do cotidiano, da história social traduzida nos valores preservados nas formas concretas e objetivas da paisagem. A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, pois exige um conteúdo, é algo “construído”: a função não define que determinados locais sejam frequentados ou não. A centralidade não é resultado de opções puramente utilitárias; nela se mesclam sentimentos e simbolismos. Existem formas, espaços, estruturações diferentes dessa centralidade, sendo necessário distinguir entre centralidade urbana, urbanismo e centralidade abstrata, ou seja, do poder e da hierarquia.

A cidade é anterior à industrialização. Possui uma realidade econômica, social e cultural: é o centro do capital, dos conhecimentos, das técnicas. É também o centro de gestão do território, representa a mediação entre o que

Lefebvre (1991) denomina de *ordem próxima*, das relações dos indivíduos, da vizinhança, das normas que não estão inscritas, mas que são cumpridas, e a *ordem distante*: o Estado, a ordem da sociedade regida por instituições.

Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata (...) (LEFEBVRE, 1991, p. 46)

Assim como a cultura representa um papel importante na produção do espaço, a cidade é, ainda, o centro do poder político, econômico, religioso e o terreno no qual as classes sociais se enfrentam. Deve ser entendida a partir da vida cotidiana, das relações imediatas (ordem próxima), sem, contudo, esquecer o que está acima desse contexto: as instituições, as ideologias (ordem distante). Portanto, nosso intuito nesta pesquisa é analisar a cidade a partir de quatro aspectos: social, político, cultural e morfológico. Abaixo, procuramos descrever sucintamente cada um desses aspectos.

### **1.2.1 Divisão social do trabalho**

A cidade apresenta dois aspectos complementares: é simultaneamente polo de diferenças que se exprimem na ordenação interna e separa de forma mais ou menos visível os grupos sociais, as funções, a utilização do solo; e é também centro de convívio, de convergência que domina e atenua, tanto quanto possível, os efeitos da distância (RONCAYOLO, 1986). A relação entre a distância topográfica e a distância social caracteriza as sociedades e permite avaliar os resultados de composições territoriais concretas. É a escolha da residência, ou as razões que a determinam, que exprimem mais claramente as diferenças sociais entre os vários grupos.

A cidade reúne formas pertencentes a épocas diferentes, sua diversidade social e funcional depende de estratos históricos sucessivos, desigualmente significativos e desigualmente diluídos no tempo.

A intervenção pública não anula a influência dos mecanismos sociais. A escolha dos locais para as construções e os equipamentos coletivos origina diferenças que se repercutem no valor de uso e no valor de troca dos terrenos circundantes. A estrutura social não se projeta imediatamente na cidade, e não pode ser analisada com base em um esquema simples. São as relações sociais de uma determinada sociedade histórica que presidem à organização do espaço urbano. As noções espaciais remetem constantemente às relações de poder, à ideologia e aos modos de habitar a cidade.

### **1.2.2 Cidade e política**

O fato político está presente em toda a cidade. A questão urbana evoca as desigualdades e os conflitos inevitáveis no conjunto de uma sociedade, mesmo que sejam devidos a uma interação de forças específicas e em função de interesses localizados. No plano local, o controle social é exercido de maneira diferente: não corresponde necessariamente às hierarquias que caracterizam a sociedade no seu conjunto. A noção de política urbana inclui as decisões tomadas pelo poder local e os incitamentos ou as recusas, por vezes estratégicos das autoridades centrais.

Definir politicamente uma cidade significa definir as relações variáveis entre os grupos sociais: certo grupo importante nesta pode ser minoritário ou marginal naquela. Nesse sentido, não basta estudar a composição social, é preciso também compreender a natureza das relações sociais e os seus efeitos no governo da cidade. A base social não é suficiente para determinar quem serão os dirigentes da cidade. É preciso passar das classes e da composição social ao conhecimento das elites políticas que procuram manter-se à frente da cidade (RONCAYOLO, 1986). A política urbana resulta das coletividades locais e do Estado, através das suas múltiplas intervenções.

Na fase atual do capitalismo, pelo financiamento público dos equipamentos, pelos hábitos de consumo que ele promove, pela divisão funcional e social, o Estado ocupa-se simultaneamente do funcionamento da economia e da reprodução da sociedade através da força de trabalho e das relações sociais. A

noção de política urbana dissolve-se na relação entre modo de produção e aparelho de Estado.

As pequenas cidades são espaços significativos para a sociedade local, pelas relações nelas estabelecidas, por meio de vínculos e significações tecidas cotidianamente. Contudo, isso não significa apropriar-se efetivamente do espaço e do seu comando, tendo em vista condições políticas e materiais. Observa-se que nas pequenas cidades as relações políticas também guardam especificidades. De maneira geral, é por ocasião das eleições que ocorrem explicitamente os conflitos políticos, quando se aceita a situação e a oposição. É comum a formação de grupos, que se revezam no poder, inclusive por meio de alternância com os mesmos nomes.

### **1.2.3 Cidade e cultura urbana**

A cultura urbana é entendida como um conjunto de comportamentos e atitudes, aspecto que não é independente da população nem da atividade funcional. Na sua descrição estariam resumidos e interligados ambiente, modo de vida e comportamentos. Seu aprofundamento passa pelos conhecimentos da cidade por dentro, nas suas divisões funcionais, sociais e culturais. Na tradição clássica da Europa, a cidade aparece como lugar da cultura, nomeadamente da cultura escrita. Civismo e civilização, urbanidade e urbano são parentes próximos e opõem-se à rusticidade.

Roncayolo (1986) faz referência à obra de Redfield e Singer (1954), os quais apontam dois tipos de urbanização: a primeira, que se inscreve na tradição de uma cultura e de uma sociedade rurais e exprime os seus traços principais, conservadora, que define a cidade como local de residência de uma elite tradicional; a segunda é a urbanização “heterogênea” portadora de um espírito inovador e de novas técnicas, que favoreceria o aparecimento de modelos culturais que cortam a tradição anterior e promovem a sua difusão. No século XIX, é em torno das

instituições culturais, criadas pelos poderes públicos ou pelas elites locais, que se agrupam muitas cidades de província, mantidas à margem da industrialização.

A paisagem cultural é própria das cidades; no entanto, a cidade não elimina as relações primárias, as relações interpessoais, mesmo quando as amplia a partir de práticas ou de instituições diferentes, como a formação de sociabilidades, as relações de vizinhança, a organização social, a solidariedade em bairros proletários ou de minorias.

### **1.2.4 Morfologia e plano da cidade**

A morfologia diz respeito à análise interna da cidade, ou seja, de que modo as populações e as profissões se repetem no tecido urbano e como se organiza esse tecido. O seu estudo nos permite compreender os processos de transformação da cidade, de sua estrutura e de sua paisagem, ou seja, compreender as causas sociais que fomentam as mudanças (ou permanências) do plano, da edificação e da própria imagem urbana entendida como paisagem global. As formas estão sempre ligadas a aspectos demográficos, funcionais e sociais da cidade, e são por seu intermédio que as culturas urbanas exercem o seu poder criativo, as suas práticas.

Segundo Carlos (2001, p. 46),

(...) a morfologia urbana não revela a gênese do espaço, mas aparece como caminho para a análise do modo como passado e presente se fundem em determinado momento, revelando as possibilidades e os limites do uso do espaço pelo habitante. A forma da cidade que se infere como morfologia permite apreender estabilidades provisórias, equilíbrios momentâneos; coloca-nos diante da duração, daquilo que persiste e daquilo que se rompe, expondo dessa forma a dialética da continuidade/descontinuidade.

O plano e as fases de crescimento da cidade, os limites físicos são mais ou menos evidentes na paisagem, definindo uma estreita ligação entre cidade e circulação, e a influência da centralidade exercida por ela. O plano é compreendido mais através das suas formas originárias, dos seus dispositivos elementares do que na dimensão de um aglomerado moderno. Através de suas

indicações, podemos perceber as várias fases do crescimento da cidade, ler sua história. A análise dos planos de cidades constituiu o início da atenção morfológica na geografia urbana.

### *1.3 LER A CIDADE A PARTIR DA SUA MORFOLOGIA*

Podemos perceber, a partir das reflexões feitas anteriormente, que categorias já presentes na Geografia tradicional, como paisagem, região, território, espaço, são resgatados e repensados teoricamente para estudar a cidade atual e tem orientado o desenvolvimento de estudos empíricos. Dessa forma, nossa intenção é trazer subsídios que nos auxiliem no estudo da morfologia da cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, objeto de nossa pesquisa. Vários elementos como os critérios de definir a cidade através da densidade demográfica, relação e/ou oposição cidade e campo, relevância do estudo das pequenas cidades, já eram frequentes em textos anteriores ao período da Geografia Crítica, e demonstravam uma complexidade na cidade, mas essa acabava sendo perdida nas explicações.

Deffontaines (2004, p. 132-133) chama a atenção para o estudo das formas:

A cidade nascente é essencialmente uma igreja e uma praça. A igreja serve de lugar de atração a toda a população, muito ligada a uma religião de cerimônia e rituais; ela é também o centro de registro civil para os nascimentos, casamentos, enterros (...) as casas que cercam a praça procuram ser luxuosas; elas fazem parte da festa, não são casas, mas palacetes e foram construídas pelos principais fazendeiros das cercanias, porque é um luxo ter-se fachada para a praça.

Nesse sentido, a análise interna, morfológica, das cidades não pode limitar-se às determinações econômicas, sem dúvida fundamentais ao uso e organização do espaço, mas deve fazer intervir os diversos projetos de que são portadores os vários grupos sociais. A forma de percebermos a cidade constitui um reflexo do pensamento geográfico. Nesse sentido, devemos pensar a cidade, o

espaço urbano, não mais apenas através de suas formas, mas como um processo em construção.

Para Vilagrassa (1991), a morfologia é definida como o estudo da forma urbana e dos processos e pessoas que a modelam. No texto *El estudio de la morfología urbana: una aproximación*, o autor aborda quatro temas-chave para seu estudo: o plano, o parcelamento (divisões do terreno) como parte específica do plano; as edificações e a imagem urbana como percepção e como paisagem global.

Ya se ha señalado cómo el análisis de planos de ciudades constituye el inicio de la atención morfológica en geografía urbana. Las visiones clásicas iniciales contienen una doble vertiente al atender simultáneamente al emplazamiento urbano, muchas veces asociado al medio físico, y a las etapas históricas del crecimiento (VILAGRASA, 1991)

Esses estudos atendiam ao local urbano associado ao ambiente físico e às etapas históricas do crescimento (sítio e situação). “Los problemas que apunta derivan, sobre todo, del alto grado de generalización de las tipologías utilizadas y de la, a veces, débil atención histórica a la forma urbana como tal, a su expansión y a su transformación” (VILAGRASA, 1991).

A análise do parcelamento corresponde ao estudo, por um lado, da propriedade como fator definidor de formas urbanas, e por outro, dos diferentes usos do solo, segundo as épocas, constituindo um produto global das transformações sociais que são produzidas na cidade.

O processo de reprodução do espaço urbano é percebido, inicialmente, como uma mudança morfológica. A análise do plano da cidade permite definir as etapas de crescimento e os tipos de agentes que atuaram na sua modelação. A morfologia representa então um caminho para entender o modo como passado e presente se fundem, revelando as possibilidades e os limites do uso do espaço pelo habitante. Através das formas, é possível apreender a dialética da continuidade/descontinuidade. Segundo Carlos (2001, p. 47) “a forma não pode ser definida fora de suas determinações, de seus componentes e de suas referências à sociedade; ela também possui relação com a história, em particular com a formação dos sistemas de pensamento, das representações (...)”. Dois tempos se justapõem na forma: o primeiro é o tempo da história e do contexto de sua construção, ou seja,

o tempo da morfologia urbana ou da história da cidade. O segundo tempo é o do contexto e do tempo de seu uso, ou seja, o ritmo da vida da cidade.

Segundo Santos (1988, p. 53):

[O] espaço deve ser estudado levando-se em conta sua relação com a sociedade, quando os processos mudam, mudam as funções também, estas devem ser apreendidas em decorrência de sua história, a acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial.

Dessa forma, o espaço contém, enquanto produto histórico, o processo de acumulação técnica cultural que guarda as características e determinações da sociedade que a produziu. O homem adquire um papel fundamental como sujeito do processo. As formas espaciais irão traduzir as relações existentes na sociedade, dos homens que a produziram, sendo possível compreendê-las através dos movimentos históricos concretos.

#### 1.4. A CIDADE DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR - RS

Com base nas considerações realizadas, passamos a analisar Santa Vitória do Palmar - RS. Na análise da morfologia e do plano da cidade, nos baseamos no estudo *La ciudad pampeana* de P.H.Randle (1977), que apresenta um modelo de organização das cidades pampeanas argentinas, caracterizadas como cidades de fronteira e de conquista. Dessa forma, fazemos uma analogia à Santa Vitória do Palmar.

Santa Vitória do Palmar foi construída em torno de uma praça, na forma de um tabuleiro de xadrez, ou seja, ruas retas, e espaços quadriculares. Segundo Randle (1977) o traçado quadricular é a primeira imagem que associa-se quando se pergunta pela forma urbana das cidades pampeanas. O traçado quadricular encaixa-se melhor nos movimentos de fronteira e ocupação de novos territórios. Todas as cidades constituídas dessa forma (traçado quadricular)

caracterizam-se por apresentar uma estrutura quase homogênea, que possuem elementos básicos comuns a todas elas: a praça (centro das funções urbanas), a rua comercial, o cemitério, o matadouro, a área de remates feiras. A imagem a seguir (FIG. 1) exemplifica a regularidade do traçado da cidade.



Figura 1 – Vista aérea parcial da cidade de Santa Vitória do Palmar.

Fonte: Sérgio Oliveira, 1997.

A localização de uma cidade depende tanto de investimentos, e, portanto de opções sociais e políticas, como das condições naturais. Torna-se importante ver no plano algo mais do que uma combinação sumária das funções com a topografia.

Para Roncayolo (1986), o plano em xadrez caracteriza as cidades “fundadas” em oposição às cidades “espontâneas”, evidente nas experiências de colonização ou nas zonas de urbanização recente. O autor aponta o plano em xadrez como sinônimo de planificação, pois aparece ligado a todas as fundações sistemáticas. Da mesma forma, é uma solução fácil para os promotores imobiliários, a atribuição dos lotes fica submetida às leis do mercado, maleabilidade na cedência

do solo e na própria construção. As reconstruções podem ser feitas no interior de cada bloco.

Nesse sentido, a análise interna, morfológica das cidades, não pode limitar-se às determinações econômicas, sem dúvida fundamentais ao uso e à organização do espaço, mas deve fazer intervir os diversos projetos de que são portadores os vários grupos sociais.

A Praça General Andréa, em Santa Vitória do Palmar, constitui um centro diferencial; as outras praças existentes na cidade vão estar subordinadas à principal. Em seu entorno temos a igreja e os prédios mais importantes, como Prefeitura (situada a uma quadra da mesma), Teatro, Clube Comercial, Fórum, bancos e uma série de construções edificadas pela população que consolidou a formação do núcleo urbano. Essa área em torno é definida como o centro cívico, local no qual acontecem os principais eventos do município. Corresponde ao lugar designado para as cerimônias formais. Constitui um elemento principal de existência, e, durante o período inicial, caracteriza-se como o centro de todas as funções urbanas.

Em torno de ella hallamos los dos edificios clave de la división del poder temporal y del poder divino, esto es, “la casa municipal” (...) y “el templo” que originalmente ha sido la parroquia única y que, en todo caso, ha conservado un cierto privilegio “defacto” frente a otras iglesias erigidas posteriormente (RANDLE, 1977, p. 78)

A arquitetura inicial da cidade é de origem açoriana – polo na cidade de Rio Grande e Pelotas – caracterizada por uma porta e uma janela, ou uma porta e duas janelas, e uma casa encostada na outra. Observamos que grande parte das moradias mais antigas da cidade tem essa característica, herdada culturalmente, mesmo existindo espaço disponível para construção. No entorno da praça surgem os sobrados, dos grandes ricos e potentados. Desses, três ainda existem no entorno da Praça General Andréa. Entretanto, a influência espanhola foi muito grande, pois até a década de 1970, a cidade possuía mais contato com o Uruguai do que com outras cidades do país.

A distância de outros centros, como as cidades de Rio Grande e de Pelotas, dificultou a existência de grandes casas no século XX (a exemplo de Jaguarão), pois as famílias se transmudavam para outras cidades na época dos

filhos estudarem, como Porto Alegre, Pelotas, Montevideu e Rocha no Uruguai. A construção de moradias melhores apenas passa a ser observada a partir da década de 1960, paralelo ao crescimento do cultivo de arroz no município, quando o granjeiro passou a se fixar na cidade, diferente do pecuarista.

Segundo Rémy e Voyé (1997), a cidade organiza-se em bairros, agrupados em torno do centro, o lugar onde estão instalados os poderes, de desenvolvimento de toda a vida cotidiana. O autor descreve a organização espacial de cidades não-urbanizadas, características que podem ser observadas em cidades pequenas. A cidade é o lugar da história coletiva dos campos que estrutura, possui uma significação simbólica, através das construções, dos monumentos das diferentes funções desempenhadas.

(...) o centro é também o lugar onde se encontra o hotel, pois é a partir deste que o estranho pode, impunemente, introduzir-se no espaço e na vida da cidade. Visto ser o centro o lugar onde se encontram e se misturam, principalmente em certas alturas, os habitantes dos vários bairros, o estranho é nele aceito mais facilmente do que nos bairros, onde é primeiro visto como intruso (...) onde se irão negociar também as trocas com o exterior e com o estrangeiro. É pois no centro também que se resolve o problema do acolhimento, do distanciamento ou da rejeição – o que reforça a significação desse centro como lugar de poder. (RÉMY, VOYÉ, 1997, p. 40-1)

A rua comercial, constituída pela via de acesso da cidade à praça, desenvolve um fluxo circulatório, que origina casas comerciais, devido à posição privilegiada na rua de maior fluxo. Constitui-se em um elemento importante a partir da pavimentação e o estabelecimento de um trânsito regular. Atualmente, essa rua caracteriza-se por apresentar lojas de roupas, calçados, farmácias, escritórios, com funções durante o dia, assim como bares, lancherias, hotéis. Essas atividades, na maior parte, são realizadas em construções antigas, que hoje servem basicamente para fim comercial; ou seja, velhas formas, novas funções. Definida como a área de comércio varejista, a rua comercial Barão do Rio Branco, em Santa Vitória do Palmar, constitui um prolongamento da via de acesso à cidade, a Avenida Justino Amonte Anacker (FIG. 2). Nas proximidades da BR 471, localizam-se postos de gasolina, engenhos, lojas de implementos agrícolas, armazéns, churrascaria, equipamentos que caracterizam a ligação da cidade com as áreas agrícolas modernizadas do município.



Figura 2: Avenida Justino Amonte Anacker – principal via de acesso ao centro da cidade

Fonte: Lenize Ferreira, 2007.

Outro componente de identificação da morfologia da cidade é o que Randle (1977) denomina de *bulevar*: uma avenida dupla, separada por jardins mais ou menos ornamentados. Compreende hoje, em Santa Vitória do Palmar, a Avenida Bento Gonçalves, local que anteriormente correspondia a uma via de acesso para outros locais do município, também por onde a população deslocava-se para ir ao Chuí, Rio Grande e outras localidades. Essa avenida, até o final da década de 1940, constituía-se no limite urbano da cidade; as áreas localizadas para além da avenida constituíam o perímetro suburbano, nucleados pela Vila Jacinto, na qual se aglomerava anteriormente a população de menores recursos.

Um elemento localizado na periferia da cidade é o cemitério, que normalmente localiza-se fora da planta urbana, de forma segregada. Em alguns casos, o crescimento da cidade acaba englobando o cemitério; em Santa Vitória, temos em seu entorno a proliferação de uma série de construções que atendem a uma classe social de baixo poder aquisitivo, com um grande número de moradias autoconstruídas, como pode ser observado na Figura 3.

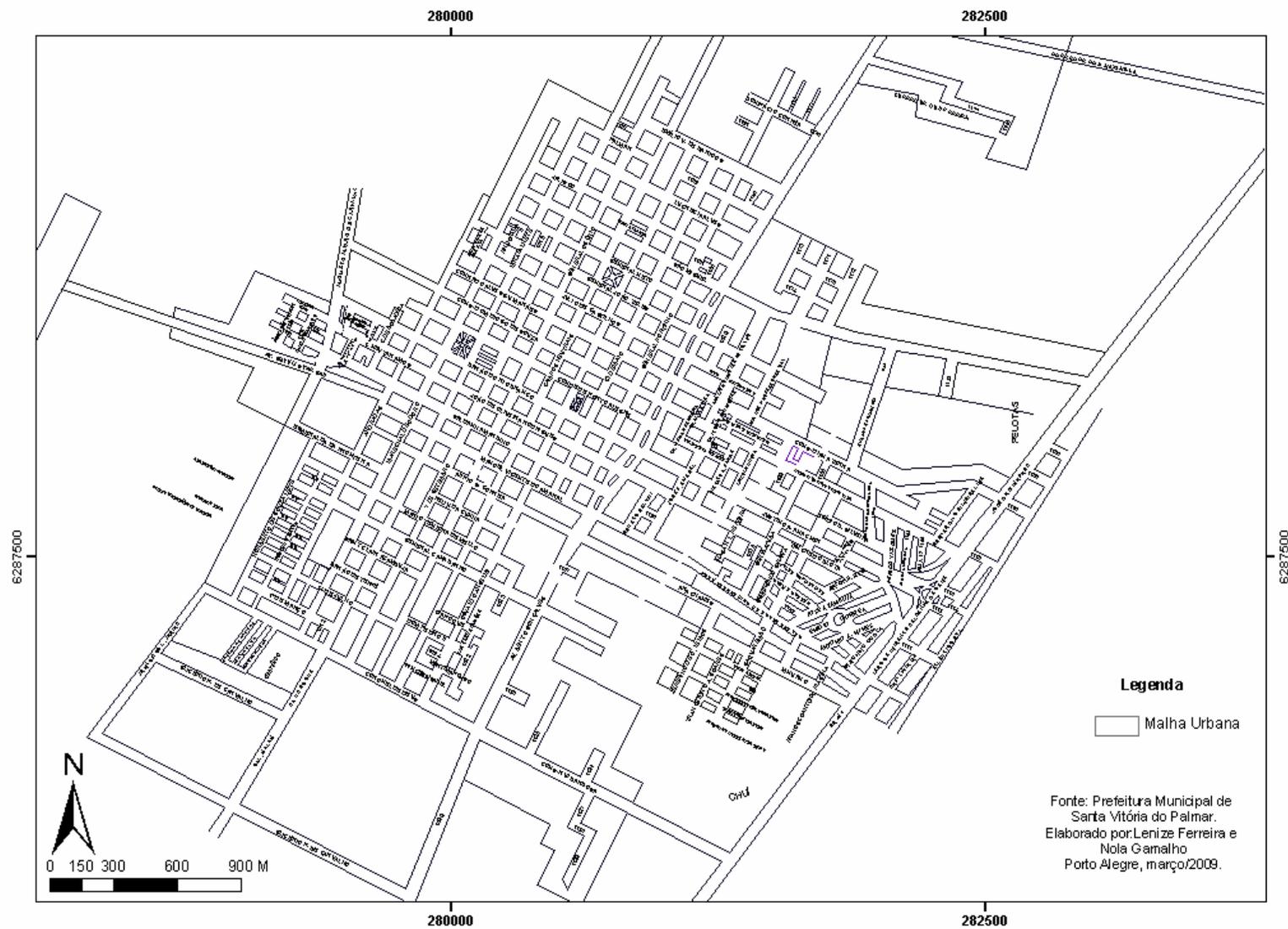


Figura 3- Rua Castro Alves - Bairro Vila Nova

Fonte: Lenize Ferreira, 2006.

Outro elemento da periferia da cidade são os “remates-feiras”, encontrando-se, na maior parte, próximos aos tradicionais caminhos de tropa. Consiste em currais adequados, normalmente uma extensão grande de terras, de propriedade de uma cooperativa ou sociedade rural local, e o matadouro, normalmente localizado distante da cidade, devido ao transtorno que causa às áreas vizinhas. Esses elementos localizam-se na Rua Mirapalhete, em direção ao sul.

A cidade cresce em torno dos antigos caminhos que conduziam às antigas fazendas, constituindo, em Santa Vitória do Palmar, as ruas Augusto Álvaro de Carvalho (estrada Curral de Arroios), a Avenida Campos Neutrais (estrada Mirim-Arroito), a Rua Mirapalhete (estrada para São Miguel) e a Avenida Bento Gonçalves (antiga estrada do Chuí), como pode ser observado no Mapa 2. A partir daí, temos a consolidação de um núcleo e, posteriormente, sua expansão. A cidade desenvolve-se levando em conta esse traçado inicial (FIG. 4).



Mapa 2: Malha Urbana da cidade de Santa Vitória do Palmar-RS

### 1.4.1 Paisagem/configuração atual

A área central é o foco da cidade. Nela concentram-se as atividades comerciais e de serviços (escritórios despachantes, de contabilidade). Em razão das vantagens que essa área oferece, o preço da terra e dos imóveis é bem mais elevado, levando a uma seleção das atividades ali localizadas.

Segundo Corrêa (1989, p. 40)

localizam-se na área central aqueles que são capazes de transformar custos locacionais elevados e ampla acessibilidade em lucros maximizados: são as atividades voltadas para um amplo mercado, nacional, regional ou abrangendo toda a cidade.

Nessa área é que vão estar localizadas as lojas de comércio, caracterizando um uso mais intensivo do solo, com uma maior concentração das atividades econômicas, principalmente serviços. A área em torno da rua principal, ou rua comercial, vai caracterizar-se por apresentar atividades semelhantes, com supermercados e lojas menores.

Em torno do centro, observam-se na paisagem as casas melhor estruturadas, dotadas de toda infraestrutura. À medida que nos afastamos, o padrão de construção vai decaindo, com vilas populares: COHABs (as mais antigas hoje encontram-se descaracterizadas: as pessoas, na medida do possível, vão reformando a habitação) e casas construídas pelos próprios moradores. Contudo, a área do centro apresenta residências bastante diferenciadas, comprovando que não ocorre uma divisão de classes mais acentuada. Observam-se também, na cidade, áreas que já se caracterizam por apresentar construções melhores, atendendo a uma classe social de mais alta renda.

Com a construção da BR 471 (1947-1969), novas áreas são incorporadas à cidade, que vai ganhando outra configuração, como a Avenida Justino Amonte Anacker, via de acesso à cidade, que se especializa no comércio de máquinas, postos de gasolinas, atendendo ao transporte de cargas, caminhões, viajantes. O traçado expande-se principalmente em direção leste, local no qual estava sendo construída a rodovia (cujas obras foram iniciadas em 1947, no governo

Dutra, e inauguradas em 1969), como podemos observar comparando as fotografias aéreas da década de 1960 (FIG. 4) e final da década de 1990 (FIG. 5), respectivamente.

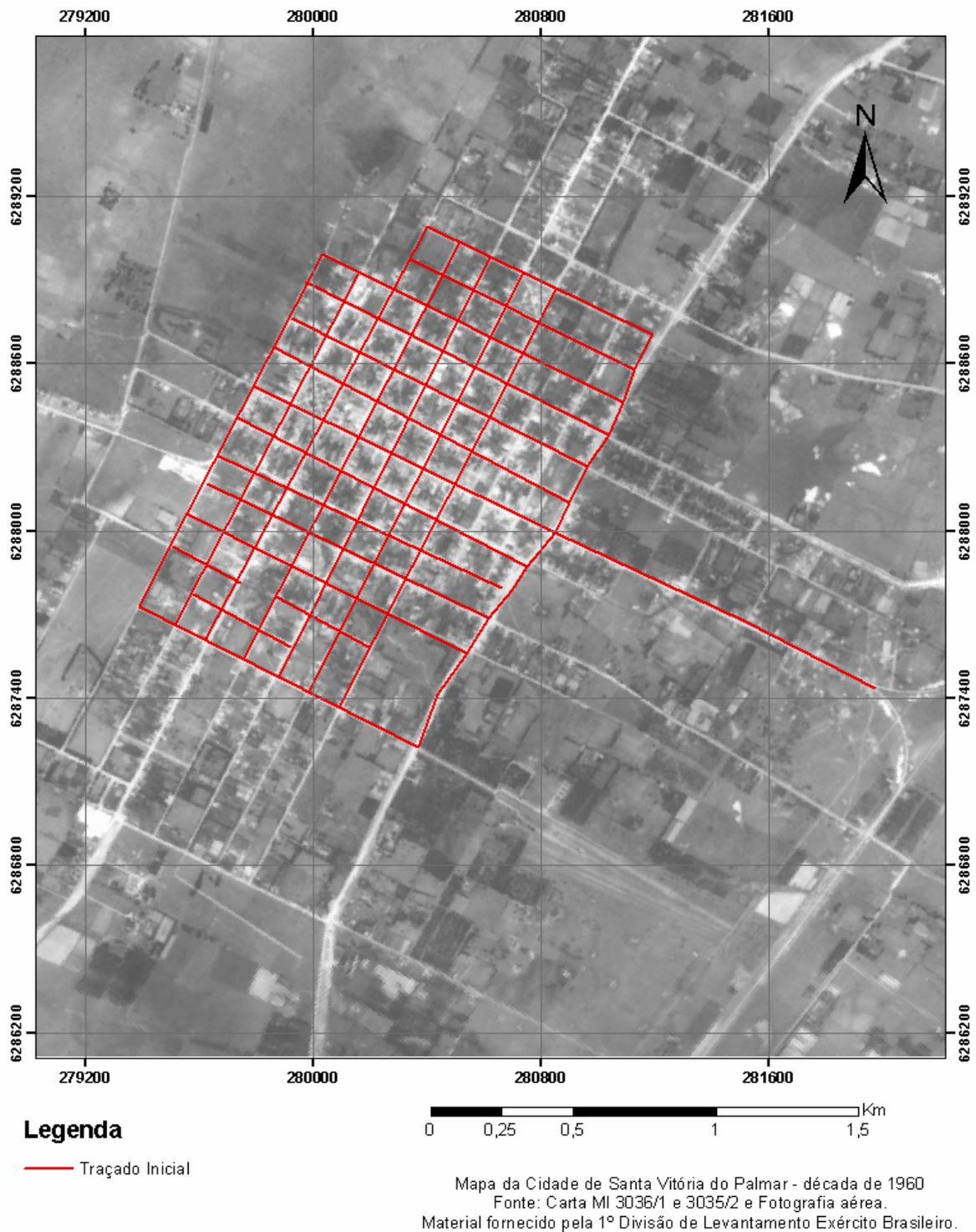


Figura 4 – Fotografia aérea da cidade de Santa Vitória do Palmar – 1964.



Figura 5 – Fotografia aérea da cidade de Santa Vitória do Palmar – 1996

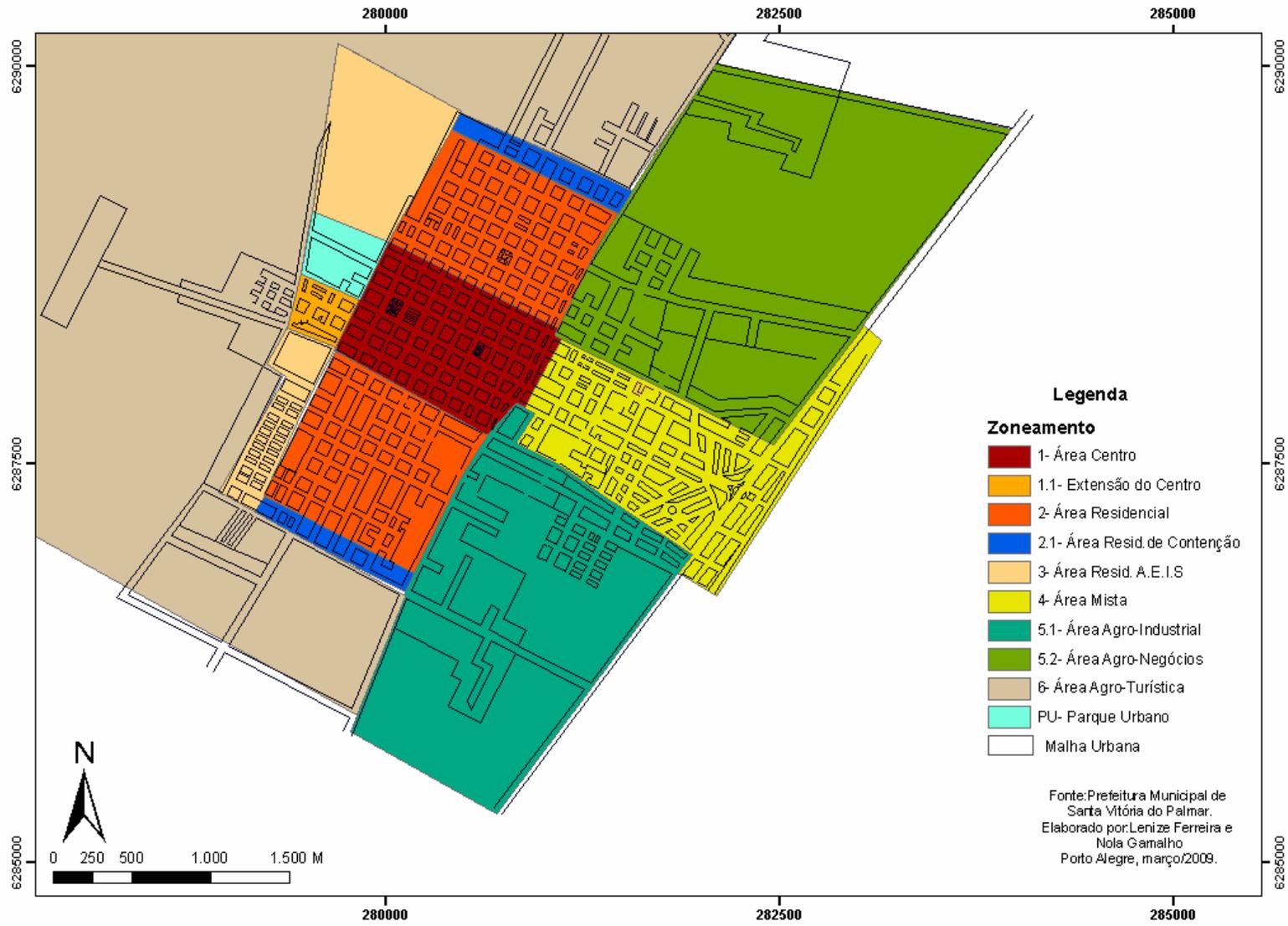
Os terrenos localizados entre o limite anterior (Avenida Bento Gonçalves) e a rodovia (BR 471) sofreram uma valorização, originando rendas para seus proprietários, que, sem gastos, têm seus terrenos valorizados com a ajuda do

Estado. Áreas antes consideradas suburbanas são incluídas ao perímetro urbano do município. Ocorre então uma redefinição dessas áreas, através da valorização fundiária e do interesse de firmas empreiteiras representando os promotores imobiliários. Novos espaços vão se estruturando para atender à população, que não possui condições de ocupar terrenos com uma maior gama de serviços e dotados de infraestrutura. Essa população procura lotes mais baratos dando uma nova configuração ao município, com o aumento de áreas periféricas, e a incorporação de novas áreas ao espaço da cidade.

Conforme o Plano Diretor da cidade (versão preliminar Lei Complementar nº XX/2006<sup>9</sup>, de 30 de setembro de 2006), foram delimitadas sete zonas de usos e regime urbanístico, como podemos observar no Mapa 3.

---

<sup>9</sup> Ainda não aprovado. O Plano Diretor anterior delimitava 05 Zonas (Lei 2.715 de 03/10/1995) mais a área de contenção (Zona 6), definida fora do perímetro urbano anterior.



Mapa 3 – Zoneamento da cidade de Santa Vitória do Palmar-RS

Segundo o Plano Diretor (2006), a Zona 1, o Centro, é definida como *zona de consolidação de funções institucionais e comerciais de maior densidade e ocupação do solo*, com usos residencial, comercial e institucional, delimitada pelas ruas Avenida Bento Gonçalves, Alípio Santiago Correa, Andradas e Júlio de Castilhos. A Zona 1.1 (Extensão do Centro) abrange a ampliação das funções do centro com usos residencial e comercial, abrange a área entre as ruas Barão do Rio Branco, Andradas, Augusto Álvaro de Carvalho e Avenida Getúlio Vargas. Nessa área situa-se a Cohab II da cidade.

A Zona 2 caracteriza-se pela função residencial. Inclui toda a área em torno ao centro, caracterizando espaços que apresentam os mais variados serviços, como supermercados, oficinas, escolas, áreas residenciais, além de atividades comerciais de varejo e abastecimento. Abrange os Bairros Coxilha, delimitado pelas Ruas Coronel de Deus, Andradas, Alípio Santiago Correa e Avenida Bento Gonçalves; e Bairro Donatos, delimitado pelas Ruas Emílio V. de Barrios, Andradas, Júlio de Castilhos e Avenida Bento Gonçalves. A área periférica é definida como *Residencial de Contenção, trecho residencial de contenção da expansão da cidade*, situada em direção ao sul e norte da cidade, a qual apresenta uso residencial e comércio de atacado.

A Zona 3 é definida pelo Plano Diretor como *Área Residencial A.E.I.S.:* áreas especiais destinadas aos projetos de habitação de interesse social, com uso predominante para habitação social. Compreende o Bairro Vila Rodrigues, delimitado pelas ruas Andradas, Coronel de Deus, Augusto Álvaro de Carvalho e Avenida Getúlio Vargas. A proposta do Plano Diretor é preencher os vazios urbanos existentes no perímetro urbano, sem necessidade de expansão de novas áreas, o que implicaria gastos com infraestrutura.

Neste sentido foram privilegiados a ideia de concentrar a cidade e os balneários em suas áreas ocupadas atuais, para conseguir uma densidade de usos e acontecimento de verdadeiro valor de urbanidade, tentando frear as contínuas expansões de loteamentos, que em nada aportam a uma consolidação razoável e por etapas dos distintos assentamentos humanos. (PLANO DIRETOR, 2006, p. 17)

A Zona 4, denominada Área Mista, é definida como *zona adjacente ao eixo cívico de fortalecimento dos eixos viários urbanos com tratamento diferenciado de equipamentos públicos*. Embora seu uso apareça definido no Plano Diretor como residencial, lazer, cultura e esportes, a área em torno da Avenida Justino Amonte

Anacker, e adjacências da BR 471 é especializada no comércio e serviços para atender as atividades desenvolvidas na área rural do município. Compreende os Bairros Brasileiro, Cardeal, Vila Jacinto e, nas adjacências da BR 471, Santa Júlia.

De acordo com o Plano Diretor (2006), a Zona 5 é dividida em duas áreas: 5.1 - *Área Agroindustrial*, definida como zona de conformação paralela ao eixo rodoviário principal (em direção ao sul), com atividades de agroindústria, grandes prédios (referência aos silos de arroz) e poucas ocupações; e 5.2 – *Área de Agronegócios*: definida como zona de conformação paralela ao eixo rodoviário principal (em direção norte), com atividades de agroindústria, grandes prédios e poucas ocupações. Predomina o uso industrial e comércio de atacado. Abrange os Bairros Vitoriense, São Miguel, Aviação e Bento Gonçalves. Essa área é delimitada a leste pela BR 471 e ao oeste pela Avenida Bento Gonçalves.

A Zona 6, definida como *Área Agroturística*, localiza-se em torno da Av. Getúlio Vargas e Ruas Coronel Dedeus e Emílio Valentim de Barrios. Segundo o Plano Diretor (2006), é definida como zona para produção intensiva e à atividade de extensão de fortalecimento dessas atividades. Caracteriza-se por apresentar chácaras, sítios, e escolas rurais. Abrange a Vila Nova, área periférica da cidade, delimitada pelas ruas Coronel Dedeus, Glicério P. de Carvalho, General Malan Dian Drogne e Francisco L. Farias.

A Zona 7 define a área rural do município. Ainda de acordo com o Plano Diretor (2006) foi definida uma zona agroturística “destinada ao desenvolvimento de atividades rururbanas, ou seja, atividades que estão entre o rural e o urbano e prioritariamente com fins turísticos” (PLANO DIRETOR, 2006, p. 39). O objetivo é implantar empreendimentos de pequeno porte como forma de conter a expansão urbana, bem como valorizar os recursos produtivos dessa área. Essa zona agroturística está definida dentro do limite do perímetro urbano do município.

## 1.4.2 Os bairros da cidade

Os bairros constituem uma forma de organização concreta do espaço e do tempo da cidade. Contudo, o bairro, mesmo sendo um aspecto contingente da realidade urbana, é um aspecto secundário, não a sua essência.

Forma cômoda, importante, mas não essencial; mais conjuntural do que estrutural. As relações do centro urbano com a periferia são um fator (uma variável), importante, mas não o único. O espaço social não coincide com o espaço geométrico; esse último, homogêneo, quantitativo, é só o denominador comum de espaços sociais diferenciados, qualificados. (LEFEBVRE, 1971, p. 200).

O bairro possuiu uma existência para o habitante, local de relações interpessoais, próximas no espaço e no tempo que se define pela vida imediata e cotidiana. É na escala do bairro que o espaço e o tempo dos habitantes tomam forma e sentido no espaço urbano. Mas o bairro não é autossuficiente: sua estrutura depende de outras estruturas maiores, como a municipalidade, o poder político e as instituições. No bairro não se formam nem se instituem os papéis sociais, as condutas e os comportamentos; ele não intervém na proclamação de valores dominantes.

De acordo com Lefebvre (1971), o processo necessário para definirmos o bairro e determinar os seus limites é compreendermos a cidade como totalidade, e não como um conjunto de elementos ou coleção dos aspectos que engloba.

A cidade de Santa Vitória do Palmar está dividida em 15 bairros, de acordo com a Secretaria de Planejamento (Lei 4.178 de 07 de abril de 2008), que são: Centro, Donatos, Coxilha, Cardeal, Brasileiro, Vitoriense, São Miguel, Santa Júlia, Bento Gonçalves, Vila Rodrigues, Cohab II, Getúlio Vargas, Vila Nova, Vila Jacinto e Aviação; como podemos observar no Mapa 4.



Mapa 4 – Localização dos bairros na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS

A partir do Centro, definido pelo traçado inicial da cidade, são delimitados os Bairros Coxilha, em direção sul; Donatos, direção norte; e Cohab II na direção oeste. Constituiu a área mais adensada da cidade; à medida que nos afastamos do centro, o padrão das construções vai diminuindo. O Bairro Donatos tem início a partir da localização de duas casas de comércio (*as vendas*) nessa área, que recebiam frutos e vendiam gêneros para o campo: a *Casa Rotta e Irmãos*, situada na esquina das ruas General Osório e João Telles, de propriedade de Pedro Rotta e irmãos; e a *Defesa dos Pobres*, situada na esquina das ruas Campos Neutrais e General Neto, de propriedade de Antônio Donatto (FIG. 6). As duas *vendas* constituíam rota de chegada de áreas rurais do município: Arroito, Canoa, Afogados, Santiago, entre outras. A partir dessa posição estratégica foram se instalando os italianos em seu entorno, justamente pelo amparo das duas firmas. A Praça dos Donatos ou dos Italianos surge então como uma consequência da posição dos italianos nessa área da cidade, e não o contrário.



Figura 6: A *venda* Defesa dos Pobres, de Antônio Donato.

Fonte: Homero Rodrigues, 2008b.

O Bairro Coxilha foi formado a partir da população pobre, constituído principalmente de trabalhadores da clientela urbana: operários da construção, dos serviços gerais, domésticas, pedreiro, sapateiro, os quais saíam dessa área e iam

trabalhar na cidade, passando a ponte da Usina (hoje escritório da CEEE- Companhia Estadual de Energia Elétrica) e de algumas chácaras que abasteciam o centro com leite e hortaliças. Esse bairro constituía uma estrutura social evoluída dentro da situação urbana que vivia a cidade de Santa Vitória do Palmar na época. Nessa área localizavam-se polos vitais da comunidade: a Usina que abastecia de energia elétrica a cidade; o hospital, construído nessa área por constituir um local longe da cidade, fora do loteamento inicial. Havia ainda dois campos de futebol, Rio Branco e Santa Cruz, e, a partir de 1900, o cemitério, afastado da área adensada. Em seguida, foram construídos o primeiro grande centro econômico, a Sociedade Agropastoril, hoje o Sindicato Rural e, atrás do cemitério, o matadouro. Todos eles constituíam pontos vitais de desenvolvimento da cidade: Usina, Hospital, campos de futebol, cemitério, parque agrícola e o matadouro.

Os Bairros: Vitoriense, Cardeal, Vila Jacinto e Brasileiro correspondem à área de expansão da cidade, a partir da década de 1950, com a construção da BR 471. O bairro Vitoriense possui calçamento em suas ruas, tratamento de esgoto, e um padrão de moradias mediano. Contém estrutura comercial completa, com exceção de estabelecimentos bancários. Utiliza-se da estrutura pública de serviços ofertada no centro do município, como as duas escolas de Educação Básica Estadual.

A Vila Jacinto era conhecida popularmente como bairro dos trabalhadores. Essa área foi doada por Jacinto Ribeiro dos Santos, que em 1923 doou cinco hectares no local do aglomerado ao município. A classe dos operários receberia o terreno e, por um período de 20 anos, nada poderia ser cobrado, como impostos e taxas<sup>10</sup>. Em caso de ocupação pelo poder público, esse deveria compensar o cidadão que havia sido beneficiado. No ano de 1947, a área pobre constituía área suburbana da cidade, na qual se concentrava a população de baixo poder aquisitivo. Hoje, observa-se a construção de casas bem mais equipadas, há calçamento nas ruas, embora ainda existam muitas casas de menores recursos, localizadas ou no centro da vila (Rua Martina Rodrigues, popularmente conhecida

---

<sup>10</sup> Segundo o historiador Homero Vasques Rodrigues essa área, por muitos anos, ficou pejorativamente conhecida como “Povinho das Ratas”, dada a pobreza dos moradores e os constantes alagamentos, principalmente no inverno.

como Rua do Meio), ou em direção a BR 471, na qual os terrenos são mais baratos, em virtude de serem localizados mais afastados do centro. O bairro possui posto de saúde e duas escolas municipais.

O Bairro Coronel Brasileiro expandiu-se a partir da década de 1960, impulsionado pelos pequenos proprietários, que, a partir do aumento da produção de arroz no município, venderam suas terras e lá se instalaram, bem como pela população migrante, que chegou motivada pelo aumento de emprego no setor.

As áreas periféricas da cidade compreendem aos Bairros Aviação, São Miguel, Vila Nova, Santa Júlia, Vila Rodrigues e Getúlio Vargas, nos quais se concentra a população de mais baixa renda.

A Vila Rodrigues abrange o Loteamento Dorivaldo Leston, denominado pela população de “Mutirão dos Pinhos”. Nessa área concentra-se o maior número de moradias populares construídas no município. Condições precárias de calçamento público circundam o bairro, que apresenta ainda propriedades com características de áreas rurais, como a criação de animais (FIG. 7). O bairro possui duas escolas municipais, sendo uma de educação infantil.



Figura 7- Rua Francisco L. Farias - Bairro Vila Nova

Fonte: Lenize Ferreira, 2006.

O bairro Getúlio Vargas, próximo ao porto da cidade, abrange a população de classe baixa, constituída em grande parte por pescadores.

O bairro Santa Júlia, situado nas proximidades da BR 471, é constituído em grande parte por loteamentos destinados à população de baixa renda, muitas vezes sendo comercializados sem a devida urbanização, distante do centro do município e tendo como infraestrutura comercial pequenos mercados, nos quais é possível encontrar as mercadorias de necessidade básica.

O bairro São Miguel, localiza-se entre a rodovia BR 471 e a Avenida Bento Gonçalves, formado por famílias de baixa renda. Apresentou um crescimento maior nos últimos anos, recebendo atenção do poder público no que diz respeito à abertura de ruas e vias de acesso. Não oferece estrutura comercial nem de serviços públicos de educação e saúde aos seus moradores, ficando esses obrigados a deslocar-se a bairros vizinhos ou até mesmo ao centro da cidade. A abertura de novas vias, como a Rua dos Estudantes permite que a cidade se espalhe, intercalando vazios urbanos.

O Mutirão, localizado na periferia da cidade, prolongamento do bairro Brasileiro, apresenta construções mais modestas e vazios urbanos no entorno (definida no Plano Diretor como Área Agroindustrial). Possui estrutura comercial em número satisfatório para atender às necessidades básicas dos moradores, tendo esses que se dirigirem ao centro apenas para transações bancárias. As residências, em sua grande maioria, já sofreram modificações e melhorias. Ainda por parte dos recursos oferecidos pelo poder público, conta com escola de educação infantil (em prédio locado), escola de ensino fundamental completo e posto de saúde. As ruas do bairro são cobertas por balastro e com meio-fio em fase de acabamento, o que se supõe um futuro calçamento.

A Vila Nova, bairro situado mais distante do centro da cidade, compreende a população de mais baixa renda do município. Formado por habitações precárias, não possui calçamento e nem estrutura comercial. Constitui a área mais segregada da cidade.

O bairro – escala local – representa o recorte da cidade onde se mostram mais fortes e mais simbólicos os laços que unem os moradores da cidade

com seu espaço construído. A história do bairro é parte integrante de um movimento maior, o movimento da própria cidade.

A “produção” do espaço urbano se dá, em geral, pela incorporação à cidade de glebas que antes tinham um uso agrícola. Na medida em que a cidade vai crescendo, centros secundários de serviços vão surgindo em bairros, que acabam formando novos focos de valorização do espaço urbano, reestruturando as áreas já ocupadas. Dessa forma, os serviços urbanos são utilizados por aquela parcela da população que pode “pagar” por eles, preço esse incluído na renda do solo que dá acesso a eles. Os terrenos dotados de infraestrutura acabam “expulsando” a população mais pobre, que migra para áreas mais distantes. O Estado desempenha importante papel na determinação das demandas pelo uso de cada área específica do solo urbano e, portanto, do seu preço. Nesse sentido, percebemos que o asfalto estabelece um divisor dos valores territoriais na cidade. Os bairros que dispõem de usos coletivos, como calçamento, assim como a proximidade aos serviços, são habitados pela população que pode pagar por isso, enquanto a parcela de menor renda habita áreas cada vez mais distantes, na qual essa infraestrutura ainda não está disponível. Conseqüentemente, os terrenos ali localizados possuem preços mais baixos.

Segundo Vieira (2005, p. 138), além dos bairros, existem outras “fronteiras invisíveis no interior das cidades, espaços com características culturais, sociais e econômicas próprias, que conduzem ao estabelecimento de outros limites, segregação que é vivenciada no cotidiano, na paisagem.” O modo de ocupação de um determinado lugar da cidade dá-se a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver. O modo como as atividades irão se materializar na cidade dependerá de uma série de fatores. A diferenciação desses usos irá corresponder à divisão técnica e social do trabalho, em um determinado momento histórico. O uso do solo urbano é utilizado de forma diferenciada pelos vários segmentos da sociedade.

Ao longo deste capítulo buscamos apresentar a cidade de Santa Vitória do Palmar partindo da descrição da morfologia. Entretanto, torna-se importante resgatar na história quais elementos foram determinantes para definir a organização atual, tema que abordaremos no capítulo seguinte, a partir da leitura da paisagem urbana.

## 2 – UMA LEITURA DA PAISAGEM URBANA

Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a visão abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. (SANTOS, 2008a, p. 67-8).

Nossa intenção ao longo da pesquisa é superar o conceito de paisagem apenas como algo visível, um elemento estático e discuti-la como forma de manifestação do espaço geográfico, em uma criação social e histórica. A paisagem urbana ocupa papel relevante na análise do espaço, estudada a partir dos elementos que a compõem. A paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial. As formas criadas permitem uma leitura enquanto símbolo de uma cultura e uma época. O espaço apropriado pressupõe um sujeito, e essa apropriação implica determinações estritamente econômicas.

Segundo Carlos (1994, p. 45),

[a]s questões que se colocam inicialmente a respeito da análise da paisagem, referem-se ao estabelecimento e hierarquização dos seus nexos internos, a partir dos quais seu conteúdo poderá ser revelado e onde o “acidental” ganha um conteúdo explicativo: como, através e a partir da paisagem, pode ser percebido o movimento inerente ao processo de (re)produção espacial e seu conteúdo.

O que se observa na paisagem urbana encerra elementos capazes de denunciar o modo pelo qual foi produzida. Ao mesmo tempo em que é produto da história, a reproduz, mostra a concepção que a sociedade teve de diversas atividades e necessidades, exprime, portanto, as características próprias da sociedade que a criou.

Hoje, o novo e o velho existem e coexistem na paisagem urbana brasileira, e se tornam visíveis através do tipo de construção, largura das ruas, uso do solo, que são frutos de necessidades históricas de um determinado lugar. A paisagem resultante é humana, histórica e social e se justifica; existe pelo trabalho da sociedade, que a cada momento ultrapassa a anterior. A paisagem é produzida e justificada pelo trabalho considerado como atividade transformadora do homem

social, fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas. Aparece através do tipo de atividade, construção, extensão e largura das ruas, etc. (CARLOS, 1994).

De acordo com Carlos (1994), o espaço construído e o movimento diário, da vida cotidiana, constituem os elementos da paisagem urbana. O espaço construído, imobilizado nas construções, irá apresentar diferenças entre as mesmas utilizações, ou seja, diversidade dos usos do solo e dentro de cada uso. O modo de utilização será determinado pelo valor que, em seu movimento, redefine constantemente a dinâmica da utilização do solo.

“Não se poderá compreender a atual configuração espacial ou a paisagem urbana, em um sentido mais amplo, sem o conhecimento das relações sociais que engendraram esta produção material” (VIEIRA, 2005, p. 90). A paisagem geográfica revela, assim, os antagonismos e as contradições inerentes ao processo de produção do espaço num determinado momento histórico. É uma forma histórica específica, a qual se explica através da sociedade que a produz, um produto da história das relações materiais dos homens, que a cada momento adquire uma nova dimensão. Ela é específica de um determinado estágio do processo de trabalho vinculado à reprodução do capital. Irá resultar de uma rede que envolve determinações econômicas, tradição, símbolos, movimento histórico-concreto. Sua leitura deve ser um elemento revelador de uma época e de uma cultura.

O espaço geográfico é humano; a cada momento histórico a sociedade o reproduz de acordo com seus objetivos e necessidades. Ele reflete o estágio cultural da sociedade que o produziu e seus valores, revelando a história da ocupação. A paisagem urbana não é estática; ela sugere movimento intrínseco àquele da produção espacial, além de ser expressão do cotidiano da cidade. Considerada como forma do espaço geográfico, a paisagem esconde e revela o movimento, sua historicidade e sua natureza social, bem como seu dinamismo determinado pelo tipo de “desenvolvimento” que a reprodução do capital imprime ao processo espacial.

O entendimento da forma e da estrutura de uma cidade permite recompor a história da própria sociedade. Através dela, as pessoas vivenciam no cotidiano a criação de uma sociedade. Podemos perceber, através do espaço, as relações de produção e de trabalho que originaram aquelas formações espaciais.

De acordo com Santos (1988, p. 50),

[f]orma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos, num dado instante de tempo. Função, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a interrelação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

Segundo o autor, as formas preexistentes acabam limitando e dirigindo as transformações na sociedade, devem ser lidas horizontalmente como um sistema que serve as atuais estruturas e funções, e verticalmente para poder datar cada forma pela sua origem. A mistura de formas novas ou velhas, para cumprir novas funções ou se adequar a formas velhas criadas em instâncias já passadas, dará origem às *rugosidades* do espaço.

As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. (...) Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas. (SANTOS, 1986, p. 138).

A primeira leitura da paisagem está relacionada com o traçado das ruas, pois é através delas que se percebe o espaço. As relações sociais realizam-se concretamente na forma de relações espaciais. Uma reflexão sobre a cidade é uma reflexão sobre a prática socioespacial, ou seja, o modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação (CARLOS, 2004).

A paisagem urbana revela ações e relações que iniciam a investigação sobre a cidade. A natureza transformada pela ação humana dá-se enquanto modos de apropriação visíveis na paisagem, reproduzindo a história e a concepção do homem sobre o morar, o trabalhar e o viver. A paisagem revela uma história, o passado inscrito nas formas geradas por diferentes tempos acumulados, sincrônicos e diacrônicos. Nesse sentido, a leitura da paisagem permite uma leitura e uma interpretação do mundo atual, revelando no visível, a história do lugar.

## 2.1 TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA: AS RELAÇÕES CIDADE/CAMPO

Aqui, buscamos analisar quais são as transformações percebidas na paisagem urbana de Santa Vitória do Palmar como consequência das mudanças percebidas no seu entorno, nas áreas consideradas rurais. Nossa tentativa é no sentido de identificar quais transformações são reflexo das relações estabelecidas entre a cidade e o campo. Atualmente novas atividades não consideradas “rurais” adentram o campo, assim como atividades tipicamente “do campo” podem ser encontradas nas cidades. Nesse sentido, residir no campo não significa um retorno às atividades agrícolas.

O desenvolvimento das novas tecnologias, por um lado, e a necessária reorganização do trabalho e do tempo de trabalho, por outro, colocam em outros termos a relação com o espaço, assim como a relação entre a cidade e o campo. A ideia de urbano extrapola a própria cidade, com a extensão do tecido urbano por todo o território, consolidando-se na relação cidade-campo, propiciado pelas novas relações sociais.

Historicamente, o campo precedeu a cidade. Até aproximadamente o século XVII, o campo concentrava a maioria da população de qualquer sociedade e também a maior parte das riquezas. Até esse período, a cidade sempre foi subordinada ao campo. Ela vivia do comércio e do excedente agrícola, possuindo em geral uma pequena parcela da população total de cada sociedade.

A relação cidade-campo está na origem das sociedades humanas. O campo aparece como um território complementar a uma centralidade urbana, ao território da cidade. Segundo Lefebvre (1971), o interesse dos teóricos pelo campo só irá ocorrer após a Revolução Industrial, quando o campo “desaparece” em suas formas tradicionais, paralelo ao surgimento de uma nova agricultura, de tipo capitalista.

A Revolução Industrial, momento essencial do desenvolvimento do capitalismo, alterou essa situação, acarretando profundas transformações espaciais: a diferenciação campo-cidade se aprofunda, e o meio urbano expande-se e passa a comandar o meio rural. Nos séculos XIX e XX, o campo torna-se dependente e

subordinado à cidade: das máquinas e ferramentas produzidas nos centros urbanos, dos conhecimentos técnicos, de fertilizantes, agrotóxicos e sementes, do sistema bancário, através do crédito ao produtor. Significativa parcela da população migra do campo para a cidade, o que dá origem a imensas metrópoles; e as atividades urbanas, em especial a industrial, provocam grandes alterações no campo com a mecanização, com novos métodos de cultivo, menor necessidade de mão-de-obra, processo que no Brasil acarretará, a cada ano, novos contingentes humanos expulsos do campo pela diminuição dos postos de trabalho nessa área.

No Brasil, esse processo ocorreu a partir da década de 1960 e com suas características específicas, como: concentração de terras, expropriação e expulsão dos trabalhadores do campo, migração para as cidades, segregação social, o que ficou conhecido como modernização conservadora. O que marca a emergência do urbano foi a entrada da indústria na cidade, que passou a concentrar a população consumidora, os trabalhadores e as condições gerais de produção exigidas para a instalação das empresas. Esse processo foi seletivo e ocorreu apenas em algumas cidades.

Sposito (2006), ao tratar da questão cidade-campo, argumenta que não basta apenas elucidar as diferenças existentes entre esses dois espaços, pois seu estudo requer a compreensão das relações e complementaridades que se estabelecem entre ambos. Segundo a autora, certos atributos sempre estiveram relacionados às cidades, e permanecem como marcas dessas, embora com suas peculiaridades, de acordo com os diferentes modos de produção e em diversas formações socioespaciais. Esses atributos são: concentração demográfica, diferenciação social e unidade espacial.

A concentração demográfica é tomada como um atributo das cidades, em comparação ao campo, no qual as atividades desenvolvidas promovem relativa dispersão populacional. Nesses termos, trata-se da concentração em si, pois compreende não apenas concentração demográfica, mas de obras, infraestrutura, equipamentos, ideias, valores, etc. Nesse caso, a cidade é o que “o campo não é”, mesmo porque as atividades desenvolvidas no campo não permitem a concentração. De toda forma, a urbanização não pode ser reduzida à sua dimensão populacional; esse atributo pode ser tomado como um ponto de partida, mas não como um ponto de chegada da análise.

A diferenciação social é outra característica que acompanha a urbanização. O estabelecimento da divisão social do trabalho e de relações de poder que sustentam essa divisão teve, como condição e consequência, a constituição de espaços diferentes entre si: cidade e campo.

Não há diferenciação social sem divisão social e territorial do trabalho e a divisão territorial do trabalho mais elementar é a que se estabelece entre a cidade e o campo. Na divisão do trabalho há divisão, separação, mas há também complementaridade (SPOSITO, 2006, p. 116).

A unidade espacial é o terceiro atributo que tem sido, historicamente, associado aos espaços urbanos. Desde a Antiguidade, as cidades se estenderam gerando dinâmicas de suburbanização. Apesar da concentração, da densidade e da tendência a uma morfologia marcada por relativa unidade espacial, o processo de extensão das cidades iniciou-se há muitos séculos, e é concomitante a passagem do poder do campo para a cidade, que se definia, sobretudo, como espaço do poder e da vida política.

Percebemos que na atualidade as relações cidade e campo se fazem em novos termos. Tanto a agricultura quanto a indústria são transformadas, novas formas e novos conteúdos são produzidos. Sob o critério demográfico para definir as cidades, irá prevalecer a definição funcional e social. Hoje, seus limites físicos mostram-se mais complexos, sendo difícil precisar onde termina o urbano e começa o rural. A concepção do urbano vai além da própria cidade, consubstanciando-se na relação cidade-campo, tendo na divisão técnica, social e territorial do trabalho a sua base.

O que temos de cidade hoje, de urbano, deve ser pensado de forma diferente, de como a sociedade se organiza. O meio urbano deixa de ser apenas o espaço da cidade para se transformar no espaço social total, com a extensão do tecido urbano ao campo, ocasionado pelas novas relações sociais introduzidas no período atual. A associação entre a morfologia e a função social torna-se mais flexível, de modo que habitar o campo já não significa trabalhar na agricultura, assim como o fato de voltar a viver no campo está longe de implicar um retorno à atividade agrícola. Do mesmo modo que habitar na cidade não significa trabalhar apenas em atividades urbanas. O espaço urbano resulta de uma articulação dialética de formas

e funções, portanto é dotado de historicidade. Não é apenas produto das relações sociais, mas também condicionador.

Nesse sentido, torna-se importante estudar a cidade não somente a partir de sua materialidade, mas entendê-la como um meio, condição e produto da sociedade, tendo em suas formas a manifestação concreta das contradições sociais presentes, e sendo seu conteúdo a expressão dessas. A cidade constitui uma totalidade. Essa não se reduz a uma soma de elementos visíveis no terreno, sejam morfológicos, demográficos, funcionais ou culturais.

Segundo Lefebvre (1971), a cidade projeta sobre o terreno uma sociedade, uma totalidade social ou uma sociedade considerada como totalidade, compreendida a sua cultura, instituições, ética, valores, em resumo, suas superestruturas, incluindo sua base econômica e as relações sociais que a constituem como sua estrutura propriamente dita. Essa totalidade não deve fazer esquecer que a parte e o elemento têm também uma existência diferenciada.

Atualmente, as cidades fogem do antigo esquema de um centro único, e de uma nítida separação entre cidade e campo. Aparentemente, poderíamos pensar num processo de urbanização homogêneo, com a diminuição das diferenças formais entre esses espaços. Por outro lado, observa-se uma fragmentação no território, com a produção e apropriação desigual do espaço. As transformações ocorridas no campo pela lógica da mercadoria, assim como a expansão da cidade, através da industrialização, não permitem mais pensar na oposição cidade e campo, pois se trata de outro processo: a urbanização da sociedade, ou seja, a sociedade atual encontra-se a meio caminho do urbano.

## *2.2 AS CIDADES LOCAIS BRASILEIRAS*

O processo de urbanização da população brasileira, ocorrido entre as décadas de 1950 e 2000, gerou muitos problemas urbanos e agravou as desigualdades sociais no país. Grande parte dos migrantes, expulsos em consequência da mecanização do campo e do processo de concentração de terras, dirigiu-se para as cidades, que acabaram se transformando em metrópoles com

sérios problemas sociais e ambientais, ocasionando deterioração da qualidade de vida e aumento das disparidades sociais no país.

No Brasil, as cidades são legalmente definidas pelos perímetros urbanos das sedes dos municípios e das vilas, sedes dos distritos. A estrutura político-administrativa do território mostra que 75% dos municípios brasileiros possuem menos de vinte mil habitantes, e apenas 25% possuem mais de vinte mil, indicando tanto a concentração quanto a dispersão da territorialidade urbana brasileira (ENDLICH, 2006).

Segundo Veiga (2002, p. 32), “em 2000, havia 5.507 municípios existentes no país, destes 84,3% possuíam população inferior a 20 mil habitantes, o que representa 4.642 municípios”. Nessas pequenas cidades, as relações entre a cidade e o campo aparecem de forma mais contundente.

Segundo Endlich (2006, p. 85),

[o] conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não-cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam, ainda que com patamares mínimos.

Um esforço de classificação dos diferentes municípios brasileiros no âmbito da rede urbana implica em estabelecer comparações e relações entre as diferentes aglomerações. Entretanto, devemos lembrar que esses critérios podem também ser flexíveis, pois elementos que definem uma pequena cidade em um determinado espaço podem ser considerados de cidade média em outro.

Em 2008, o IBGE publicou o estudo *Regiões de Influência das Cidades 2007*, que propõe uma classificação das cidades brasileiras. Essa hierarquização dos centros urbanos “levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais” (IBGE, 2008, p. 11). A partir dessa classificação, as cidades foram agrupadas em cinco grandes níveis: metrópole, capital regional, centro subregional, centro de zona e centro local. De acordo com o estudo, Santa Vitória do Palmar é classificada como Centro de Zona,

que corresponde ao nível formado por cidades de menor porte, com atuação restrita a sua área imediata e que exercem funções elementares<sup>11</sup>.

Nosso intuito nesta pesquisa não é estabelecer uma conceituação específica sobre a definição das pequenas cidades, mas sim utilizar a denominação a partir do critério de funcionalidade da mesma, ou seja, qual a sua função de organização do espaço no atual momento tecnológico. A relação da cidade com o campo compõe o primeiro passo no estudo e na compreensão das pequenas cidades, pois o entorno espacial é essencial para compreender a amplitude dos papéis urbanos desempenhados. Santa Vitória do Palmar não constituiu uma cidade pequena apenas pelo número de habitantes, mas também porque ocupa um papel secundário em relação ao campo modernizado. Na relação cidade/campo, o campo define-se em um *tempo rápido*, enquanto a cidade ainda está em um *tempo lento* (Santos, 2004a).

No passado, as pequenas cidades desempenhavam papel de localidade central para seu entorno, devido às dificuldades representadas pelo custo e tempo empregado nos deslocamentos. Atualmente, essas pequenas cidades têm diminuído os seus papéis como localidades centrais, apresentando um entorno territorial que se esvazia, razão do acesso mais facilitado aos centros regionais, possibilitado pela facilidade de deslocamento.

Endlich (2006) discute a relevância do embate rural/urbano para aqueles que estudam as pequenas cidades, pois é ali que essas questões (limites estabelecidos entre essas duas dimensões) irão aparecer. A autora expõe os critérios que têm sido utilizados no tratamento e na caracterização do rural e do urbano: patamar demográfico, densidade demográfica, a ocupação econômica da população. Além disso, aponta para o problema de se considerar apenas critérios quantitativos para definir urbano e rural, sem levar em conta a historicidade presente nos fatos e processos, pois urbano e rural se referem a diferentes condições de vida. A autora defende ainda que a questão do Brasil ser urbano ou não é mais ampla do

---

<sup>11</sup> Os Centros de Zona São subdivididos em Centro de Zona A, com medianas de 45 mil habitantes e Centro de Zona B, com medianas de 23 mil habitantes. Na escala hierárquica, abaixo do Centro de Zona estaria o Centro local, cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do município e com população dominante inferior a 10 mil habitantes. Portanto, de acordo com a classificação do IBGE tem-se a seguinte hierarquia urbana: São Paulo/SP → Porto Alegre/RS → Pelotas/Rio Grande/RS → Santa Vitória do Palmar/RS → Chuí/RS.

que seus dados demográficos, sendo necessário levar em conta a historicidade, pois intensas transformações ocorreram nas últimas décadas.

As pequenas cidades também são produto e condição da divisão territorial do trabalho, estando seu movimento, muitas vezes, verificado em um tempo mais lento, articulado à dinâmica global da rede. A circulação e o transporte modernos levam a produção primária direto aos centros médios e grandes. Sendo assim, cria-se uma interligação campo-cidade, de modo que a pequena cidade incorpora essas novas técnicas e serviços primordiais, em função das tecnologias desenvolvidas para o campo. Segundo Santos (1994a), ocorre uma mudança de conteúdo das cidades locais, que passa a ser *a cidade do campo*, e não mais *a cidade no campo*. Ocorre uma especialização de determinadas atividades, e principalmente do comércio, para atender diretamente ao processo de produção: comércio de máquinas, postos de gasolina, implementos agrícolas, etc. “A cidade torna-se o lócus da regulação do que se faz no campo” (SANTOS, 1994a, p. 52).

Diante do advento da modernização e tecnificação da agricultura junto ao período técnico-científico-informacional, as cidades locais especializam-se para atender a determinados tipos de produção que se encontram desenvolvidas no seu entorno rural. Essa dinâmica rural constitui, sobretudo, na criação de estoques de novos meios de consumo, insumos, crédito agrícola e mão-de-obra, e, portanto agem como centros de transportes e comunicações. Essas pequenas cidades não estão desarticuladas de um plano mais amplo: o da constituição do espaço urbano como um todo.

No ano de 2007, o IBGE realizou a Contagem de População nos municípios até 170 mil habitantes. De acordo com os resultados divulgados para o estado do Rio Grande do Sul, aproximadamente 24% dos municípios diminuíram a sua população, motivo que levou vários deles a contestarem o IBGE, visto que esse mecanismo é um dos critérios para a repartição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Fatores como a diminuição de população e a especialização de determinadas atividades para atender o campo podem ser observados no município e na cidade de Santa Vitória do Palmar. De acordo com a Contagem de população do IBGE, no ano de 2007, a população total do município era de 31.183 habitantes. A renda municipal provém, em sua maior parte, do setor agropecuário, através do

cultivo do arroz. Santa Vitória ocupa o 48º lugar entre os 100 maiores municípios do Brasil em relação ao valor adicionado bruto da agropecuária. No RS, o município possui o 6º PIB agrícola (derivado na sua totalidade da produção de arroz), de acordo com o IBGE (2004).

A ideia de sobreposição da morfologia e da estruturação da vida coletiva vai deslocar-se logo que a urbanização desenvolve-se, trazendo a perda de alguns monopólios da cidade, nas suas funções e no seu papel central. A urbanização afeta tanto a cidade quanto o campo, e induz mudanças comparáveis. Segundo o IBGE, no ano de 2005, em Santa Vitória, a agropecuária foi responsável por 37,9% do valor adicionado bruto, e os serviços, por 50,8%, o que demonstra que parte considerável da renda do município provém do setor agropecuário, gerando também uma especialização de determinadas atividades e, principalmente, do comércio para atender diretamente ao processo de produção realizado no campo, como o comércio de máquinas, postos de gasolina, implementos agrícolas, entre outros.

A cidade em si não constitui uma realidade geográfica autônoma; ela é inseparável de um ambiente, faz parte de um sistema urbano elaborado no decorrer de um período histórico. Para entender esses processos e as transformações processadas na paisagem urbana de Santa Vitória do Palmar, buscamos reconstruir essa paisagem através dos fatores que induziram o crescimento e o desenvolvimento da cidade. Nesse sentido, torna-se válido interpretar as etapas de povoamento da cidade levando em consideração os acontecimentos que se processam na história local do município.

### 2.3 EVOLUÇÃO URBANA

A explicação estaria, sempre, na história, pois é na história que se inserem os fenômenos sociais globais; as explicações se encontram sempre nas configurações da totalidade, diversas conforme o momento histórico, e não em seus aspectos parciais (QUEIROZ, 1978, p. 276).

O estudo da formação do município foi baseado, principalmente, na obra *História das Terras e Mares do Chuí*, do historiador Péricles Azambuja e em pesquisas do historiador Homero S. Vasques Rodrigues<sup>12</sup>. Dentro do contexto histórico, julgamos pertinente salientar acontecimentos que irão alterar as funções da cidade: inicialmente, a ocupação e exploração do solo sob a forma de estâncias, época em que era denominado como Campos Neutrais, entre final do século XVIII e a primeira metade do século XIX; a imigração de italianos, que irá consolidar o núcleo urbano, na segunda metade do século XIX; a introdução do cultivo de arroz no município e a construção da BR 471, no século XX. Tais processos coincidem com os períodos em que ocorreu aumento de população, como pode ser observado no gráfico a seguir (GRAFICO 1):

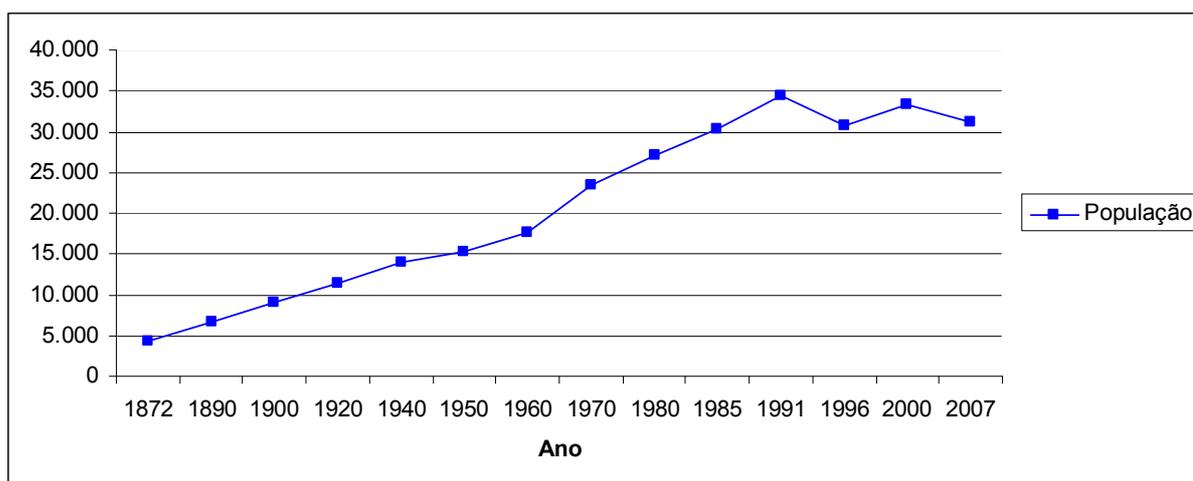


Gráfico 1 - Crescimento Populacional de Santa Vitória do Palmar – RS.

Fonte: Censos Demográficos, Contagem de População IBGE.

\*1996 cedeu área e população (3.211 hab.) ao município do Chuí, devido ao desmembramento.

Como mostra o gráfico, procuramos dividir o crescimento populacional em períodos para analisar as funções urbanas assim como as formas resultantes na paisagem em cada etapa:

1850 – 1870: formação do município;

1870 – 1940: imigração italiana e a consolidação do núcleo urbano;

<sup>12</sup> O Jornal Liberal, de circulação semanal na cidade, publica textos de autoria do Professor Homero S.V.Rodrigues, intitulados “150 Anos – Passagem da história de uma grande terra”. Estes textos também estão disponíveis no site [www.planetsul.com.br](http://www.planetsul.com.br)

1940 – 1970: construção da estrada e o advento da produção do arroz;

1970 – 1991: mecanização da lavoura de arroz;

1991 – 2007: período crítico (emancipação do Chuí, aumento da população urbana ocasionado pela mecanização do campo). Tendências? Qual a solução?

### 2.3.1 Formação do município (1850-1870)

De acordo com Blota (1969, p.293), “desde aproximadamente o ano de 1800 havia já muitas famílias brasileiras ocupando esta vasta região, havendo também uma guarnição de forças regulares no Chuí, para proteger a fronteira”<sup>13</sup>. Desde tempos atrás deixaram de existir as exigências que estavam estabelecidas sobre os denominados Campos Neutrais. Em 1821, foi definitivamente anexado ao Brasil, por Don Diogo de Souza, comandante das tropas luso-brasileiras que invadiram o Uruguai, integrando-o com o nome de Província Cisplatina.

Saint-Hilaire, durante sua passagem por esse território, nos anos de 1820-1821, registrou as seguintes impressões:

Apesar da igualdade do terreno o aspecto do campo nada tem de monótono. Grande número de cavalos e bovinos pastando. (...) Os cultivadores dos arredores daqui ficam muito distanciados de Capilha para que possam se socorrer do capelão, lá residente, motivo pelo qual torna-se necessário erigir outra igreja na península, se se (sic.) não quiser ver grande parte da população perder toda a noção de moral e religião. (...) Todavia acredito que se for construída uma igreja neste lugar e se trouxerem para ele um padre, os estancieiros dos arredores aí construirão, logo, casas para passar os domingos e dias de festa e por consequência aparecerão em pouco tempo tavernas, artífices e comerciantes. (SAINT-HILAIRE, 1974, p.93)

Foi durante a permanência do Marechal Soares Andréa, aproximadamente em 1852, nesse território da fronteira sul, que se cogitou da

---

<sup>13</sup> Alguns documentos antigos atestam que havia moradores nessa região dos Campos Neutrais. Entre eles, cita-se o estancieiro Gervásio Dias, que em 1738 possuía a extensão de légua e meia de campo em Caiubá (...). Em 1841 D.Inácia Petim fez a partilha entre seus filhos, não sendo partilhados os campos do Palmar de Lemos, porque pesavam sobre eles muitos litígios, confirmando a existência de habitantes espalhados por esta zona. (BLOTA, 1969, p. 293).

fundação de um povoado e também de uma capela, próximo à Lagoa Mirim, projeto cuja realização era aspiração do Comendador Manuel Correia Mirapalhete, morador dos Campos Neutrais, do qual era um dos mais importantes estancieiros. O local escolhido e demarcado estava em parte na sesmaria de Antonio de Carvalho Porto, que doou os terrenos necessários, junto ao Palmar que levava o nome de seu primitivo dono, José de Lemos. O local era propício para a fundação de um povoado, não só por questão da própria segurança dos moradores lá existentes, visto que a cidade em território brasileiro mais próxima via terrestre era Rio Grande, bem como pela proximidade à Lagoa Mirim, o que não acontecia em São Miguel, nem no Chuí. Mas não existiria a cidade se não houvesse um núcleo suscetível de unificação, de domínio, de organização à periferia, isto é, tornando essa dependente do núcleo no qual se localiza aquela. No caso de Santa Vitória, temos os estancieiros, grandes proprietários que “integram” a extensão de terras compreendida pelos antigos Campos Neutrais.

De acordo com Rodrigues (2008i):

A povoação de Andréa (depois Santa Vitória do Palmar) foi fundada politicamente em 19 de dezembro de 1855, quando demarcada pelo General Andréa e realizada pelo estancieiro Manuel Corrêa Mirapalhete, que desembolsou a vultuosa quantia de oito contos (alguns afirmam que fora 12) para as despesas de demarcação e construção, nas propriedades de Joaquim Gomes de Campos, o "Escorrega" e Carvalho Porto (...) de uma capela (...) virada para a lagoa, local de entrada nestas plagas.

Segundo o autor, antes da demarcação para construção da capela, já haviam sido edificadas outros núcleos populacionais, que não tiveram formação oficial, nem organização política oficial.

No momento da fundação de nossa cidade estavam presentes na residência da estância do português Joaquim Gomes Campos – onde hoje é, mais ou menos o quarteirão entre as ruas Barão do Rio Branco, Andradas, Neyta Ramos e General Deodoro – os cidadãos estancieiros da zona, a começar pelo proprietário (...). A razão principal dessa fundação era que todos tivessem um ponto de referência para seu comércio, mas principalmente uma estação onde pudessem ter o contato jurídico-aduaneiro, com a criação de uma capela, além de praticar com uma autoridade eclesiástica as ações de fé católica. Mas mais importante ainda era o registro de nascimento, batismo, casamentos e óbitos, já que a Igreja Católica, durante o Império, pertencia ao estado e todos os documentos passavam para autoridade religiosa local, que nada mais era que o padre da região (RODRIGUES, 2008h).

Seria, assim, executada a Lei nº176 da Assembleia Provincial, pelo mesmo Andréa, com a invocação de Santo Antônio do Palmar de Lemos, na costa do mesmo nome, distrito do Taim, município de Rio Grande, cuja localidade o presidente mandaria examinar e tirar a planta na qual deveria ser edificada. No local escolhido e demarcado, denominado Coxilha dos Palmares, foi lançada a pedra da capela de Santa Vitória.

Segundo Mello (1911, p.64):

Suppunha-se, erroneamente, até há poucos anos, que a povoação se fundara com o nome de Santa Victoria, e isso devido á *victoria alcançada* pelos que se empenhavam pela escolha do local na cochilha do Palmar, em oposição aos Viannas que apresentavam a de S. Miguel, como sendo a mais apropriada, mas o termo de criação mostra que o nome primitivo foi *Andréa*, e Santa Victoria o da padroeira<sup>14</sup>.

Em 1852, Joaquim Gomes Campos construiu um pequeno atracadouro no *Pontal das Capinchas ou Capivaras*, localizado à esquerda do Porto atual, e construiu, à beira da lagoa Mirim, uma grande charqueada, antes da fundação da Povoação de Andréa. Nesse mesmo lugar, no início do século XX, José Estrela também organizou um estabelecimento saladeiro, talvez aproveitando as bases do primeiro complexo.

O início do povoado deu-se no ano de 1858. Em 06 de setembro foi sancionada a Lei nº 417, elevando à categoria de Freguesia a capela de Santa Vitória. No mesmo ano, no dia 06 de outubro, o Presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz criou o 2º Distrito do Taim, constituído pela capela de Santa Vitória do Chuí. No dia 07 de fevereiro de 1859, foram determinados os limites para a Freguesia. Contava aproximadamente com 4.000 habitantes. Pela lei nº 808, de 30 de outubro de 1872, sancionada pelo presidente da província Bacharel José Fernandes da Costa Pereira Júnior, foi elevada à categoria de vila a freguesia de

---

<sup>14</sup> Atualmente entre as ruas Marechal Deodoro e Barão do Rio Branco, defronte à praça principal do município, lê-se a seguinte placa: “Neste local – antiga Coxilha do Palmar de Lemos – foi construída a primeira casa da cidade, pertenceu a Joaquim Gomes Campos e nela, aos 19 de dezembro de 1855, foi lavrada a áta de fundação de Santa Vitória do Palmar, sob a primitiva denominação de povoação de Andréa, em homenagem ao General Andréa, seu demarcador. Foram firmatários da áta: -Tte.Cel. Comendador Manuel Correia Mirapalmete, fundador, – Jacinto Dias de Oliveira – Antônio Rodrigues Corrêa – Antônio Tomaz Corrêa Viana – Manuel José Pereira – Bernardo Rodrigues Corrêa – José Florêncio do Amaral – Martinho Corrêa de Mirapalmete – Manuel Jacinto Dias – Joaquim Gomes Campos – Norberto de Souza Leite, que a lavrou. Homenagem de gratidão em reconhecimento civico do govêrno e povo de Santa Vitória do Palmar. A comissão promotora: Coronel José Carlos Mena Barreto Lampert, Prefeito Municipal –Presidente de Honra Dr. Mário Russomano Anselmi – Presidente, Sinclair Amaral de Azambuja – Secretário, 19 de dezembro de 1969”.

Santa Vitória do Palmar, nome definitivo que passou a adotar a primeira povoação de Andréia, em honra da santa de devoção da família do marechal, seu cofundador. Nesse momento, criaram-se as repartições de tabelião, escrivão judicial de notas e órfãos, contador e partidores de juízo. Em 07 de setembro de 1878, finalmente, face ao edital mandado publicar pelo presidente da câmara da cidade de Rio Grande, foi instalada a vila de Santa Vitória do Palmar. Ainda nesse ano, de acordo com a lei 1.144, de 07 de maio, foi desmembrado definitivamente o distrito desse município da comarca do Rio Grande.

As comunicações com o restante do território eram realizadas via lacustre, utilizando a lagoa Mirim, e via terrestre, essas quase regulares, feitas por cavalos de montaria, carretas de transporte de carga e pelas diligências.

Nas águas lacustres, seriam os iates a vela os primeiros veículos efetivos e regulares a manterem o intercâmbio das comunicações entre a incipiente povoação de Andréia – ao depois Santa Vitória do Palmar – e os demais municípios da região sul do Estado, ou sejam, Jaguarão, Pelotas e Rio Grande, isto já nos meados dos século XIX. Transportavam passageiros e mercadorias, em viagens dependentes dos ventos, utilizando em toda margem leste da Mirim, os seus ancoradouros naturais de São Miguel, Capivara ou das Capinchas, Afogados, Canoa, Arroito e Arroio d'el Rey (AZAMBUJA, 1978, p. 81).

O desembarque de carga e de passageiros era feito através de botes pequenos que vinham encontrar-se com carroças ou diligências num trabalho difícil, principalmente quando o tempo não era favorável (FIG. 8).



Figura 8 - Momentos iniciais da construção do cais do porto [1938?]  
Fonte: Homero Rodrigues, 2008d.

A cidade foi traçada com 14 ruas paralelas no sentido norte/sul e 8 perpendiculares a essas, no sentido leste/oeste. As ruas tinham a largura de 18m, e o comprimento das quadras era de 110m; a área superficial da cidade era de aproximadamente 960.000m<sup>2</sup>. Foi construída em torno de uma praça e de uma Igreja, e nesse entorno observa-se as construções mais importantes, herança da classe social que edificou e moldou a cidade. Podemos observar a classe social das pessoas residentes na cidade, tanto pelas construções, quanto pela importância dada aos eventos sociais e culturais. A primeira associação de diversões foi a “Bailante”, fundada em 1865. No mesmo ano, foi fundada também a mais antiga banda de música da cidade: a Progresso Vitoriense. As comodidades e o brilho da vida urbana atraíram grandes proprietários fundiários, que passam a residir na cidade, gastando em serviços urbanos parcelas crescentes de suas rendas com a construção de prédios e casas suntuosas (FIG. 9).



Figura 9 - Vista da antiga Rua do Comércio, hoje Barão do Rio Branco [1920?].

Fonte: Homero Rodrigues, 2008e.

### **2.3.2 Imigração italiana e a consolidação do núcleo urbano (1870 – 1940)**

Na segunda metade do século XIX, aproximadamente em 1868, começam a chegar ao município os primeiros imigrantes italianos, anteriores à grande migração que ingressou no norte do Estado, provenientes de Montevideu. A maioria era constituída de comerciantes, mascates, vendedores ambulantes, músicos e operários; raramente agricultores, fato que diferencia esses imigrantes dos que ingressaram no norte do Estado, em 1875, dedicados à agricultura. Aqui, os italianos dedicaram-se praticamente só ao comércio; um exemplo é a antiga venda dos Rottas, na esquina das ruas General Osório e João Telles (FIG. 10). Apenas um tempo depois, em 1884 aproximadamente, é que começaram a adquirir chácaras nos arredores da cidade.



Figura 10 - Prédio onde funcionava a venda dos Rottas.

Fonte: Homero Rodrigues, 2008a.

Antônio Rotta construiu, num desses locais, o prédio onde instalaria seu comércio, que se foi tornando próspero, até se colocar como um dos maiores estabelecimentos de secos & molhados, materiais de construção e barraca de frutos do município. Pedro Rotta & Irmão, como se designaria posteriormente a razão social desse comércio (...) seria também a maior proprietária rural de Santa Vitória do Palmar, até alguns decênios. Rafael Arnoni igualmente se tornou um grande proprietário rural (...) (AZAMBUJA, 1978, p. 121)

Constatamos que os comerciantes que conseguem ascensão, ao invés de investir na indústria, adquirem terras, pelo fato de a sociedade ser regida pelo poder da terra. Essa nova classe social detém um nível de renda que os torna capacitados a participar do mercado de terras. Os comerciantes prosperavam devido ao poder aquisitivo das pessoas que lá residiam (que viviam de rendas não urbanas). Os imigrantes italianos progrediram em Santa Vitória, a ponto de adquirirem terras, devido à possibilidade de vender seu produto a uma classe que possuía condições de consumi-los: os grandes proprietários de terras. Os eventos sociais que ocorriam na cidade evidenciavam o cotidiano de uma parcela de pessoas que ali residia.

De início, a integração dos imigrantes italianos na vida social de Santa Vitória do Palmar foi dificultada por certas restrições e reservas impostas por uma mentalidade formada pelo insulamento secular em que viveram os povoadores dos Campos Neutrais (...). No entanto, o elemento cultural que veio misturado na leva migratória se foi impondo, aos poucos, abrindo sulcos no ambiente esquivo e suspeito da sociedade ilhada, que foi a do município-extremo, fazendo valer as qualidades artísticas e certa superioridade intelectual trazidas do Velho Mundo. (AZAMBUJA, 1978, p. 121)

Algumas lojas de comércio importantes fundadas por italianos foram: a Casa Anselmi, em 1885, inicialmente Armazém Dois Irmãos; a casa comercial e rural José Patela & Cia, fundada em 1898, e a primeira marcenaria e carpintaria do município, criada em 1905 por Francisco Cava. “Como prova da influência italiana, já em 1915 havia no município 400 famílias italianas, algumas de origem napolitana” (AZAMBUJA, 1978, p. 119). Tinha-se uma parte da população culta, provavelmente pela influência europeia trazida pelos italianos, e uma sociedade aristocrática, formada pelos estancieiros da localidade.

Nesse mesmo período, observa-se uma série de construções que dinamizam o núcleo urbano, como o Correio (1873), a circulação de um jornal (1876), o telégrafo (1890) e a construção de um hospital, denominado Santa Casa de Misericórdia São João Baptista, que entrou em funcionamento em 04 de maio de 1890, local doado pela família Corrêa (estancieiro João Wladislau Corrêa), já fora do loteamento inicial, em terrenos que possuíam chácaras existentes no entorno da cidade, para abastecimento de leite, hortaliças e carne.

Segundo o historiador Homero Rodrigues, no final do século XIX havia grandes empórios como o dos Rottas, Anselmi, Patella e Estrela, edificadas no atracadouro, na enseada da Lagoa Mirim, os quais constituíam grandes galpões para os produtos que chegavam via lacustre, grande parte em direção ao Uruguai. Até o ano de 1886, as receitas municipais provinham na maioria de impostos de mascates, o que demonstra a função comercial da cidade, e não apenas voltada para a pecuária.

No ano de 1888, Santa Vitória foi elevada à categoria de cidade, continha 452 casas e uma população de aproximadamente 3.800 pessoas. Em 15 de setembro de 1892, Augusto de Carvalho promulga a primeira Lei Orgânica do Município, votada pelo Conselho em 19 de dezembro de 1892, assinando-a Emigdio Rodrigues Corrêa.

Em 1900, o município possuía uma população de 8.970 pessoas, sendo habitantes da cidade aproximadamente 4.000 pessoas, contando com 600 casas. Praticamente metade da população do município concentrava-se na cidade. Havia em Santa Vitória 1.504 prédios rurais, 110 prédios suburbanos e 502 prédios urbanos<sup>15</sup>. Contava a cidade com 250 estabelecimentos agrícolas, estando empregados 470 brasileiros e 260 estrangeiros. Em 1908, havia 40 km<sup>2</sup> de área cultivada em todo o município. Contava nessa época com 1.050 estabelecimentos pastoris, estando empregados 1.050 brasileiros e 500 estrangeiros, equivalente a 32%.

Desde o fim do século XIX e início do século XX, observa-se na cidade uma série de construções importantes: Benevolenza Italiana (1879), Clube Comercial (1880), Clube Amparo e Recreio dos Artistas (1900 – depois denominado Clube Caixerai), a fundação de uma sociedade cultural (1906), de uma biblioteca (1910), bem como o Clube Recreativo Liame Operário (1925), que abrangia a população negra da cidade e do interior.

No início do século XX já havia um núcleo urbano consolidado, ou seja, um município cuja atividade econômica principal era a pecuária, apresentava uma nova configuração com a chegada de comerciantes que se estabelecem na cidade, dando um novo dinamismo a sua economia. Em 1905, o perímetro urbano passou a contar com ruas iluminadas, bem como em algumas residências, clubes, praças e comércio. O serviço era feito somente à noite, até as 23 ou 24 horas, através de motores para produzi-la. Num período de 25 anos, de 1875 a 1900, a cidade teve um incremento de aproximadamente 150% em relação ao número de prédios urbanos, passando de 201 para 502 prédios (MELLO, 1911). O crescimento resulta da implantação de novas formas de produção, de consumo ou de distribuição. A cidade vai se transformando à medida que a sociedade também se transforma; de uma sociedade totalmente ruralista, são incorporadas novas classes sociais, como os comerciantes.

Observa-se, com esses dados, uma sociedade que começa a investir no urbano, a classe rural transfere excedentes para a construção de prédios na

---

<sup>15</sup> Em 1900, dos 502 prédios urbanos, 60 eram constituídos por cortiços: provavelmente uma referência as moradias mais precárias na periferia da cidade. (MELLO, 1911, p.250)

cidade, geralmente suntuosos, simbolizando o poder das elites comerciais e fundiárias (FIG. 11). Em 1910, já havia no município 596 prédios urbanos, e a população em 1920 atingia 11.500 pessoas, com aproximadamente 4.000 habitantes na área urbana.



Figura 11 - Praça General Andréa, final do século XIX.  
Fonte: Homero Rodrigues, 2008g.

Em relação ao transporte, três linhas regulares de diligências se destacavam no final do século XIX e nas primeiras três décadas do século XX, as quais serviram à comunidade até a chegada das rotas constantes feitas pelos automóveis pelo interior e pela orla do mar:

*A Diligência Nova Victória*, de Lúcio Barrios, com saídas nos dias 4, 14, e 24 de cada mês da cidade e volta do Arroito nos dias 10, 20 e 30. *A Diligência Comercial* de Manoel Cunha, com saídas da cidade nos dias 5, 15 e 25 e saídas de Rio Grande nos dias 10, 20 e 30; e a *Messageira Uruguaya*, propriedade de Quintino de Souza Machado, com saída de Santa Vitória do Palmar nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, e partida da Quinta nos dias 5, 15 e 25. O tempo de viagem desta última era de três a quatro dias e as paradas para o pernoite eram na casa de Carlos Grande, na Árvore Só, Joca Miranda em Curral Alto e na capilha (sic.), provavelmente na casa comercial de Pedro Cesare (RODRIGUES, 2008f)

Os principais eventos que marcaram a cidade nas primeiras décadas do século XX foram: os primeiros serviços de luz elétrica; a construção do farol da Barra e Albardão; a construção do prédio da Benevolenza<sup>16</sup>; a instalação do telefone (1905); a criação de um matadouro municipal; da biblioteca e de um clube de esporte, denominado Esporte Clube Vitoriense. Em 1903, é instituído o imposto predial, havendo no município 1.190 eleitores. Na década de 1920, ocorre a construção da caixa d'água, melhorando as condições de higiene dos habitantes. Além disso, iniciam-se as viagens pela costa oceânica, permitindo a população deslocar-se com mais facilidade até o município de Rio Grande. No ano de 1922, inicia-se a construção do Teatro, concluída em 1929, que correspondeu, certamente, à maior obra da oligarquia rural existente no município (FIG. 12).



Figura 12 – Teatro Independência – Rua Conde de Porto Alegre

Fonte: Lenize Ferreira, 2008.

A primeira casa de crédito instalada na cidade foi o Banco Pelotense, inaugurado em 1912, dando grande impulso à economia. O segundo banco foi fundado em 19 de Setembro de 1921, o Banco da Província. Na década de 1940, acontece um grande impulso na área urbana, com a abertura de novas escolas, a

---

<sup>16</sup> Società Italiana Benevolenza, de 1879, uma espécie de sociedade cultural onde os italianos residentes no município procuravam manter suas tradições.

realização da 2ª Lei Orgânica do Município<sup>17</sup> e o projeto de construção de um porto na Lagoa Mirim. Ocorre a primeira pavimentação com pedra irregular, na Rua Mirapalmete, onde se localizava a Prefeitura. Em cada esquina, cordões de pedra ajudavam os pedestres quando chovia. O milho constituía o produto de maior área cultivada. Até essa data o município é voltado para uma economia pastoril; existiam algumas charqueadas na beira da lagoa, como a de Joaquim Gomes Campos, cuja produção era escoada pela própria lagoa.

### **2.3.3 A construção da BR 471 e a introdução do cultivo de arroz no município (1940 – 1970)**

As viagens por terra, em termos mais ou menos regulares, eram proporcionadas, por sua vez, pelo cavalo de montaria, pelas carretas de transporte de carga e pelas diligências, estas para passageiros (...). Este tipo de transporte preponderava mais para o Estado Oriental, por possuir acesso por terra direto e seguro, mas usavam-no também para o interior do município e para Rio Grande, até a Quinta, por onde passava uma ferrovia. (AZAMBUJA, 1978, p. 82)

Santa Vitória localiza-se a aproximadamente 230 km de Rio Grande. Com exceção do município do Chuí (emancipado em 1996), Rio Grande constituiu o município mais próximo via terrestre. Ao longo dessa extensão não existe nenhuma povoação, apenas alguns núcleos ou vilas, o que demonstra o isolamento ao qual a cidade mantinha-se do restante do estado. Em 1947, no Governo do Presidente Dutra, iniciam-se as obras de terraplenagem no banhado do Taim (FIG. 13).

---

<sup>17</sup> O urbano tornou-se prioritário durante a gestão do Prefeito Osmarino Terra (1936/1938).



Figura 13: Ônibus da Empresa Bonfim, atravessando o local em obras [1950?].

Fonte: Homero Rodrigues, 2008c.

Até o ano de 1950, o transporte de pessoas e de mercadorias era realizado pela Lagoa Mirim, com chatas e carroças que entravam na Lagoa até o nível em que a água alcançava os eixos, a partir do qual as pessoas e as cargas eram transportadas para as embarcações. Havia também o transporte rodoviário<sup>18</sup>, realizado pela costa oceânica até Rio Grande, onde, através da estrada de ferro, era possível dirigir-se ao restante do estado.

Com a construção do aterro e, posteriormente, da estrada, o Porto, cujos trabalhos de construção foram iniciados em 1938 e duraram 12 anos, foi perdendo sua importância. Quando terminou a obra, a navegação já não era primordial, devido à abertura da rodovia BR 471. Era ainda de importância para a Cooperativa de Lãs Ltda., fundada em 1952 e para a Cooperativa Agrícola Vitoriense Ltda., fundada em 1961, visto que ambas haveriam de instalar-se na estrada, hoje Avenida Getúlio Vargas, que conduzia ao mesmo. A perda de importância do Porto processou-se em 1950, quando a rota foi desviada para a rodovia, mas até 1969 as Cooperativas escoavam sua produção via lacustre. A construção da estrada incentivou os empreendimentos na área, e vários projetos de

---

<sup>18</sup> Havia empresas que percorriam a costa oceânica, como a Empresa Atlântica, fundada aproximadamente em 1931, e outra de propriedade de Mário Martins, fundada em 1939, para atender aos serviços de transporte coletivo pela praia. Essas viagens se faziam irregulares, mas semanais.

construções foram sendo executados no município. A seguir, apresentamos trechos de uma reportagem de 1951, na ocasião da construção da estrada, exemplificando tal fato:

Recebendo agora, os influxos benéficos do poder público, foram esses seguidos de perto pela visão e capacidade realizadora da iniciativa particular, que idealizou transformar a maravilhosa faixa atlântica daquele município num verdadeiro jardim estival, para a exploração da indústria do turismo, em larga escala. (...) Esse é o motivo do extraordinário êxito do arrojado empreendimento da Urbanizadora Vitória S.A., cujas ações e lotes de terrenos estão sendo procurados por grandes e pequenos capitais, na certeza de que a valorização de uma e de outros é diretamente proporcional às grandes inversões que o governo está realizando naquela região (Diário de Notícias 13/02/1951, p. 7)

Observamos, pela reportagem, uma nova área que surgia para os promotores imobiliários, propiciando o investimento em construções, infraestrutura, valorizando esse espaço para posterior exploração em um município que estava ligando-se ao restante do país.

Novas áreas acabam sendo incorporadas ao espaço urbano da cidade. Um exemplo é o Loteamento Coronel Brasileiro Faustino Corrêa, situado próximo à estrada e fora do perímetro urbano anterior<sup>19</sup>, com 1.367 lotes e 49 quarteirões, registrado no Cartório de Imóveis em 13/02/1958.

Na década de 1950, o serviço de distribuição de energia elétrica encontrava-se em situação grave, visto a demanda ter se tornado muito maior. Nessa época foi estabelecida a divisão da cidade em duas zonas que receberiam o serviço de energia em dias alternados, até o horário estabelecido, medida essa que duraria até o ano de 1962, quando a empresa municipal passou a fazer parte da Companhia Estadual. A partir da década de 1970, a Usina é submetida a sucessivas ampliações para atender à demanda, que crescia em função dos arrozeiros situados nessa área, para bombeamento de água nas lavouras.

Apenas no ano de 1998 Santa Vitória do Palmar foi interligada ao sistema nacional (linha de transmissão Quinta – Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar), substituindo a energia que era suprida a partir da Usina Diesel Elétrica de Santa Vitória e importada parte do país vizinho, Uruguai. Além da situação

---

<sup>19</sup> Em 1947, a Avenida Bento Gonçalves constituía o limite leste do perímetro urbano da cidade.

geográfica, observamos que o “isolamento” de Santa Vitória do Palmar também poderia ser descrito pela falta em termos de energia elétrica, situação essa retratada no cotidiano das pessoas e no desenvolvimento do município.

A construção da rodovia terá relação direta com a introdução do cultivo de arroz no município. De acordo com Azambuja (1978), no ano de 1913, Manuel Vicente do Amaral, intendente de Santa Vitória do Palmar, já chamava atenção para o cultivo desse produto no município.

Os primeiros plantadores de arroz são anteriores a 1955, quando deu início propriamente a cultura desse cereal nas dimensões econômicas atuais. Pode-se citar como pioneiro Gustavo Schelle, em 1945, que plantou cerca de 300 quadras dessa gramínea às margens da lagoa da Embira, na estância da Queimada, de propriedade da sucessão Thomaz Rodrigues, subdistrito de Curral Alto. Sucedeu-lhe, logo em seguida, Inocêncio de Castro Cabreira, de nacionalidade oriental, nos mesmos campos, primeiramente, e depois em terras da sucessão Nestor Dias de Oliveira, às margens da Mangueira. Seguiram-se-lhes Anselmi & Cia., em campos próprios, Guilherme Winner, em propriedade da sucessão Afonso Feijó, os irmãos Feijó e os Arriada, todas às margens da mesma lagoa, no subdistrito de Curral Alto. Foram um destes últimos orizicultores – os irmãos Feijó – os pioneiros do plantio do arroz na zona do arroio São Miguel e, ainda, os que primeiro construíram um engenho no município, na avenida Bento Gonçalves, em sua sede (AZAMBUJA, 1978, p. 206).

A abertura do trânsito rodoviário sobre o banhado do Taim, que substituiu as viagens pela praia, alertou os rizicultores da zona sul do estado para essa nova área. Em 1947, foi instalada no município a primeira agência do Banco do Brasil, com o intuito de financiar os negócios na lavoura que começavam a surgir. A produção em grandes áreas requer uma parcela de capital para obtenção de maquinaria, preparação do terreno, construção de diques, canais de escoamento, etc., havendo, portanto, a necessidade de financiamento da produção.

Segundo Bernardes (1954, p. 24):

[a] rizicultura encontrou campo aberto para a sua expansão, já que não foi preciso desalojar outro produto, e apenas, acrescentar à criação de gado, ocupação tradicional na área de colonização luso-brasileira do Rio Grande, uma nova atividade bastante lucrativa, a lavoura de arroz.

Em outras palavras, não houve substituição de uma atividade por outra, e sim um melhor reaproveitamento das terras, visto que terras até então consideradas de baixa produtividade, prestaram-se para o cultivo de arroz.

Em 1950/1951, 72% da área plantada com arroz no Estado correspondiam a terras arrendadas e não próprias, sendo 66% do total o número de lavouras arrendadas, coincidindo geralmente as zonas de lavouras maiores, com as maiores áreas arrendadas (BERNARDES, 1954). Segundo a autora, essa proporção “tem suas raízes na mentalidade tradicional dos fazendeiros, que preferem arrendar parte de suas terras a outrem” (BERNARDES, 1954, p. 25). Esse sistema representa uma renda considerável para o proprietário, que fornece apenas a terra e recebe uma porcentagem do produto obtido, caracterizando os proprietários fundiários interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso.

O grande impulso do arroz no município pode ser marcado em 1955. No período de 1955/1965, tem-se um incremento de aproximadamente 1432% na área cultivada, partindo-se de 2.072 hectares para 31.740 hectares em 1965. No período seguinte 1965/1975, ocorre um incremento menor, de 30%, porém com o aumento de produtividade.

De acordo com Bernardes (1954, p. 25) esse tipo de exploração, ou seja, lavouras maiores coincidindo com maior área de lavouras arrendadas, “predomina especialmente na fronteira oeste e nos municípios do extremo-sul – Arroio Grande, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar – tendo os dois últimos todas as suas lavouras fundadas em terrenos arrendados”. Ainda conforme a autora,

[o] que mais individualiza a rizicultura irrigada no Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, dá um caráter comum a todas as zonas do estado em que ela se processa, não é, pois o predomínio do arroz japonês, nem os processos de cultura e sim, o fato de se tratar de uma grande lavoura, realizada em sua maior parte em terras arrendadas e não próprias (BERNARDES, 1954, p. 22)

A partir de 1960, observa-se uma nova configuração do município, voltado para o arroz, acompanhado do aumento da densidade demográfica e incremento do mercado de trabalho. Paralelo ao progresso técnico da agricultura, a organização da produção também se modifica, ou seja, a utilização do trabalho. Para o município de Santa Vitória observa-se a introdução do arrendamento, fazendo com que a produção se organize em moldes empresariais. Nesse sentido, cada vez mais as relações no campo aproximam-se das relações capitalistas de produção.

#### **2.3.4. Mecanização do campo: transformações na paisagem (1970 – 1991)**

A modernização da agricultura constitui-se num dos aspectos marcantes da evolução da agropecuária na década de 1970. Centrou-se no amplo emprego de máquinas e de insumos de origem industrial, difundindo-se a partir de fortes subsídios creditícios. As características específicas que assumiu a modernização da agricultura estão associadas à concentração fundiária, em diferentes graus de intensidade, e ao processo de valorização acentuada da terra. O crescimento da agricultura no município processou-se basicamente através da modernização no campo.

A cidade torna-se então um centro de captação de fundos, pois a poupança do homem que trabalha no campo vai para os cofres urbanos, tornando-se muitas vezes apenas um intermediário entre os escritórios rurais e a rede financeira nacional ou mesmo internacional. No ano de 1969, a cidade possuía cinco agências bancárias: Banco da Província, Banrisul – Banco do Estado do Rio Grande do Sul –, Banco do Brasil, Banco do Comércio e União de Bancos, mais a Caixa Econômica Estadual, os quais tinham o intuito de financiar os negócios no campo. Atualmente, a cidade possui quatro agências bancárias: Banrisul, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o Banco Santander. De acordo com o IRGA (Censo 1999/2000), o Banco do Brasil é responsável pelo financiamento de 49,5% da área produzida no município, correspondendo a 16.685 hectares<sup>20</sup>.

O banco é onde o comerciante desconta seus títulos, paga suas dívidas e onde o produtor levanta empréstimos para financiar sua produção, ressaltando a ação que esses bancos exercem sobre a cidade e áreas adjacentes. A cidade vai funcionar, então, apenas como uma etapa, incapaz de desempenhar um papel de centro regional autônomo, pois a parte essencial do controle das atividades da área que deveria dominar acaba lhe escapando em proveito das metrópoles industriais. Conforme Santos (2008b, p. 135-136),

---

<sup>20</sup> Censo 1999/2000, Instituto Riograndense do Arroz. O município possui 33.719 hectares produzidos. Segundo o Instituto, foram tomadas apenas informações do Banco do Brasil, sabendo-se que ocorrem financiamentos através de outros bancos, mas em valores muito pequenos se comparados ao BB; 17,2% são financiados através de empresas e 33,1%, de outras fontes.

(...) se as condições do crescimento demográfico urbano e a estagnação econômica rural são tais que se faz necessário recorrer a produtos importados em grandes quantidades, desencadeia-se uma evolução regressiva e a cidade torna-se cada vez mais dependente de fora e cada vez menos capaz de polarizar a região.

Com a construção da rodovia, várias granjas foram sendo formadas ao longo da BR 471, atraindo também atividades ligadas ao comércio, como implementos agrícolas, maquinários e bancos (já mencionados), bem como atraiu a população para o local. O termo *granja* é utilizado para designar as áreas produtoras de arroz no município. Uma granja compreende a sede do escritório, o maquinário agrícola utilizado, os engenhos e os silos responsáveis pela secagem e armazenagem do produto, residências para os funcionários e, normalmente, uma escola. Os principais produtores são o Grupo Extremo Sul, pertencente a Erico Ribeiro, e o Grupo Joaquim Oliveira S.A., ambos sediados na cidade de Pelotas – RS.

Santa Vitória, devido à questão do arroz, beneficiado sobretudo em Pelotas, apresenta uma ligação maior com essa cidade, do que com Rio Grande (mais próxima), relação essa estabelecida em função dos proprietários fundiários. Percebemos a ação de agentes sociais de outros municípios organizando o espaço municipal (rural) de Santa Vitória do Palmar. A drenagem da renda fundiária irá se constituir, dessa forma, em importante aspecto da vida social, econômica e política na cidade (FIG. 14).



Figura 14 - Silo em construção próximo a cidade - BR 471

Fonte: Lenize Ferreira, 2009.

### 2.3.5 – Mudanças na relação cidade/campo (1991 – 2007)

Até a década de 1960, o município era composto, em sua maioria, pela população rural. Esse quadro só foi mudar no final da década seguinte e início dos anos 1980, quando a população urbana atingiu a população rural, como podemos observar no Gráfico 2:

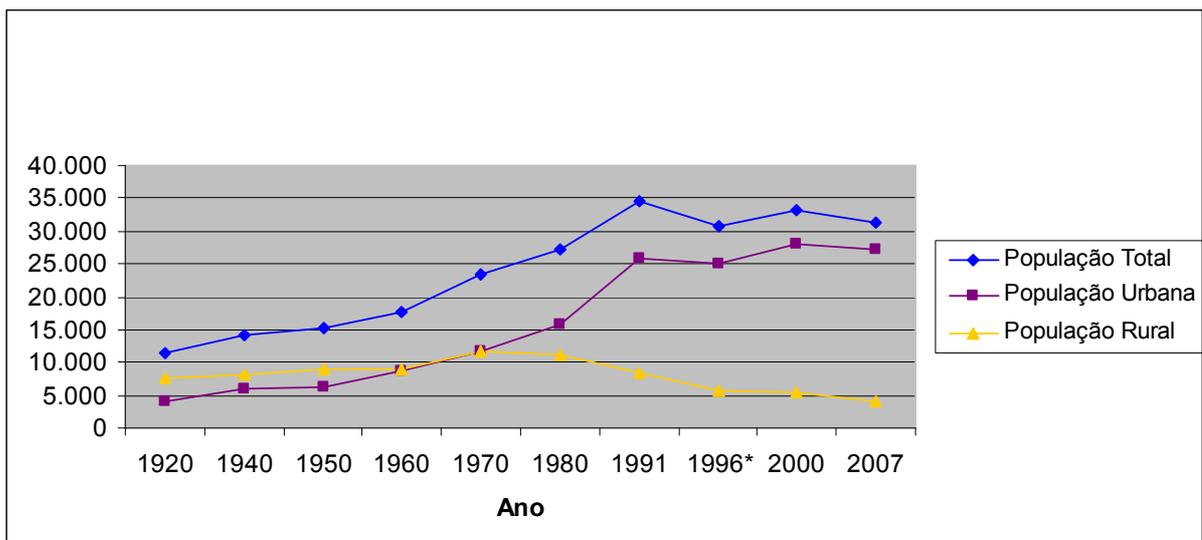


Gráfico 2 – Evolução da População Total, Rural e Urbana 1920-2007

Fonte: Censos Demográficos, Contagem de População IBGE.

\* 1996 cedeu área e população (3.211) ao município do Chuí devido ao desmembramento.

Até 1970, a maioria da população estava concentrada principalmente no setor primário e começavam a surgir outras funções, como atividades industriais, comércio de mercadorias (principalmente no Chuí), prestação de serviços, entre outras. A partir da década de 1980 até 1991, a população total teve um incremento de 26% aproximadamente (passando de 27.170 para 34.462 habitantes), sendo um dos municípios que mais cresceu no Estado.

A maior parte da população urbana localiza-se na cidade (em torno de 90%), demonstrando a importância do centro urbano e a pouca importância dos centros menores em relação à sede do município. A população urbana cresce em uma proporção maior que a população total, tendo-se por outro lado a diminuição da rural, caracterizando a migração das pessoas das áreas rurais para a cidade. Muitos dos trabalhadores que constituem a população agrícola (que trabalha no campo) moram nas cidades e apenas conseguem trabalho na época de safra, quando se torna necessário a utilização de mais braços na colheita. Quando a safra acaba, esse trabalhador retorna à cidade. Segundo a Contagem de População realizada pelo IBGE no ano de 2007, a população total era de 31.183 habitantes, sendo 87,11% urbana, ou seja, 27.165 habitantes. Conforme Santos (1994, p. 33) “a população agrícola torna-se maior que a rural porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo estacionais é urbana pela sua residência”.

O maior incremento populacional processou-se nas décadas de 1950-1960, apresentando uma maior dinamização do município, no qual novas áreas foram incorporadas ao espaço urbano. Essas mudanças processadas na cidade são visíveis na paisagem urbana, como na Avenida Justino Amonte Anacker, via de acesso à cidade, que se especializou no comércio de máquinas, postos de gasolina, engenhos, lojas de implementos agrícolas, armazéns, equipamentos que caracterizam a ligação da cidade com as áreas agrícolas modernizadas do município, e atende ao transporte de cargas, caminhões e viajantes, como podemos observar nas Figuras 15 e 16:



Figura 15 e 16 - Avenida Justino Amonte Anacker

Fonte: Lenize Ferreira, 2007

## 2.4 A RELAÇÃO URBANO E RURAL

Existem várias tentativas que buscam caracterizar o que é o rural e o que é o urbano. Já no início do século XX, a compreensão teórica desses espaços vem tomando lugar. Neste subitem, nossa intenção é tecer algumas reflexões sobre os conceitos urbano/rural, levando em conta a complexidade que envolve o tema e a impossibilidade de se chegar a uma única definição.

Foi nas décadas de 1950 e 1960 que os estudos sobre a temática rural-urbano se intensificaram, a grande maioria sob um viés dicotômico. O marco histórico foi o processo de modernização do campo intensificado no Brasil a partir da década de 1960, na qual as relações entre o meio rural e o meio urbano tornaram-se mais intensas, tanto no que se refere às atividades econômicas desenvolvidas quanto às relações sociais estabelecidas.

A questão que se coloca é como explicá-los a partir das mudanças ocasionadas pela modernização da agricultura e do surgimento de atividades consideradas “urbanas” na área rural. Ao mesmo tempo, o uso do conceito urbano também se aplica muitas vezes para qualificar o espaço, ou as relações que nele ocorrem, tendo como contraponto e complemento contraditório o rural.

Alguns critérios têm sido utilizados na caracterização e definição do rural e do urbano. Um dos critérios utilizados é o do patamar demográfico: nesse

caso o rural é definido como dispersão, inversamente ao urbano, definido como aglomeração, critério que varia enormemente no cenário mundial se apenas levarmos em conta o tamanho da cidade para definirmos a sua importância. Outro critério considera a ocupação econômica da população; dessa forma, o rural é definido pelas atividades primárias e o urbano, como local onde se desenvolvem as atividades secundárias ou terciárias, as quais também apresentam limitações, pois hoje múltiplas atividades desenvolvem-se no campo, além das primárias, assim como cada vez menos habitantes do campo trabalham na agricultura. Nesse sentido, o urbano não pode ser definido e restringido a um território, pois urbano e rural referem-se a diferentes condições de vida.

A expansão de novas formas capitalistas de produção atingiu tanto as áreas urbanas como as áreas rurais, que foram se integrando gradativamente aos principais circuitos da produção econômica. À medida que se desenvolvia no campo uma produção comercial voltada para as necessidades da cidade, difundia-se também o trabalho assalariado e expandia-se o mercado consumidor. A produção rural incorporou as inovações tecnológicas produzidas na cidade, o que ocasionou também uma mudança na percepção do tempo. A ideia de um Brasil rural tradicional aos poucos vai desaparecendo, sobrevivendo apenas em áreas mais pobres, em que a população não tem renda suficiente para integrar-se às novas formas de consumo.

Segundo Endlich (2006, p. 22),

a urbanização tende a apagar a distinção cidade-campo, mas em decorrência da maneira contraditória como ocorre, com o império do valor de troca e com a permanência de ilhas de ruralidade. A relação urbanidade-ruralidade ao invés de desaparecer, intensifica-se.

A definição de rural e urbano deve apoiar-se num conjunto de elementos que possa permitir a leitura de um espaço em um determinado tempo. Discutir o urbano ou o rural deve sempre ser pautado no contexto espacial e histórico, pois é o conjunto de informações que irá permitir uma análise mais consistente.

Sobarzo (2006), baseado na obra de Lefebvre (1972), argumenta que a diferença entre espaços urbanos e rurais se produz em função da divisão do trabalho, separação que pode e será superada em função do crescimento das forças

produtivas e de novas relações de produção. Mas não ocorre um desaparecimento do campo e das atividades agrícolas, “urbano e rural permanecem com conteúdos sociais diferenciados, mas a oposição cidade/campo atenua-se” (SOBARZO, 2006, p. 55).

Santos (1994a) também discute essa questão e propõe a substituição da clássica divisão do Brasil em rural e urbano por dois grandes subtipos: os espaços agrícolas e os espaços urbanos. Utilizando com um novo sentido a expressão *região*, o autor define que o espaço brasileiro seria formado por regiões agrícolas (e não rurais), as quais contêm cidades, e as regiões urbanas, que contêm atividades rurais.

O Brasil urbano desenvolve-se sob o comando das atividades terciárias e secundárias, e sua população vive em cidades. Apesar de funcionar segundo os interesses das atividades tipicamente urbanas, também é marcado pela presença de atividades econômicas tradicionais, e elementos característicos do campo, como os cinturões verdes e as novas hortas urbanas que abastecem as populações das grandes regiões metropolitanas e produzem alimentos para outros núcleos urbanos. Convém também levar em conta o número de pessoas que trabalham em atividades rurais e residem nas cidades.

O Brasil agrícola caracteriza-se por atividades econômicas comandadas pelos interesses do setor primário, mas integrado plenamente às principais formas de produção urbanas e elementos marcadamente urbanos. A agricultura brasileira absorveu, nas últimas décadas, todos os tipos de modernização que possibilitaram a expansão da produção agrícola e pecuária. A produtividade aumentou e o setor integrou-se aos principais mercados nacionais e internacionais.

Em virtude da modernização do campo, assiste-se a uma verdadeira expulsão dos trabalhadores agrícolas, os quais encontram nas grandes cidades seu refúgio. Como as indústrias absorvem cada vez menos mão-de-obra e o setor terciário apresenta um lado moderno, que exige qualificação profissional, e outro marginal, que remunera mal e não garante estabilidade, a urbanização brasileira vem caminhando paralelamente ao aumento da pobreza e à deterioração crescente das possibilidades de vida digna aos novos cidadãos urbanos. Observamos, então, uma mudança no conteúdo dessas cidades, ocasionada pelas transformações ocorridas no campo pela lógica da mercadoria. Portanto, não é mais possível pensar

na oposição cidade e campo, pois se trata de um outro processo: a urbanização da sociedade.

A questão de o Brasil ser urbano ou não é mais amplo do que seus dados demográficos, pois se torna necessário levar em conta a historicidade presente nos fatos e nos processos. Hoje, já não há coincidência entre cidade e urbano. Nos espaços rurais podem ser encontradas atividades com uma lógica urbana, possibilitado pelos meios de comunicação e transporte.

O estudo do urbano não pode deixar de englobar também o aspecto rural, pois a cidade está sempre implantada no campo, tendo para com este relações de variada forma, desempenhando funções diferentes em relação a ele, conforme o caso (QUEIROZ, 1978, p. 51).

A concepção de urbano extrapola a própria cidade; o urbano indica uma sociedade em formação. Nesse sentido, o correto é analisarmos a cidade em relação ao campo como espaços complementares e não mais dicotômicos. Segundo Lefebvre (2004, p. 17), a sociedade urbana nasce da industrialização, ou seja, é constituída por esse processo, que domina e absorve a produção agrícola. O tecido urbano não corresponde apenas ao domínio edificado da cidade, mas “ao conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo”.

“O urbano torna-se uma metáfora para o espaço social integrado e (re)definido pela urbanização que se estende virtualmente por todo o território e caracteriza a sociedade urbana contemporânea” (MONTE-MÓR, 2006, p. 190). O meio urbano deixa de ser apenas o espaço da cidade para se transformar no espaço social total, com a extensão do tecido urbano ao campo.

## 2.5 A RELAÇÃO DA CIDADE DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR COM O CAMPO

Segundo Queiroz (1978), pode-se definir três formas de estruturas e organização social, a partir de sua estrutura interna e de acordo com a realidade empírica: a primeira forma é constituída pelas sociedades internamente indiferenciadas – **sociedade tribal** – com divisão do trabalho fraca, inexistência da

divergência rural-urbana e da concentração urbana. A segunda forma é constituída pelas sociedades internamente diferenciadas em meio rural e meio urbano – a **sociedade agrária**; a cidade já constituiu o centro político administrativo que organiza e domina o meio rural, mas depende dele para seu abastecimento, sendo então dominada e delimitada por esse, o verdadeiro setor produtor. A terceira forma de organização social é constituída pelas sociedades internamente diferenciadas em meio rural e meio urbano – **sociedade urbana** –, na qual a cidade liberta-se do meio rural, tornando-se produtora, ocorrendo uma reorganização do meio rural através das máquinas e do desenvolvimento da tecnologia. A cidade pode então crescer de maneira ilimitada, pois seu abastecimento depende do desenvolvimento tecnológico.

Ainda segundo essa autora, o equilíbrio entre a cidade e o campo será diverso conforme o tipo de sociedade:

No primeiro caso não há tal equilíbrio, pois a cidade não existe. Nas sociedades agrárias, cidade e campo coexistem, mas o campo domina a cidade, embora esta organize e seja seu centro administrativo; a dominação é demográfica e econômica. Nas sociedades urbanas, a coexistência também se verifica entre campo e cidade, porém a cidade domina o campo, que passa para o plano secundário, demográfica e economicamente (QUEIROZ, 1978, p. 49)

Numa sociedade como a brasileira, os três tipos de sociedades podem ser concomitantes no tempo e no espaço. De acordo com a sociedade e o momento histórico, as relações entre os três tipos serão diversas, os processos predominantes serão diferentes e os equilíbrios existentes não serão os mesmos. “Rural e urbano entretêm um com o outro, relações que sempre estão se modificando” (QUEIROZ, 1978, p. 269). A ideia é considerar as relações entre campo e cidade como interdependentes e um influenciando o outro mutuamente. Portanto, não é possível uma interpretação válida de cada aspecto do real, urbano e rural, se não for levado em consideração o conjunto formado por ambos.

Fazendo uma analogia com Santa Vitória do Palmar, percebemos que essa engloba características que transitam tanto de uma sociedade agrária, quanto de uma sociedade urbana. Nesse sentido, torna-se importante analisar qual o tipo de sociedade predominante, bem como de que forma essa se relaciona com os outros tipos para formar a configuração existente. A relação da cidade com o meio rural circundante é, em parte, de dependência, decorrente da importância das atividades

produtivas desenvolvidas no campo: a modernização do campo se processa diferentemente da cidade; essa faz parte da divisão do trabalho, mas não tem o surto de desenvolvimento observado no campo. Essas características definem o que Queiroz (1978) denomina de *sociedades agrárias*, nas quais o campo, produtor de riquezas, tem uma importância relevante e modela a cidade para servir a sua finalidade. No município de Santa Vitória, as mudanças no rural resultam da expansão de outro centro urbano, no caso, a cidade de Pelotas.

Importante salientar que os atores – os granjeiros – que dão início ao processo de modernização no campo são sempre de origem urbana; ou seja: não se desenvolve essa racionalidade no campo por si só, levando ao processo de *urbanização do meio rural*. Não é o rural que se moderniza diferentemente do urbano, mas sim aos moldes do urbano, com a mecanização e organização do trabalho a partir das cidades. A maior parte do arroz produzido no município pertence a produtores que gerenciam seus empreendimentos fora de Santa Vitória do Palmar, os granjeiros, que incorporam uma racionalidade e um ritmo diferente à produção.

Há um descolamento entre o crescimento da cidade e do meio rural; a cidade não acompanha a produção. O município não agrega valor a seus produtos, o arroz não é beneficiado e sua produção é canalizada para o município de Pelotas, centro regional. Da mesma forma, os trabalhos mais especializados, como agrônomos, aviação agrícola, agrimensores, não estão na cidade de Santa Vitória do Palmar e sim na cidade de Pelotas, pois a mesma não comporta a prestação de serviços nesse nível. Dessa forma, Pelotas, município vizinho, constituiu-se no maior armazenador sem ser o maior produtor de arroz, como pode ser verificado na tabela 1. A cidade de Santa Vitória constituiria assim um “*prolongamento rural*, pois a cidade industrializada é centro de outro tipo de produção” (QUEIROZ, 1978, p. 53).

**Tabela 1 - Arroz Irrigado – Safra 2002/03**

MUNICÍPIOS	ÁREA PLANTADA (HA)	PRODUÇÃO TOTAL		RENDIMENTO MÉDIO (KG/HA)	NÚMERO ENGENHOS	BENEFICIAMENTO	
		(SC)	(T)			(SC)	(T)
<b>ZONA SUL*</b>	<b>150.110</b>	<b>15.200.863</b>	<b>760.043</b>	<b>5.063</b>	<b>77</b>	<b>11.580.186</b>	<b>579.009</b>
<b>PELOTAS</b>	<b>8.500</b>	<b>894.710</b>	<b>44.736</b>	<b>5.263</b>	<b>33</b>	<b>10.732.641</b>	<b>536.632</b>
<b>SANTA VITÓRIA DO PALMAR</b>	<b>60.000</b>	<b>6.120.000</b>	<b>306.000</b>	<b>5.100</b>	<b>16</b>	<b>110.339</b>	<b>5.517</b>

Fonte: IRGA. Disponível em [www.irga.rs.gov.br](http://www.irga.rs.gov.br). Acesso em 02.03.2009.

\* Inclui os municípios de Pelotas, Capão do Leão, Pedro Osório, Turuçu, Morro Redondo, Cerrito, Santa Vitória do Palmar, Chuí, Rio Grande, Arroio Grande, Herval do Sul, Pedras Altas e Jaguarão.

Percebemos que o rural e o urbano se apresentam mesclados, sendo necessário um olhar mais apurado para determinar quais atividades ocorrem na sede (cidade) e quais se passam no meio rural (entorno). Um exemplo de como a distinção entre o urbano e o rural não é nítida, é a expressão “viajar para dentro” (utilizada há anos atrás), como referência a viajar para o interior do município, e não “viajar para o campo”.

Santa Vitória do Palmar possuía serviços de “diligências” que se aventuravam em viagens “para dentro”, como se dizia então/ e que no possível, sempre foram regulares, embora, nem sempre possuíam horário de chegada (RODRIGUES, 2008f)

De acordo com Queiroz (1978), até a década de 1960, o Brasil mostrava uma predominância de ocupações diretamente ligadas ao meio rural, bem como uma porcentagem maior de população rural do que urbana. As cidades brasileiras estavam na dependência do campo, mas não se opunham a ele. “O capital originário do campo era aplicado nas cidades para embelezá-las, mas não para levá-las a produzir; as cidades estavam a serviço do meio rural e se desenvolviam em função dele” (QUEIROZ, 1978, p. 285).

Anterior ao cultivo de arroz, o município de Santa Vitória do Palmar tinha como principal atividade a pecuária. Essa, em sua forma tradicional, apresenta uma “dinâmica” lenta, o que explica em parte o crescimento lento da cidade. Com o arroz (década de 1950/1960), a estrutura e a dinâmica mudaram completamente, e a cidade cresceu. Em 1951, surge a Cooperativa de Lãs, na tentativa de assegurar os preços da carne bovina e ovina, couro e lãs, bem como marcar presença no meio comercial do estado. A imagem abaixo (FIG. 17) mostra o prédio próprio da Cooperativa, construído na Avenida Getúlio Vargas<sup>21</sup>. Em 1959, 70% da população localizavam-se no campo.

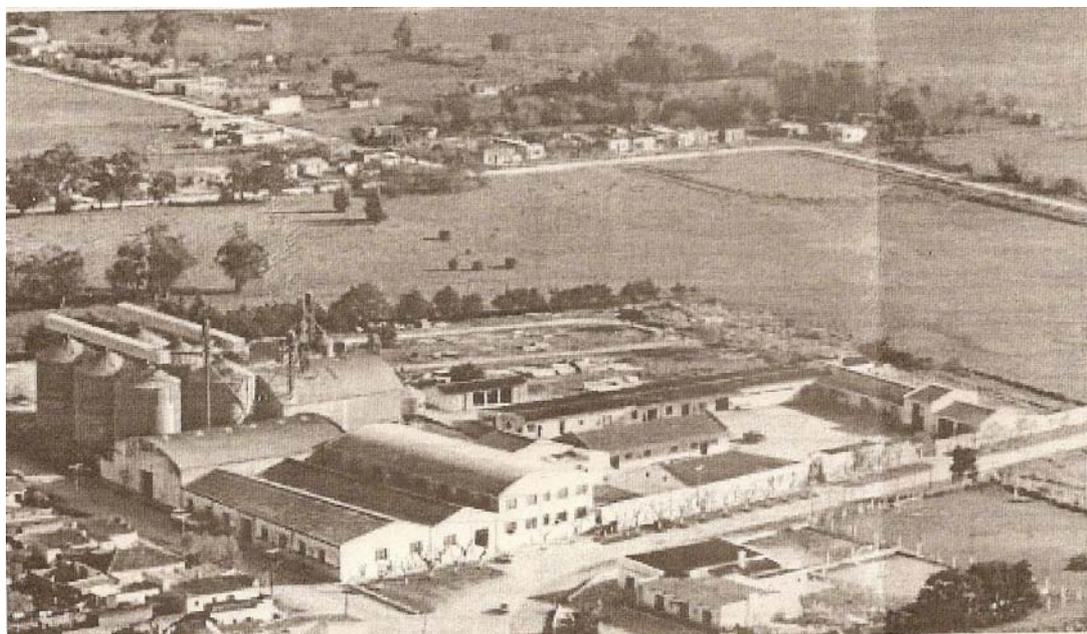


Figura 17 - Complexo da Cooperativa de Lãs

Fonte: Homero Rodrigues, 2008.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2000), Santa Vitória do Palmar está entre os dez municípios de maior rendimento per capita e entre os cinco municípios de maior concentração de renda do estado. Ou seja,

---

<sup>21</sup> “Aí desenvolveu-se o trabalho na matéria-prima em questão e foi criado um curtume, depois, diversificou-se, no arroz e um armazém abastecia os cooperados que pagavam com os seus produtos que chegavam até ai defendidos pela corporação feita para esse fim. Esta instituição cooperativa, depois do “falso milagre brasileiro” que provocou uma enorme inflação e uma guinada para facilitar a chegada de grandes firmas multinacionais no campo, começou a definhar, como tantas por este Brasil (RODRIGUES, 2008, p.3)

sempre houve uma pequena parcela de pessoas com uma elevada renda, sendo que a cidade se estruturou e “cresceu” com essa disparidade, resultando em uma população marginal afeitada, criada para fazer serviços domésticos na cidade, ou na “Campanha”, com o gado. Com o arroz, a cidade “explodiu” nos primeiros dez anos de produção, visto que a colheita era manual, gerando um aumento total de população e a criação das agrovilas.

Segundo o historiador Homero Rodrigues (2008j)<sup>22</sup>:

(...) as Cooperativas (arroz e lã), os bancos, e órgãos públicos, como Prefeitura e outros órgãos estaduais é que davam sustentação de emprego para estas pessoas. O rebanho de ovinos foi diminuído aproximadamente em 80%, portanto não haveria mais sentido em manter a Cooperativa de Lãs. Em relação à produção de arroz, o município chegou a possuir 90 mil hectares e diminuiu para 40 mil; esses fatores provocaram um crescimento fictício e depois um retraimento. Essa população que se desloca para as granjas, para o Chuí, permaneceu na cidade, pois não dispõem de alternativa, fazendo surgir um cinturão de miséria em torno da cidade, incontrolável, os governos populistas começam a segurar essa gente pela questão do voto, e começam a construir casas populares.

Percebemos que a cidade acaba virando um “reservatório de mão-de-obra”. Segundo Queiroz (1978), o crescimento da cidade não é acompanhado de uma transformação nos valores, nos costumes, nas práticas e nos comportamentos de seus habitantes. O que se observa é uma adaptação ao novo *habitat* urbano, visto que valores, costumes e comportamentos da população agrária acabam se ajustando à cidade.

De acordo com o recenseamento realizado pelo IBGE em 1920, o município de Santa Vitória do Palmar possuía uma superfície de 428.700 hectares; de área dos estabelecimentos rurais somava 370.570 hectares, ou seja, 86,4% da superfície do município. Segundo o Censo de 1940, havia apenas um estabelecimento com declaração de produção de arroz e não há registro da quantidade produzida. A tabela abaixo demonstra a área plantada, a quantidade produzida e o rendimento médio no município desde a década de 1950 até o ano de 2007 (TABELA 2):

---

<sup>22</sup> Entrevista verbal concedida à pesquisadora em 09 de dezembro de 2008.

**Tabela 2 – Produção de arroz: quantidade produzida, área plantada e rendimento médio – 1950 a 2007**

<i>Ano</i>	<i>Área plantada (ha)</i>	<i>Quantidade produzida (t)</i>	<i>Rendimento médio (kg/ha)</i>
1950	2.506	8.350	3.332
1960	2.863	6.560	2.291
1970	21.861	91.886	4.203
1975	42.147	199.612	4.736
1980	53.246	234.540	4.404
1985	54.493	281.593	5.167
1990	80.000	384.000	4.800
1995	90.000	423.000	4.700
2000	70.731	389.021	5.500
2005	75.000	412.500	5.500
2007	46.169	323.183	7.000

Fonte: Censo Agropecuário IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal PAM

Observa-se pelos dados da tabela, o crescimento elevado a partir da década de 1970, coincidindo com o final da construção da estrada. O ápice ocorreu na década de 1990, quando o município chegou a contar com 90.000 hectares (em 1995) de área plantada de arroz, correspondendo a 97,67% da área plantada do município.

De acordo com dados da FEE, de 1991 a 2005 Santa Vitória do Palmar foi o município com maior área plantada no Rio Grande do Sul, seguido de Uruguaiana e Itaqui. Em 2007, ocupava o 4º lugar, com 46.169 hectares, atrás de Uruguaiana (58.095 hectares), Itaqui (54.824 hectares) e Alegrete (47.500 hectares). Em relação à quantidade produzida, os três municípios alternam as posições durante os anos observados<sup>23</sup>.

O aumento da produção do arroz está atrelado a interesses do Estado na expansão da produção para alimentação da população urbana, bem como ao interesse de empresas em expandir seus negócios para agricultura brasileira. Observa-se o surgimento de atores sociais – os granjeiros – de origem urbana, com

<sup>23</sup> Vide Anexo B.

interesse em diversificar os seus capitais investindo na agricultura. Tal fato ocasiona a diminuição dos pequenos e médios estabelecimentos e também a atividade pecuária tradicional, restando então a pecuária empresarial associada à lavoura de arroz.

A tabela 3 traz a quantidade de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários existentes no município:

**Tabela 3 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários: 1940 a 2006**

	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Total	4.168	3.349	5.111	4.519	6.302	8.844	8.715	4.035	3.429
Membros da família do responsável	3.461	1.305	2.525	3.211	3.278	3.642	3.135	1.628	1.506
Empregados permanentes	453	851	1.343	1.111	2.082	3.129	4.139	1.822	1.923*
<i>Empregados temporários</i>		1.080	1.194	138	859	2.026	958	538	

Fonte: Censo Agropecuário IBGE

\*total de empregados contratados sem laços de parentesco com o produtor (não especifica permanente/temporário)

De acordo com os dados demonstrados na tabela para o ano de 1940, percebemos que em torno de 83% eram membros da família do responsável. Em 1950, já é possível observar a mudança nas relações sociais; os empregados dobram de número, e os membros da família diminuem para apenas 1/3 de 1940. A partir de 1975 até 1985, observa-se um número maior de empregados permanentes e temporários, coincidindo com o período de maior desenvolvimento da cultura de arroz no município e com a criação de várias granjas.

A partir de 1960 vem uma leva de pessoas para trabalho braçal, que não sabiam fazer nada diferente disso (...) A Granja concentrava muita gente, os grandes bailes populares eram na campanha. As agrovilas tinham tudo ao seu alcance: água encanada, eletricidade, repetidora de televisão, que muitas vezes essa população marginal não tinha na cidade (RODRIGUES, 2008j)

Essas mudanças processadas no campo acabam trazendo um novo dinamismo para a cidade. A partir de 1995/96, o número de empregados nos

estabelecimentos agropecuários diminuí consideravelmente como consequência da mecanização maior da agricultura e menor necessidade de mão de obra.

Em 1970, chama a atenção o número de estabelecimentos sem pessoal contratado: 1.246 estabelecimentos para um total de 1.738 estabelecimentos recenseados; ou seja, quase 72%. Santa Vitória possuía nessa época apenas um silo para forragem (enquanto Pelotas possuía 116) e 882 depósitos destinados à produção (já Pelotas, 9.317 depósitos).

No início aqui não havia gente, pois numa estância de 5 mil hectares havia 3 ou 4 empregados com a família vivendo. No arroz muda completamente essa situação, a população triplicou, quadruplicou. Por que o granjeiro manteve essa gente e não mantém agora? Porque as distâncias eram muito grandes, hoje é mais fácil vir aqui através do SINE ou do Sindicato e contratar gente para a colheita, naquela época tinha que manter essa gente lá, porque senão sairia muito caro, mesmo alguns meses com essa gente ociosa, criando problemas sérios como alcoolismo, problemas de relacionamento, falta de serviço. Hoje isso se transferiu para a cidade, o que reflete na violência (...) Em fins de 1930, 1939, 1941 foi plantado arroz em locais isolados: São Miguel, Curral Alto, cujos barcos levavam para Pelotas. Em 1960 vem a explosão do arroz e modificou a cidade. Em 1970 vem o asfalto e a televisão, e 1980 começa a curva descendente, inclusive do Chui. (RODRIGUES, 2008j)

Segundo o IBGE, para o ano de 1975 havia 4.394 pessoas ocupadas que residiam no estabelecimento. Esse número aumenta para 6.074 pessoas em 1980, 6.463 em 1985 e diminui para 2.867 em 1995/1996, ratificando o fato de que a cidade torna-se residência dos trabalhadores agrícolas. Permanece, portanto, o domínio do campo sobre a cidade, numa complementaridade dialética:

(...) sob a primeira aparência de uma exclusão recíproca de termos ou de elementos contrários, quando abordados em profundidade afirmam-se uns em função dos outros; não podem na verdade nem ser isolados uns dos outros, nem ser reduzidos um aos outros, mas compõem, em conjunto, uma totalidade real; (QUEIROZ, 1978, p.274)

A forma como se desenvolve a produção de arroz no município, com a adoção de sistemas de produção em grandes áreas de terras, altamente tecnificadas e com a administração fora do município, leva, conseqüentemente, à diminuição da população rural, como já pudemos observar anteriormente. Na cidade não houve o mesmo acompanhamento na diversificação das atividades: não foram abertos novos postos de emprego que absorvessem mão-de-obra qualificada que possibilitasse a formação de uma classe com maior poder aquisitivo, levando ao

desenvolvimento do comércio local, bem como outras prestações de serviços. Pelotas concentra todas as atividades de gerenciamento e beneficiamento da produção desenvolvida no campo.

Torna-se perceptível que o campo é mais urbano que a sede da cidade em todos os aspectos: racionalidade, lógica, ritmo. Nesse sentido, o campo está ligado horizontalmente e verticalmente a outros centros de logística, enquanto a cidade permaneceu excluída no processo de globalização. Cidade e campo afirmam-se um em função do outro; a cidade adapta-se para atender ao campo, e esse obtém da cidade os serviços mais essenciais e a mão-de-obra necessária à produção.

As mudanças na cidade de Santa Vitória do Palmar decorrentes da relação com o campo são visíveis na paisagem urbana. Exemplos disso são o comércio e os serviços desenvolvidos na Avenida Justino Amonte Anacker. Outra mudança perceptível na paisagem urbana como resultado dessa relação com o campo é a produção de moradias para atender à determinada parcela da população, item que analisaremos no próximo capítulo.

### 3 - MUDANÇAS NA PAISAGEM URBANA: A PRODUÇÃO DE MORADIAS

La vivienda es un fenómeno complejo, con múltiples facetas, que solo pueden ser comprendidas englobando su análisis en el contexto global de la estructura social. La vivienda es mucho más que una realidad física y espacial, es, ante todo, un fenómeno social cuya comprensión solo puede alcanzarse desde su globalidad (ALCALA, 1995, p. 45).

Habitar corresponde à interrelação entre a habitação (moradia) e a família. Define-se como um conceito construído historicamente, ligado à estrutura social que determina seus conteúdos. Para utilizarmos de forma adequada o conceito de habitação em cada realidade social que desejamos estudar, devemos partir da delimitação precisa de suas circunstâncias históricas e sociais. Assim, o conceito de habitação só pode ser entendido quando construído no próprio processo de investigação.

A habitação, como um bem necessário, refere-se a um objeto que possui uma utilidade para o homem. Corresponde ao valor de uso de uma mercadoria, que se constitui através de sua utilidade (perspectiva marxista). A habitação equivale a um bem que não pode ser comparado à água, ao alimento, ao ar, pois ela possui um sentido social. Analisá-la enquanto mercadoria implica compreender as maneiras como os habitantes conseguem dispor das moradias nas quais habitam.

Entre as formas existentes de acesso à moradia, podemos citar: o processo de autoconstrução; a cessão, mecanismo através do qual se permite ou se transfere uma moradia a outras pessoas – nesses casos, muitas vezes o Estado converte-se no agente imobiliário; e o mercado, que se produz em conexão com o processo de formação das relações sociais de produção. Tal processo implica um conjunto de rupturas: entre o lugar de residência e o lugar de trabalho; dos meios de produção e do trabalhador; do lugar de residência e da propriedade da terra. Quando a divisão social do trabalho se encontra em uma etapa avançada, o mecanismo de mercado se converte em majoritário.

### 3.1 HABITAÇÃO: UM ESFORÇO DE DEFINIÇÃO

A questão residencial encontra-se ligada à posição social que cada indivíduo ocupa na estrutura da cidade, ou seja, pertencer a um determinado grupo específico determina a sua forma residencial e de habitar. Segundo Carlos (2004), o plano da habitação revela o plano do vivido: as relações sociais podem ser lidas no plano da vida cotidiana, enquanto prática socioespacial. “O habitar implica, também, um conjunto de ações que incluem o público e o privado; o local e o global” (CARLOS, 2004, p. 118). A habitação é a forma mais visível das diferenciações de classe, no espaço. A morfologia social se materializa enquanto morfologia espacial, e revela-se na sequência da paisagem dos bairros que se produzem enquanto fragmentos que tendem a totalizar os planos da vida.

Habitar enquanto ato social vai desaparecendo ao mesmo tempo em que a habitação vai se reduzindo apenas a um abrigo. O sentido do habitar é muito mais amplo, envolvendo vários níveis e planos espaciais de apropriação. Nesse sentido, o direito à cidade é reduzido enquanto direito à moradia.

O preço da construção de uma habitação não depende dos preços finais de comercialização da mesma, ou seja, duas moradias iguais, situadas em diferentes bairros da cidade podem ser comercializadas por preços diferentes. Esse irá variar em função da localização do terreno na malha urbana, bem como em função das suas externalidades: a urbanização e a infraestrutura existente, a facilidade ou não de acesso a bens de consumo coletivo, serviços públicos, comércio, áreas de lazer, entre outros. Variáveis ideológicas, como a situação socioeconômica da vizinhança, o tipo de construção predominante na área, o *status* do bairro na cidade são também pontos importantes que irão influenciar o preço final da moradia.

Uma das estratégias mais utilizadas para diminuir o peso do custo da construção no preço final da habitação, é a redução do tamanho da moradia, a utilização de materiais mais baratos, bem como a qualidade do acabamento. A “redução do custo” acaba levando a uma maior deterioração das condições habitacionais dos moradores.

Na maior parte das pequenas cidades, a diferenciação dos preços dos terrenos urbanos aparece marcada por critérios simbólicos, uma vez que a situação

de diferentes bairros é, em geral, pouco diferenciada em relação a condições de infraestrutura e de localização espacial privilegiada. No caso de Santa Vitória do Palmar, com exceção de determinadas áreas localizadas em bairros como a Vila Rodrigues, Vila Nova e partes da Vila Jacinto, as diferenças em relação à infraestrutura e moradias não se apresentam tão destacadas assim na morfologia da cidade.

A base espacial, ou seja, o terreno, necessária para a produção de habitações, constitui uma barreira para a livre reprodução da promoção imobiliária, e é o que diferencia a mercadoria habitação das demais. Segundo Alcalá (1995), no enfoque marxista, a moradia é vista como um espaço produzido por um sistema específico de produção imobiliária, no qual a estrutura social assegura sua continuidade através da reprodução da força de trabalho, condição essencial para manter as relações de produção. “En la vivienda se producen numerosos acontecimientos sociales que trascienden el de la reproducción de la fuerza del trabajo”(ALCALÁ, 1995, p. 134).

Além de ser consumida, a moradia é vivida, portanto não pode ser tratada exclusivamente como uma mercadoria comprada e vendida para cobrir as necessidades sociais. A posição econômica irá determinar em grande parte a capacidade de acesso à moradia e a posição espacial que irá ocupar, ainda que o conteúdo desses elementos varie na estrutura social: a posição social das famílias está influenciada pelo acesso que conseguem ter a um conjunto de serviços e equipamentos situados no entorno residencial.

Percebemos que a habitação é um elemento específico de diferenciação social, em vários aspectos: na diferença de preços no mercado, na capacidade de escolha da habitação mais adequada, no conjunto de gastos com infraestrutura, como o transporte, relacionado à sua localização, e na relação dos habitantes com as características físicas da habitação.

Como forma de compreendermos a questão habitacional na cidade de Santa Vitória do Palmar, buscamos referência na obra *La cuestión residencial*, de Luis Cortes Alcalá (1995), na qual o autor propõe dividir o estudo da habitação em planos: espacial, econômico, social, político-institucional e cultural, o que irá nos permitir localizar o concreto dentro de um marco global sem perder a visão de conjunto.

O plano espacial se constitui através da interrelação entre a moradia que se utiliza como residência habitual e o espaço exterior em que a mesma está situada. Abrange as características físicas da moradia, do bairro, os equipamentos disponíveis, o comércio aí localizado, a densidade de habitantes por domicílios, etc.. Os componentes espaciais do sistema de habitação são, basicamente, as próprias habitações, diferenciadas entre si por uma grande variedade de elementos estruturais e de instalações que essas habitações possuem, integradas em uma escala espacial com outros componentes, como o edifício, a rua e o bairro.

O plano econômico engloba todos aqueles aspectos que revelam a forma que a família residente se integra na sociedade como unidade econômica de consumo e ócio. Esse aspecto passa pelo entendimento de como se dão os processos de produção e provisão de moradias em uma sociedade determinada. A análise do mercado de moradias forma parte da dimensão econômica dos processos sociais do habitar. Os componentes econômicos são constituídos por: os agentes sociais que participam no processo de produção e comercialização de moradias, tornando possível sua constituição como realidade social; os consumidores; o conjunto de normas que rege o funcionamento do mercado, representado pelo poder da sociedade, ou seja, as instituições que direta ou indiretamente participam do mercado de moradias (Estado); as próprias moradias, com sua estrutura interna, de usos, preços, localização residencial, entre outros, e a lógica do mercado como mecanismo articulador do conjunto de componentes, possibilitando que a moradia possa ter um funcionamento como mercadoria.

O plano social constitui o desenvolvimento dos processos de produção, comercialização e consumo do bem (casa). O ponto inicial da análise é a relação estabelecida entre o indivíduo e a habitação (espaço cotidiano): é na casa na qual se criam e se desenvolvem as estruturas familiares que constituem um dos elementos essenciais que caracterizam a estrutura social. A conexão entre a realidade residencial e social fundamenta-se na unidade inseparável formada pelas famílias e moradias. Entretanto, não podemos esquecer do fato que ambas constituem partes de realidades mais amplas e complexas, não podendo ser analisadas como fato em si.

La vivienda, como realidad espacial em la que se integran los modos de habitar, se ubica em espacios sociales construídos por la sociedad. Espacios heterogêneos y segmentados socialmente, que refuezan y atrapan a los individuos em el seno su procedencia social (ALCALA, 1995, p. 262).

Dessa forma, a habitação e a família constituem uma realidade social através do processo de inserção na estrutura de classes da sociedade, ainda que os processos de socialização que se desenvolvem no seu interior, possibilitem que também se reproduzam outros elementos essenciais para o funcionamento da sociedade como determinados papéis, costumes e valores.

O plano político-institucional deve ser considerado dentro de uma perspectiva ampla que integre dois aspectos fundamentais: as intervenções realizadas pelas instituições públicas em cada um dos aspectos constitutivos do fato social de habitar, e as relações e conflitos que se produzem nessa intervenção. O conceito de poder deve estar presente em todo momento, pois cada medida política tem uma criação concreta na sociedade produzindo determinados resultados. A intervenção pública sobre o sistema de moradias permite o controle de provisões residenciais. Os componentes políticos se constituem por todas aquelas políticas que intervêm sobre o processo social do habitar (políticas habitacionais), com os quais nos permite complementar o estudo com outras intervenções públicas que incidem diretamente sobre esse fato social, ou seja, o habitar.

Observamos a necessidade de combinar todos os elementos participantes que nos permitem interpretar essas intervenções como resultado do conflito de interesses e de uma correlação de forças sociais, entre o conjunto de agentes que elaboram e aplicam as medidas políticas em defesa de seus interesses. A ideia então é relacionar a análise dos instrumentos normativos com o estudo desses atores/agentes.

Baseado na classificação organizada por Jesús Leal (1992), Alcalá (1995) sintetiza três formas de intervenção sobre os agentes:

- os instrumentos normativos, que se referem à produção do solo urbano, suporte da construção de moradia, e sobre a regulação dos aluguéis. Diz respeito às leis que normatizam a oferta de terrenos, especificamente com um preço que possa responder ao tipo de demanda que está solicitando moradias (população de mais baixa renda);
- os instrumentos econômicos, que atuam sobre o financiamento e a fiscalização. Correspondem aos instrumentos econômicos a intervenção pública sobre a moradia, como financiamento através de bancos públicos, podendo ser uma ajuda direta, através de subsídios e empréstimos privilegiados, ou a ajuda indireta, em que a intervenção pública utiliza os

mecanismos do sistema fiscal. Por ajuda fiscal são consideradas todas aquelas bonificações que o Estado deixa de receber por parte dos impostos dos contribuintes;

- os agentes da intervenção, tanto com a organização dos diferentes atores que intervêm na produção de moradias, quanto no fomento da promoção direta por parte do Estado. Os agentes da intervenção são as administrações: o Governo Federal, que libera recursos, e a Prefeitura, administração local, que distribui e direciona esses recursos.

A função básica dos componentes políticos é construir uma estrutura de normas e regras que garantam a própria organização do sistema. Portanto, “actúa de *apagafuegos* en las contradicciones generadas por la lógica del mercado, organizadora de la totalidad del sistema” (ALCALÁ, 1995, p. 315). São formados pelos elementos institucionais, ou seja, as instituições que participam do desenvolvimento e configuração da intervenção pública sobre o setor, pelos elementos humanos, a totalidade de agentes sociais que desenvolvem a intervenção e por elementos legislativos e normativos, ou seja, quem definem as normas e regras de funcionamento do sistema.

No plano cultural do habitar, Alcalá (1995) destaca dois níveis fundamentais: a ideologia do habitar, que corresponde a um sistema de ideias e juízos que nos ajudam a explicar e a interpretar as formas de habitar de cada grupo social; e o terreno de costumes e valores, que corresponde aos atos sociais que implicam uma utilização das habitações, assim como sua interpretação através da ideologia dominante, com suas variações grupais. A cultura da habitação inclui discursos individuais, o sonho da casa própria como forma de estabilidade, a idealização da moradia como o campo de conquista da liberdade individual.

A análise dos componentes espaciais da habitação corresponde à mesma enquanto realidade física e objeto, sua localização espacial (urbano ou rural), seu estado de conservação, seu tamanho, a distribuição territorial, bem como ao número de habitantes por domicílio. Em 2007, o IBGE realizou a contagem de população abrangendo os municípios até 170 mil habitantes, com objetivo de atualizar as estimativas populacionais do país. Foram disponibilizadas tabelas referentes à população por idade e sexo, e domicílios, recenseados por espécie (particulares ou permanentes) e pela situação (urbana ou rural). A partir dos dados, buscamos analisar o número de domicílios existentes na cidade de Santa Vitória do

Palmar e sua localização. Para isso, utilizaremos tanto dados do Censo Demográfico 2000 bem como os dados disponíveis a partir da Contagem de População 2007, na tentativa de percepção das mudanças processadas na paisagem urbana ao longo do tempo. A Tabela 4 traz o número de domicílios particulares permanentes para o município e a população residente de 1970 a 2007.

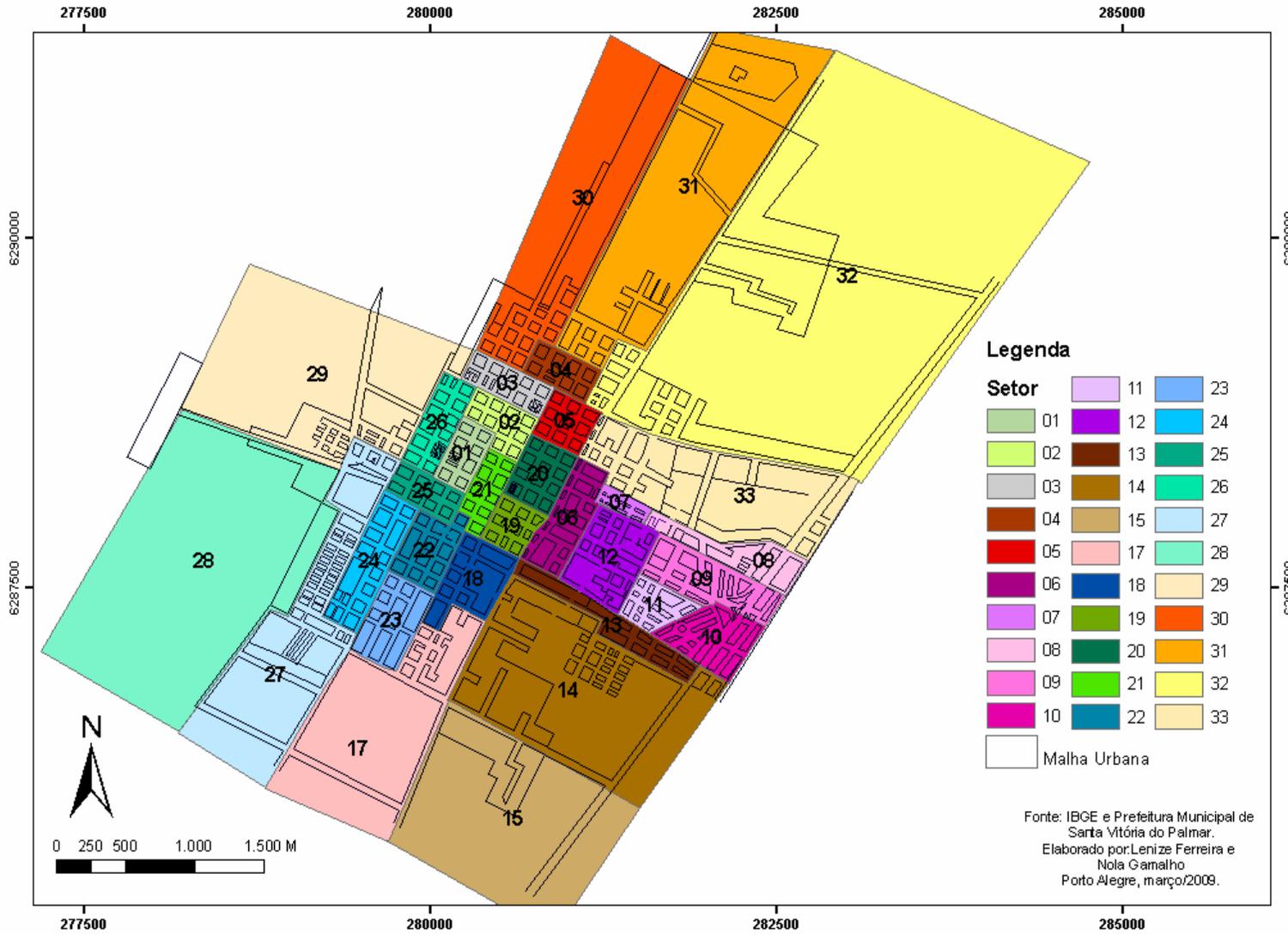
**Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes e população residente por situação: 1970 - 2007**

	<i>Domicílios particulares permanentes (unidade)</i>			<i>População Residente (pessoas)</i>		
	<b>Total</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>
<b>1970</b>	5.590	2.791	2.799	23.458	11.768	11.690
<b>1980</b>	7.228	4.160	3.068	27.172	15.878	11.294
<b>1991</b>	10.137	7.603	2.534	34.462	25.896	8.566
<b>2000</b>	10.519	8.771	1.748	33.304	27.952	5.352
<b>2007</b>	10.844	9.364	1.480	31.183	27.165	4.018

Fonte: IBGE – Censos Demográficos e Contagem de População

Observa-se, pelos dados, uma diminuição do número de domicílios na área rural e, como consequência, um aumento dos mesmos na área urbana. Em 2007, os domicílios urbanos correspondiam a 86% do total. Os dados ratificam as mudanças ocorridas na população urbana e rural, bem como as mudanças ocasionadas pela modernização da agricultura, que acaba dispensando mão-de-obra do campo.

A cidade de Santa Vitória do Palmar está dividida em 33 Setores Censitários, segundo o IBGE, como pode ser observado no Mapa 5.



MAPA 5: Setores Censitários

Segundo os dados do IBGE, no ano de 2000 havia 7.891 domicílios na cidade. Em 2007, esse número aumentou para 8.467 domicílios (acréscimo de 7,3%), sendo que o Setor 27<sup>24</sup> foi o que mais cresceu – bairros Vila Rodrigues e Vila Nova – com adição de 144 domicílios: 41% a mais, aumentando de 351 domicílios em 2000 para 495 em 2007.

A média urbana, no ano de 2000, era de 2,89 moradores por domicílio: observando o número de pessoas residentes por setores, veremos que a densidade maior corresponde às áreas mais carentes da cidade: o Setor 14 (Mutirão) e o Setor 27 (Vila Nova-Vila Rodrigues), com média de 3,7 moradores por domicílio. No ano de 2007, o Setor 27 apresentou um incremento de população de 29,5% e a média urbana ficou em 2,85 moradores por domicílios. Com relação dos domicílios que possuíam 7 moradores, de acordo com o Censo de 2000, correspondiam a 129 domicílios na cidade, maior número nos Setores 28, 31 e 27. Em 2007, esse número ficou em 119 domicílios, sendo o maior número no Setor 27.

Apenas dois setores da cidade (Setor 7 e 27), correspondente aos bairros Vila Jacinto, Vila Rodrigues e Vila Nova possuem mais de 5 domicílios com 8 moradores ou mais. Ao todo, para o ano de 2000, 63 domicílios apresentavam 8 moradores ou mais, correspondendo a 0,80% dos domicílios particulares permanentes da cidade. Em 2007, esse número diminuiu para 55 domicílios (0,55% do total), destacando o Setor 27, que apresenta 9 domicílios nessa situação. Os outros setores não ultrapassam 5 domicílios.

Ainda de acordo com o Censo de 2000, apenas 4 Setores apresentavam mais de 15 domicílios com 4 moradores homens ou mais por domicílios (Setores 7, 14, 27 e 31), correspondendo aos bairros Aviação, Vila Jacinto, Mutirão, Vila Rodrigues e Vila Nova, que apresentou o maior número: 31 domicílios com 4 moradores homens ou mais. Comparando esses dados com 2007, todos os setores diminuíram, sendo que o Setor 27 diminuiu de 31 domicílios para 22 domicílios. Em relação aos domicílios que possuem 10 moradores ou mais, veremos que, em 2000, 33 domicílios estavam nessa situação, maior número nos Setores 31, 14 e 27. Em 2007, esse número diminuiu para 12 domicílios.

---

<sup>24</sup> Esse setor engloba o Loteamento Dorivaldo Leston e o Loteamento Carmen Marco, destinados à construção de moradias populares para população de baixa renda.

Percebemos que as diferenças sociais, espaciais e econômicas estão cristalizadas na paisagem urbana, traduzidas em relação às características das moradias e sua distribuição pelos bairros da cidade. O local de residência constitui um ponto importante da situação social, tanto em relação à habitação enquanto estrutura física, como às diferentes realidades espaciais na qual essa se encontra integrada. O conceito de habitar nos permite relacionar a habitação como objeto e mercadoria, com a estrutura social na qual se desenvolvem no mercado e as práticas sociais dos distintos agentes envolvidos no processo.

### *3.2 OS AGENTES SOCIAIS ATUANTES NA PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO*

A moradia representa a mercadoria de maior valor econômico que as famílias ou pessoas podem possuir, ou seja, compreende ao mesmo tempo um patrimônio e um investimento econômico. Representa ainda o cenário da vida familiar, espaço no qual se vive em sociedade, no qual se estabelecem um sistema de relações com o restante da sociedade; um espaço de consumo; uma realidade espacial e objeto específico de conflito social.

Para que a moradia se converta em mercadoria é necessário que ocorra então uma separação entre a produção e o consumo, ou seja, a desagregação entre o valor de uso e o valor de troca. Esses passam a existir a partir do relacionamento entre si e da sua relação com as situações e circunstâncias em discussão.

Segundo Harvey (1980), o solo – base espacial – e as benfeitorias são, na economia capitalista, mercadorias, mas não quaisquer mercadorias. Portanto, os conceitos de valor de uso e valor de troca assumem significado específico, definido pelas seguintes características:

(...) não podem deslocar-se livremente, o que os diferencia de outras mercadorias, tais como trigo, automóveis e similares. (...) O solo e as benfeitorias são mercadorias das quais nenhum indivíduo pode dispensar. (...) mudam de mãos relativamente com pouca frequência. (...) O solo é algo permanente e a probabilidade de vida das benfeitorias é muitas vezes considerável. (...) A troca no mercado ocorre em um determinado momento do tempo, mas o uso se estende por um período de tempo. (...) O solo e as benfeitorias têm usos diferentes e numerosos que não são mutuamente exclusivos para o usuário (...) (HARVEY, 1980, p. 135-6).

O processo de transformação da habitação em mercadoria desenvolve-se através do surgimento de atores específicos que constroem moradias para vender ou alugar, formando assim um mercado específico. A produção da habitação apresenta características que a diferenciam de outras mercadorias, pois diferentes atores participam na sua produção. Percebe-se a ação de agentes específicos nesse processo como os proprietários do solo, os promotores imobiliários, os construtores, financiadores, instituições públicas e os usuários ou compradores.

O conjunto de usos da terra, que definem áreas como o centro, áreas industriais, residenciais, caracteriza a organização espacial da cidade, ou seja, o espaço urbano: simultaneamente fragmentado e articulado: “os bairros são os locais de reprodução dos diversos grupos sociais” (CORREA, 1989, p. 9). As funções urbanas se materializam nas formas espaciais, formas essas que são socialmente produzidas por agentes sociais concretos. Cada um desses atores envolvido no mercado de moradia tem um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca.

Para uma compreensão melhor das formas urbanas surgidas, cabe abordar, então, as características dos agentes urbanos implicados na construção da cidade, assim como as formas específicas de obtenção de benefícios e rendas. Os processos sociais e as atitudes dos agentes sociais permitem sistematizar, e entender melhor, aquilo que vemos cotidianamente e que constitui a paisagem urbana.

Com base em Corrêa (1989) e Harvey (1980), explicitamos quem são os agentes sociais que produzem e reproduzem o espaço urbano:

→ **Proprietários dos meios de produção:** neste caso, a terra urbana tem duplo papel: o de suporte físico das grandes empresas comerciais e também o de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos às atividades.

→ **Proprietários fundiários:** atuam no sentido de obter a maior renda fundiária de suas propriedades. O interesse é que essas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente comercial, ou residencial de alta renda. A importância é no valor de troca da terra, e não no seu valor de uso. A demanda de terras e habitações depende do aparecimento de novas camadas sociais oriundas em parte de fluxos migratórios e que detêm nível de renda que as torna capacitadas

a participar do mercado de terras e habitações; depende ainda da política que o Estado irá adotar para permitir a reprodução do capital.

→ **Promotores imobiliários:** corresponde a um conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as operações de: incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel, comercialização. Aqui se observa o interesse do capital imobiliário em obter a ajuda do Estado, de modo a permitir tornar viável a construção de residências para as camadas populares através de créditos para os promotores imobiliários, facilidades para desapropriação de terras e créditos para os futuros moradores. A criação de órgãos como o BNH (Banco Nacional de Habitação), as COHABS (Companhias de Habitação) e mecanismos jurídicos e financeiros, como o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), visavam ampliar a acumulação capitalista via produção de habitações, cujo acesso é agora ampliado.

→ **Estado:** exerce diferentes papéis, pois atua diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar, no entanto, de ser um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos movimentos sociais urbanos. O Estado torna-se um promotor imobiliário através de órgãos como a COHAB. A ação do Estado tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder. “A segregação residencial pode resultar também de uma ação direta e explícita do Estado através do planejamento, quando da criação, a partir do zero, de núcleos urbanos” (CORRÊA, 1989, p. 27). Nesse caso, o papel do Estado caracteriza-se enquanto agente modelador do espaço urbano capitalista.

→ **Grupos sociais excluídos:** a habitação é um dos bens cujo acesso é seletivo. Dessa forma, grande parcela da população não possui renda para pagar o aluguel e, menos ainda, para comprar um imóvel. As opções encontradas são: os cortiços, a autoconstrução ou os conjuntos produzidos pelo Estado, sendo que nenhuma delas transforma, em princípio, a população excluída em agente modelador do espaço urbano. Segundo Correa (1989, p. 30) “isso porque estão submetidos à lógica dos proprietários fundiários, tornando-se à custa de muito sobretrabalho, proprietários de um terreno e um imóvel, de mercadorias com valor de uso e de troca”. É na produção de áreas periféricas que esses grupos tornam-se agentes modeladores,

produzindo seu próprio espaço, como forma de resistência e estratégia de sobrevivência.

Ainda que possa haver diferenciações em suas estratégias, o interesse principal dos três primeiros agentes é a apropriação da renda da terra. “A ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção” (CORRÊA, 1989, p. 12).

A noção de produção está articulada à de reprodução das relações sociais e envolve, portanto, relações mais abrangentes que se estendem ao plano do habitar, à vida privada, e às mudanças no processo de apropriação. A forma de ver a cidade vai ser o reflexo do pensamento geográfico: como um processo em construção e espaço de atuação política, ou seja, quem define o que vai ser feito é a administração pública.

Segundo Corrêa (1989) as estratégias dos agentes sociais variam no tempo e no espaço, podendo decorrer tanto de causas externas como de causas internas aos agentes. No espaço urbano são visualizadas concretamente as ações acima indicadas, bem como a influência dos promotores imobiliários na formação de bairros periféricos. Em Santa Vitória do Palmar, percebemos essa relação através dos proprietários fundiários (que atuam também como promotores imobiliários) na produção do espaço da cidade, como pode ser visualizado no Quadro 1 e no Mapa 6, nos quais listamos os loteamentos produzidos a partir do final da década de 1970, com exceção do Loteamento Brasileiro Faustino Corrêa (registrado em 1957) e incluído aqui pelo seu papel na produção da cidade:

### Quadro 1 – Loteamentos/arruamentos em Santa Vitória do Palmar

	Denominação / Proprietário fundiário <sup>25</sup>	Infra-estrutura (água, luz e esgoto)	Localização <sup>26</sup>	Observações <sup>27</sup>
01	Loteamento Vitoriense – 102 lotes	Possui	Entre as Ruas Diana Terra e Santo Ildefonso.	Área de 4 ha 2.115m <sup>2</sup> . Registrado em 06/07/1983 conforme planta arquivada em Cartório, contendo despacho da Prefeitura Municipal de 07/06/1973.
02	Lot. Odília de Los Angeles Molina de Souza – 57 lotes	Possui	Entre as ruas Gal. Câmara, Justino Amonte Anacker, Manoel Vicente do Amaral e João de Oliveira Rodrigues.	Área de 2 ha 913.134m <sup>2</sup> . Registrado em 05/09/1978, conforme planta arquivada em Cartório contendo despacho da Secretaria Municipal de Obras e Viação da Prefeitura Municipal em 10/03/1977.
03	Loteamento Progresso (Abílio Rotta) – 77 lotes	Possui	Entre as ruas Saquarembó, Geribatuba e José Bernardino de Souza Castro.	Área de 3 ha 5003m <sup>2</sup> . Registrado em 29/03/1977, conforme planta arquivada em Cartório, contendo despacho da Sec.Munic.Obras e Viação da Prefeitura Municipal em 29/03/1977.
04	Lot.Cel.Brasiliano Faustino Corrêa – 1367 lotes e 49 quarteirões	Possui	Entre BR 471, Ruas Justino Amonte Anacker e Saquarembó.	Registrado em 13/02/1958, conforme planta arquivada em Cartório, contendo despacho da Prefeitura Municipal em 10/12/1957.
05	Terra e Mendonça	Não possui esgoto	Entre as Ruas Barão de Tefé, Primeiro de Março, Deodoro e Andradas.	1995 – Possuem escritura
06	Ramão Dias e José Henrique Martins	Possui	Rua Augusto Álvaro de Carvalho	1995 – Possuem escritura
07	Arvelino Dias	Não possui esgoto	Prolongamento da Rua General Portinho com Emílio Valentim de Barrios	1996 – Não possuem escritura
08	Antonio Vilmar Borges	Parte com esgoto e pavimentação	Entre Av. Bento Gonçalves e Ruas General Portinho, 1176 e 1221	1990 - Não possuem escritura
09	Álvaro Silva	Possui em parte.	Entre as Ruas General Osório, Mirapalmete, Lucrecia Alves e Palmar.	1996 - Possuem escritura
10	Milton Lemos	Não possui esgoto	Entre as Ruas São Miguel e dos Estudantes.	1989 - Não possuem escritura
11	Benac Gutierrez	Não possui esgoto	Entre as Ruas São Miguel, 1173 e 1171.	1990 - Possuem escritura
12	Alvin Dias	Não possui esgoto	Entre as Ruas São Miguel, 1029, 1030 e 1031.	1985 - Não possuem escritura
13	Cassurriaga	Não possui esgoto	Ruas São Miguel, 1189.	1987 - Não possuem escritura
14	Delfim Pereira	Não possui esgoto	Após BR 471, entre as Ruas 1116, 1155, 1156.	1986 - Não possuem escritura
15	Amonte Anacker	Possui	Entre as Ruas Amonte Anacker, Don Diogo de Souza, Lincon Dutra e Travessa Vilmar Ferreira.	1985 – Há escritura do todo, os que compraram os lotes não possuem.

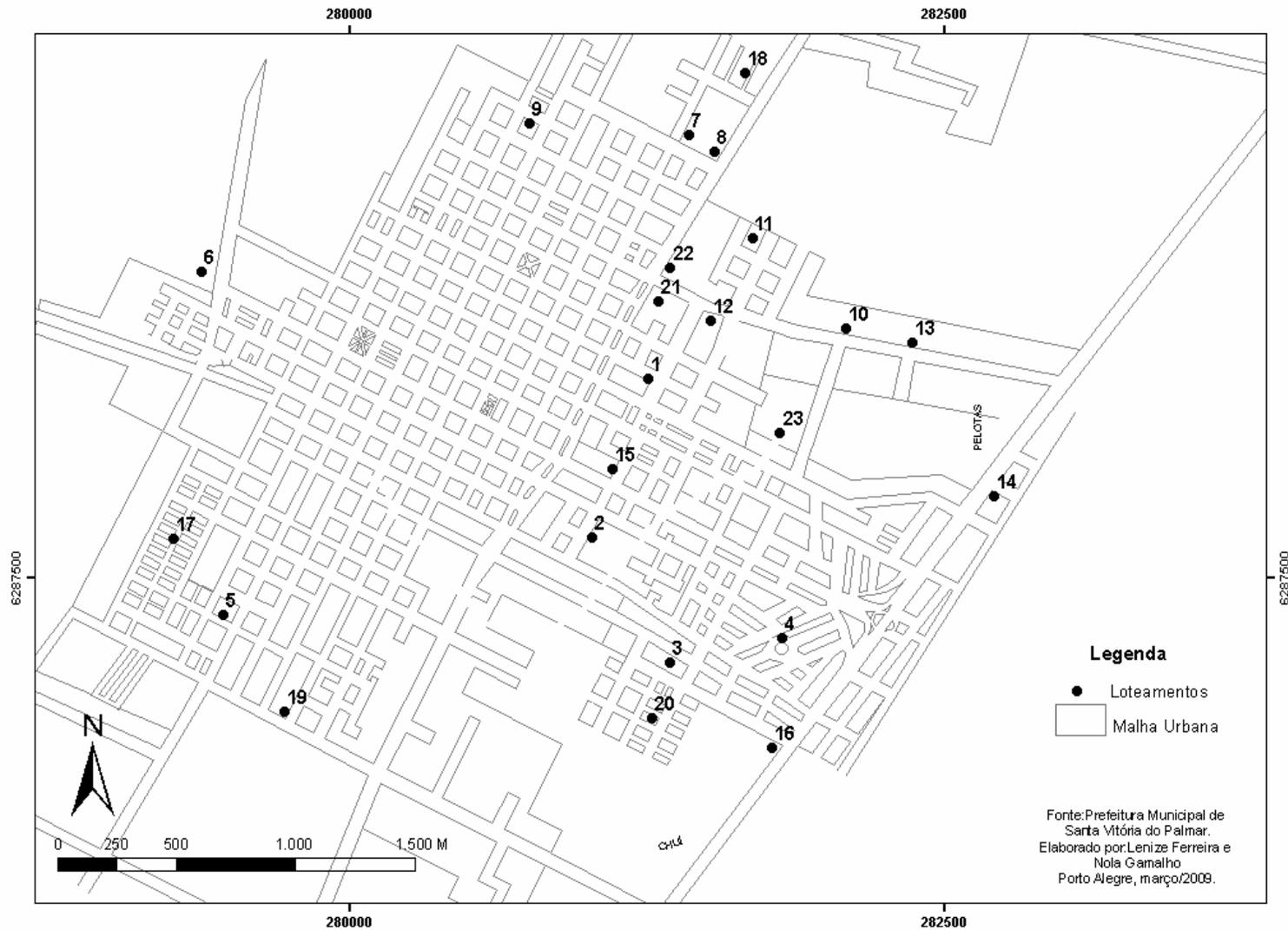
<sup>25</sup> A denominação é feita de acordo com o proprietário do imóvel, ou seja, o proprietário fundiário, que atua também como promotor imobiliário, na medida em que desmembra e vende lotes do terreno.

<sup>26</sup> Algumas ruas não possuem denominação, sendo referidas pelo código conforme Planta Cadastral da Prefeitura Municipal.

<sup>27</sup> Não foi possível encontrar informações para todos os loteamentos/arruamentos.

16	Vladi Pereira das Neves	Possui	BR 471 e Rua Minuano.	Continuação do Loteamento Brasileiro
17	Dorivaldo Leston	Água e luz	Entre as ruas Andradas, Norberto de Souza Leite, Mário Teixeira de Mello e Primeiro de Março.	Contratos de Cessão
18	Ulisses Gonzalez	Possui água e luz	Continuação Rua General Portinho, Av. Bento Gonçalves, e ruas 1220 e 1177	Possuem escritura.
19	Carmen Marco	Possui	Entre as Ruas Coronel Dedeus, D. Pedro II, Campos Neutrais e Francisco Osvaldo Anselmi.	Contratos de Cessão.
20	Mutirão (Brasileiro)	Possui	Prolongamento da Rua Saquarembó.	Contratos de cessão.
21	Américo Rodrigues	Possui água e luz	Entre Av. Bento Gonçalves, Ruas Análio Rota e Santo Ildelfonso	Possuem escritura.
22	Alberto Estrela	Possui água e luz	Entre Av. Bento Gonçalves e Ruas Análio Rota e São Miguel	Possuem escritura.
23	Demerval Rodrigues	Possui água e luz	Entre as Ruas Diana Terra, São Miguel, e dos Estudantes.	Possuem escritura.

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento. Dados organizados pela autora.



MAPA 6 – Loteamentos/arruamentos em Santa Vitória do Palmar

Apenas quatro loteamentos possuem registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis do município. Todos os demais são registrados na Prefeitura Municipal, segundo o proprietário do terreno. De acordo com a Prefeitura Municipal, os loteamentos irregulares são caracterizados por não possuírem escritura para seus compradores e não possuírem infraestrutura, como água, energia, esgoto, pavimentação e arborização. Em relação aos que não possuem escritura, os motivos são: não providenciaram os desmembramentos com abertura de matrículas no Registro de Imóveis; possuem contratos de compra e venda e, com esse documento, já conseguem transferir para seus nomes o imóvel junto ao cadastro da Prefeitura Municipal pagando o ITBI (Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis). Na maior parte dessas áreas loteadas, seus proprietários ingressaram junto à Prefeitura Municipal com pedido de *arruamento* (prolongamento de ruas), e não como *loteamentos*, pois a parte burocrática dos mesmos é muito complexa, o que dificulta seu registro.

Percebemos, de acordo com o Mapa 6, que grande parte dos arruamentos situa-se em direção à BR 471, área que começa a adensar após 1970, com a finalização da construção da estrada. Com exceção do Loteamento Brasileiro, todos os demais datam do final da década de 1970, décadas de 1980 e 1990, período que coincide com a culminância da produção de arroz no município e também quando ocorre um maior adensamento na cidade. Sua localização na zona periférica indica os locais para onde ocorreu essa expansão. As novas áreas que passam a ser incorporadas ao perímetro urbano caracterizam-se pelo menor poder aquisitivo da população aí residente, moradias humildes e na maior parte inacabadas, lotes variados, com área inferior a 300m<sup>2</sup> e, normalmente, loteamentos com números quase nunca superiores a 100 lotes.

Não há um processo de construção por incorporadora em Santa Vitória do Palmar como também não há uma relação direta desses agentes com o poder da terra. Não são os grandes proprietários rurais que investem no urbano. O que se observa por parte desses agentes (proprietários) é perceber a oportunidade de lotear o imóvel e realizar o processo de arruamento junto à Prefeitura Municipal.

### 3.3 O PROBLEMA DA MORADIA E A ATUAÇÃO DO ESTADO

Tanto em países centrais como nos periféricos, o intenso êxodo rural marcou o processo de urbanização. Entre os diversos fatores que provocaram a migração campo-cidade, podemos citar a mecanização do trabalho agrícola e a imposição de novas relações trabalhistas no campo, gerando desemprego entre a população rural. Na atualidade, um dos grandes desafios a ser enfrentado relaciona-se à grande concentração da população nas áreas urbanas, em particular nas grandes cidades localizadas nos países periféricos. Alguns autores apontam que nesses países, a urbanização esteve associada a períodos de crescimento vegetativo muito elevado, o que ainda se verifica em regiões mais pobres. O aumento da população urbana ocorreu em ritmo mais acelerado do que a capacidade de investimentos em serviços sociais e de infraestrutura urbana, como moradia, escolas, hospitais, lazer, redes de saneamento básico, iluminação, entre outros.

No Brasil, o processo de urbanização esteve quase sempre associado a um modelo econômico excludente. A concentração de terras e a precariedade das condições de vida no campo levam grandes parcelas da população rural a migrar para as cidades, que crescem desigualmente. Grande parte dos trabalhadores, mesmo os que participam da economia formal, recebe baixos salários, em geral insuficientes para adquirir uma moradia ou alugar um imóvel. Na paisagem urbana, são comuns as submoradias, a falta de saneamento básico, as ruas sem pavimentação e outras cenas que denotam más condições de vida. Essa é a face mais visível do crescimento desordenado e da má distribuição da renda nas cidades brasileiras.

As desigualdades sociais se materializam na paisagem urbana. Quanto maiores forem as disparidades entre os diferentes grupos e classes sociais, maiores serão as disparidades de moradia, acesso aos serviços públicos e qualidade de vida. O acesso à moradia está ligado ao seu preço, que, por sua vez, depende de sua localização na cidade.

A questão da habitação está na cidade estritamente vinculada com a propriedade privada da terra e com a industrialização – urbanização espoliativa que tem ocorrido nas grandes metrópoles brasileiras. A tônica dominante é a exclusão de grande parcela da população dos benefícios urbanos e o processo de periferização das classes populares se configura cada vez mais com sua marca de segregação espacial. (RODRIGUES, SEABRA, 1986, p. 19)

A distribuição espacial dos habitantes no interior da cidade e a necessidade de morar estarão associadas ao preço da terra e à possibilidade de seu pagamento pelo indivíduo. Os terrenos de maior preço, e melhor localizados, serão usados para a construção de residências para quem possa pagar (demanda solvável), assim como os terrenos de menor preço e de pior localização serão utilizados na construção de residências para aqueles que dispõem de menores rendas. Nesse sentido, o onde e o como morar acabam se mesclando, dando origem a áreas que tendem a serem uniformes internamente em termos de renda, padrões culturais, valores e, sobretudo, em termos dos papéis sociais a serem cumpridos pelos seus habitantes.

Na medida em que as necessidades sociais aumentaram, o Estado comprometeu-se cada vez mais com a viabilização da acumulação, assumindo alguns encargos da infraestrutura social coletiva, beneficiando diretamente a alguns capitais privados em detrimento do atendimento das reais necessidades básicas da população.

Segundo Ronchezal (1986) a questão da habitação, no conjunto das atividades e na evolução da indústria da construção civil, teve um papel importante, embora o aparecimento da indústria da construção voltada à habitação, mesmo que facilitados e regulados pelos decretos e leis criados pelo governo, não teve a intenção de apresentarem-se como solução ao problema habitacional, e sim como alternativa rentável e segura de investimento industrial.

Atualmente, nas grandes cidades, podemos verificar as formas que foram assumindo a habitação e os bairros residenciais de diferentes categorias sociais. Segundo Rodrigues e Seabra (1986) a autoconstrução associada a periferização, pode ser considerada a fórmula “natural” que parte significativa da população encontrou para a solução do problema de moradia. Essa ocorre através da compra ou da ocupação de pequenos lotes na periferia da cidade e da construção da casa em etapas, nos finais de semana ou nas horas de folga,

normalmente com a cooperação dos vizinhos ou de parentes. A construção de bairros cada vez mais distantes do centro da cidade contribui e também acaba sendo um reflexo da especulação imobiliária.

A favela, outra forma característica da habitação popular nas cidades brasileiras, sintetiza uma conjugação de vários processos: expropriação dos pequenos proprietários rurais e da exploração da força de trabalho no campo, que leva à migração para as cidades; do empobrecimento da classe trabalhadora e do preço da terra urbana, que conduz à necessidade de sucessivos deslocamentos no espaço urbano. A favela exprime a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo urbano de uma parcela da população.

Conforme Carlos (1994, p. 54),

O modo pela qual o indivíduo tem acesso à moradia na cidade vai depender do modo pelo qual a sociedade estiver hierarquizada em classes sociais. O tipo, local, tamanho e forma de moradia vão depender e expressar o modo como cada indivíduo se insere dentro do processo de produção material geral da sociedade.

Segundo o IBGE, um terço dos 5.564 municípios brasileiros declarou presença de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados dentro de seu território, de acordo com a Munic<sup>28</sup> 2008. Essa incidência é maior nos municípios mais populosos. Naqueles municípios com até 50 mil habitantes, o percentual é de 27,7%; de 70,8% naqueles que têm entre 50 mil e 100 mil habitantes, chegando a 84,7% nos municípios entre 100 e 500 mil habitantes. Nos municípios com população acima de 500 mil habitantes, esse percentual é de 97,3%. Em relação aos loteamentos irregulares ou clandestinos, estão presentes em mais da metade dos 5.564 municípios brasileiros (53,2%), enquanto 25,1% declararam presença de casa de

---

<sup>28</sup> Pesquisa de Informações Básicas Municipais que efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo, também, diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade. Os critérios utilizados pelos municípios para classificar favelas ou assemelhados são: a ocupação de terreno de propriedade alheia, unidades habitacionais sem título de propriedade, vias de circulação estreitas ou de alinhamento irregular, lotes de tamanho e forma desiguais, ocupação densa de unidades habitacionais, construções não regularizadas por órgãos públicos e precariedade de serviços públicos essenciais. Entre os critérios utilizados para classificar como loteamentos irregulares e/ou clandestinos, podemos citar: não ter aprovação prévia do poder público municipal, descumprimento de normas legais urbanísticas e a falta de titulação correta da terra. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/munic2008>. Acesso em 05.05.2009.

cômodos. De acordo com a pesquisa, 80,0% dos municípios do país possuíam, em 2008, cadastro das famílias interessadas em programas habitacionais, percentual que vem crescendo em todas as regiões brasileiras. No ano de 2001 o percentual de municípios que declarou ter cadastro dessa demanda era de 56,2%.

Podemos pensar em quais motivos levam o Estado a intervir na produção de habitação voltada para a população de menor renda. Segundo Azevedo (1982), pode-se elencar diferentes justificativas para essa intervenção: como forma de “sanear” os bairros populares, para modificar o comportamento político ideológico do adquirente da casa própria, que se tornaria dessa forma mais conservador e ajustado ao *status quo*. O argumento mais utilizado diz respeito à conquista ao direito de cidadania, que alcança assim sua dimensão social. A habitação constitui, ainda, um elemento essencial que garante as condições reais de reprodução da força de trabalho, pois leva a uma redução dos gastos da força de trabalho e, conseqüentemente, a uma redução real do salário. A casa própria teria também, o objetivo de “domesticar” as classes populares. Portanto, a política habitacional constituiria um elemento de reprodução da hegemonia da classe dominante. “A maioria desses programas [habitacionais] teria uma importância mais simbólica – mostrar a preocupação do governo com os pobres – do que propriamente uma busca de maior eficiência na construção de casas populares” (AZEVEDO, 1982, p. 100).

Portanto, a intervenção pública sobre a habitação objetiva evitar que o problema da habitação converta-se em causa de conflito social como forma de perturbar a estabilidade da sociedade, assim como favorece a construção de habitações como mecanismo econômico capaz de impulsionar o crescimento e a atividade de outros setores econômicos relacionados, bem como a capacidade de gerar emprego.

O Estado desempenha um papel de destaque na reprodução do espaço urbano, viabilizando grandes projetos habitacionais ou de infraestrutura, redefinindo a localização intraurbana, o uso da terra e provocando alterações no preço do solo urbano. A política habitacional no Brasil tem assumido funções históricas diversificadas, devendo ser entendida em relação com a estrutura social, e também como expressão dos diferentes momentos conjunturais, o que requer que a análise seja considerada em seu conjunto.

Segundo Silva (1989), até 1937 a intervenção do Estado no setor habitacional se fez indiretamente pela adoção de medidas legais de cunho sanitaria. A intervenção direta do Estado, com a criação das Carteiras Prediais dos IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensão –, deve ser compreendida no contexto do desenvolvimento econômico e político da época, devido ao agravamento das condições habitacionais do meio urbano, impacto das crescentes taxas de urbanização. A construção dos primeiros conjuntos teve início em 1938. Em 1946, foi criada a Fundação Casa Popular (FCP), que desenvolveu, até 1964, uma política habitacional fragmentária e clientelista, visando diminuir as pressões sociais sobre o Estado. Os Institutos de Aposentadoria e Pensões chegaram a ser ativos durante a construção de Brasília, os quais custearam a construção de vários edifícios de apartamentos para a classe média.

Uma política pública capaz de intervir no problema da habitação só ocorreu de fato durante a Ditadura Militar. Através da lei nº. 4. 380 de 21, de agosto de 1964, foram criados o Banco Nacional de Habitação – BNH –, o Sistema Financeiro da Habitação – SFH –, e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU (BERNARDELLI, 2004). A problemática habitacional passou a sofrer intervenção do Governo Federal, que se propunha a coordenar a ação dos órgãos públicos e privados no sentido de estimular a produção de habitações e oferecer financiamento para a aquisição de moradias, especialmente para as faixas populares.

Nessa fase inicial, a política nacional de habitação contou com base financeira extremamente limitada e fragmentada. Distante ainda da configuração definitiva que o SFH teria, a partir de 1968<sup>29</sup>, após a instituição do Fundo de Garantia por Tempo e Serviço – FGTS – (Lei 5.107 de 13 de setembro de 1966) e da Caderneta de Poupança, bem como da formação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), todas emergentes da reforma do Sistema

---

<sup>29</sup> As fontes de financiamento previstas eram: crédito especial aberto pelo Ministério da Fazenda para a integralização do capital do BNH; contribuições compulsórias de 1% sobre a folha de salário das empresas (abolidas pela lei que criou o FGTS); contribuição compulsória dos IAP (não-inferior a 20% do orçamento de aplicações líquidas); percentual dos depósitos recebidos pela Caixa Econômica Federal; captação de recursos no mercado interno, pela colocação de Letras Imobiliárias emitidas pelo BNH; aplicação compulsória pelo Sesi/Sesc de 20% de suas receitas em Letras Imobiliárias (suspensa a partir de 1966); recolhimento anual, sob a forma de subscrição de Letras Imobiliárias, de 4% do valor dos aluguéis recebidos pelos proprietários de habitações. (FAGNANI, 2006, p. 6)

Financeiro Nacional. A capacidade de pagamento dos mutuários se constituía também numa variável crucial para manter a estabilização do SFH.

O modelo do regime militar era simultaneamente estatal e centralizado. A habitação social e os serviços de saneamento básico eram geridos por empresas estatais. Segundo Arretche (2002, p. 32), “com base nesse modelo, constituiu-se no país uma rede de 44 empresas públicas municipais e estaduais de habitação social, assim como 27 companhias estaduais de saneamento”.

No primeiro momento, a política habitacional buscou cumprir as funções de legitimação do novo regime, e logo se transformou num instrumento de coibição através dos programas de remoção de favelas, definindo-se progressivamente como alternativa para atender à demanda de uma nova classe média que surgia no país. “A trajetória da política habitacional evidencia a tentativa do Estado de conciliar a necessidade de sua legitimação perante a sociedade, às necessidades das massas populares de um lado, e do desenvolvimento econômico de outro” (SILVA, 1989, p. 48). As COHABs se apresentaram como uma via disponível para grande parte da população e como única alternativa popular para resolver o crescente problema habitacional do país, ao mesmo tempo em que ocorria a exclusão da população de menor renda e dos trabalhadores de rendas variáveis, situação frequente no segmento pobre da população.

Para as famílias com renda familiar de até três salários, foram criados novos programas: o Programa de Lotes Urbanizados (Profilurb), o Programa de Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria da Habitação de Interesse Social (Ficam) e o Programa de Erradicação da Submoradia (Promorar). Com essas medidas, a partir de 1974, o produto “casa” deixou de ser ofertado para a população com renda familiar inferior a três salários mínimos. Para esses extratos – a maior parte da população do País –, o SFH passou a reservar, apenas, “material de construção”, “lotes urbanizados” e “favelas urbanizadas” (FAGNANI, 2006, p. 8-9).

De 1964 a 1982, a política habitacional no país caracterizou-se pela extrema centralização na definição da mesma. A partir de 1983, o Estado passa a incorporar, de forma institucional, sistemas de produção de moradias e/ou infraestrutura designada por autoconstrução ou mutirão (BERNARDELLI, 2004), com o objetivo de equacionar o problema de moradia das camadas de baixa renda, ou seja, de um a três salários mínimos. Em 1984, o BNH lançou o Programa Nacional de Autoconstrução.

Segundo Silva (1989), a política habitacional herdada pela Nova República (1985-1989) foi profundamente remendada por meio de medidas de ajuste, ante a conjuntura de crise econômica que desestruturou o SFH, cuja preocupação fundamental continuava sendo o fortalecimento do modelo empresarial utilizado pelo BNH enquanto órgão gestor. A busca de uma nova política habitacional permitiu apenas que a pressão popular, que vinha se acumulando a partir de 1980, com o sério agravamento da problemática habitacional do país, representada pelos movimentos de favelas, de bairros, dos mutuários do SFH, impusesse a divulgação de reivindicações populares, tais como: reconhecimento da necessidade de que a habitação popular seja subsidiada; prioridade de atendimento às famílias com renda mensal de até três salários mínimos; descentralização da política habitacional, situando a habitação no contexto da cidadania e percebendo a problemática habitacional como vinculada à questão urbana, de caráter estrutural.

A partir de 1986, com a extinção do BNH, suas atribuições são transferidas para a Caixa Econômica Federal. As principais modificações ocorreram no plano administrativo, não havendo modificações substanciais nas políticas desenvolvidas. Em 1988 – Governo Sarney – é lançado o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais (PNMH), ocorrido através da Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC) do MINTER (Ministério do Interior)<sup>30</sup>. Em 1989, foi criado o Conselho Curador do FGTS, com o intuito de definir normas para a arrecadação e a utilização dos recursos do Fundo.

Entre 1986, ano de extinção do BNH, e 1995, data do início de uma reestruturação mais consistente do setor, a política habitacional brasileira foi administrada por diferentes órgãos. De acordo com Bernardelli (2004), após 1995, define-se pela descentralização da política habitacional no país devido à incapacidade operacional do sistema e pela escassez de recursos do Governo Federal, decorrente da nova orientação político-econômica adotada, o que redundou no repasse de funções aos estados e municípios. A política social de habitação deixou de ser predominantemente produzida por intermédio de companhias estatais de habitação e passou a operar segundo linhas de crédito ao mutuário final.

---

<sup>30</sup> De acordo com a Lei 7.739 de 16 de março de 1989, foram transferidas para o MINTER – Ministério do Interior, as matérias atribuídas ao MBES - Ministério da Habitação e do Bem Estar Social.

Na área de habitação, entre 1995 e 2000, 12 das 44 COHABS declararam falência ou diversificaram suas atividades, passando a operar como institutos de desenvolvimento urbano e não mais como agência de promoção pública de habitações para baixa renda (...) Inicia-se, assim, na segunda metade dos anos de 1990, uma onda de tentativas de privatização de companhias municipais e estaduais de saneamento (ARRETICHE, 2002, p. 35).

Segundo Arretche (2002), foram criadas duas linhas de financiamento: o Programa Pró-Moradia, que pode ser considerado uma continuidade do modelo instalado pelo antigo BNH, voltado para a população de até três salários mínimos; e o Programa Carta de Crédito Individual, voltado à população de até doze salários mínimos. No entanto, mais uma vez, o esforço voltado para a habitação popular foi minado pela estratégia macroeconômica. O brutal aumento da dívida pública ocorrido nessa etapa estreitou ainda mais as possibilidades de utilização de recursos fiscais para subsidiar as famílias de baixa renda.

Até o ano de 1998, a distribuição dos recursos revelou uma forte regressividade, pois apenas os municípios mais ricos puderam ter acesso aos recursos. A importância do voto levou a um aumento do comprometimento das novas administrações no plano local com a implementação de políticas sociais, entre elas a provisão de moradias para as camadas de baixa renda.

As sucessivas políticas nacionais de habitação implantadas pelo Estado não produziram impactos redistributivos. Em geral, elas se mostraram inacessíveis às famílias situadas nas classes de rendimento mensal familiar inferior a três salários mínimos. Segundo Fagnani (2006, p. 1) “o principal fator responsável por essa permanente incapacidade governamental de enfrentar a questão da moradia popular repousa no caráter regressivo das fontes de financiamento das políticas implantadas”.

Nessa conjuntura, a política habitacional direcionada para as classes populares tem aprofundado a estratégia de institucionalização do mutirão e da autoconstrução, ocorrendo a descaracterização do mutirão enquanto prática de solidariedade espontânea e a institucionalização do sobretrabalho. Oliveira (2006, p. 67), argumenta que “a autoconstrução não deve ser transformada em política pública, pois depende de trabalhadores desempregados e não contribui para um mercado imobiliário”. A autoconstrução representa a produção de um valor de uso

que não é mercadoria, mas que serve como suporte da reprodução da força de trabalho, essa sim uma mercadoria.

Em 2003, ocorreu a criação do Ministério das Cidades, com o intuito do Governo Federal em buscar soluções para o crescimento desordenado das cidades. Programas habitacionais existentes foram reformulados e outros novos foram criados para canalizar recursos, prioritariamente, à faixa de renda de até cinco salários mínimos, na qual, segundo o Ministério das Cidades, concentra-se 92% do *deficit* habitacional brasileiro.

A Política Nacional de Habitação<sup>31</sup> tem a concepção de desenvolvimento urbano integrado, na qual a habitação não se restringe à casa, mas incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir o direito à cidade.

Entre os programas financiados com recursos do Orçamento Geral da União destacam-se: Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários (integra o Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários); Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda (integra o Programa Habitação de Interesse Social); Programa Habitar Brasil BID-HBB; Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social. Todos esses são destinados a famílias com renda de até R\$ 1.050,00, residentes em áreas urbanas ou rurais.

Entre os programas financiados com recursos do FGTS, podemos destacar: Carta de Crédito Individual, Carta de Crédito Associativo, Programa de Apoio à Produção de Habitações, que atendem famílias com renda de até R\$3.900,00 para Habitação Popular, ou de R\$ 4.900,00 para Habitação/Operações Especiais; e o Programa de Atendimento Habitacional através do Setor Público Pró-Moradia, para famílias com renda de até R\$ 1.050,00.

Também pode ser citado o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que tem por objetivo propiciar moradia à população de baixa renda (até seis salários mínimos), sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra; e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), através do Programa Crédito Solidário, voltado ao atendimento de necessidades habitacionais da população de baixa renda

---

<sup>31</sup> Baseado no Guia Básico dos Programas Habitacionais: direito à moradia, dez./2007, do Ministério das Cidades.

(renda bruta mensal até R\$ 1.750,00), organizada por cooperativas ou por associações com fins habitacionais, visando a produção de novas habitações, a conclusão e a reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física.

A questão da habitação da forma como se coloca hoje no país deve ser entendida como gerada no âmbito de uma sociedade de classes nas quais o processo histórico que desencadeou a divisão social do trabalho produziu uma população excedente em número alarmante. Apenas uma pequena parcela da população tem condições de acesso, através do mercado, a uma moradia de nível adequado, consequência das condições materiais de vida dessa população e da extrema desigualdade social do país: o homem vive onde ele pode morar e o onde pode morar será determinado pela renda que recebe e pelos sacrifícios que pode fazer. Assim, entre as alternativas encontradas estão: a ocupação de áreas públicas ou privadas, a locação de cômodos, a aquisição de terrenos em loteamentos clandestinos ou informais e a posterior autoconstrução e o acesso às habitações produzidas pelo Estado.

O preço do solo tem impacto determinante na forma como se verifica o crescimento e a transformação das cidades, cuja dinâmica o Estado exerce papel relevante, assumindo o solo urbano um caráter estratificado. A produção espacial é desigual, na medida em que o espaço é consequência da produção social capitalista que se realiza e se reproduz desigualmente.

### *3.4 OS PROGRAMAS HABITACIONAIS EM SANTA VITÓRIA DO PALMAR-RS*

A construção de moradias para a parcela da população formada pelas classes menos favorecidas torna-se rentável quando o Estado intervém, possibilitando a produção de residências para satisfazer a demanda não solvável. A criação de órgãos como o BNH (Banco Nacional de Habitação) e as COHABs (Cooperativas de Habitação) visavam viabilizar o acesso à moradia às camadas populares.

Segundo CORRÊA (1989, p. 23), “a atuação dos promotores imobiliários se faz no âmbito espacial de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista”. O Estado torna-se, dessa maneira, um agente regulador do uso do solo e, através de órgãos como a COHAB, um promotor imobiliário.

A definição de problemas relacionados à habitação deve realizar-se em cada contexto social desde os elementos objetivos que avaliam a situação residencial de seus habitantes, pois cada sociedade tem seus “próprios problemas”, derivados da especificidade de seu sistema de moradias e do papel do “fato social do habitar” nessa sociedade.

Revisando as políticas habitacionais executadas em Santa Vitória do Palmar, verificamos que em 1977 foi construído pela Companhia de Habitação do Estado (COHAB-RS) o primeiro conjunto habitacional do município – COHAB I – compreendendo uma extensão de 12.100m<sup>2</sup>, composto por 40 moradias. Localiza-se entre as ruas General Neto, Sete de Setembro, Mirapalmete e João Telles. No ano de 1981, foi construída a COHAB II, compreendendo 85 moradias, em uma área de 29.562m<sup>2</sup>. Localiza-se entre as ruas Barão do Rio Branco, Conde de Bobadela, Neytha Ramos e Augusto Álvaro de Carvalho (FIG. 18).



Figura 18 – COHAB II, Rua Augusto Álvaro de Carvalho.

Fonte: Lenize Ferreira, 2006.

O “Mutirão” foi construído entre os anos de 1990/1991, com 98 moradias, cabendo ao município as obras de infraestrutura como luz, água, escola e calçamento. Localiza-se no Bairro Coronel Brasileiro Corrêa, prolongamento da rua Saquarembó (FIG. 19). O “Mutirão 2” foi construído pela Prefeitura no ano de 1995, e não pelos moradores, em regime de empreitada: com 37 moradias, constituiu um prolongamento do primeiro loteamento.



Figura 19 – Mutirão, Rua Saquarembó.

Fonte: Lenize Rodrigues, 2008.

Percebemos que o incentivo à habitação popular processou-se no final da década de 1970, período em que a população urbana (11.812 habitantes) ultrapassa a população rural no município (11.646 habitantes), e novas áreas foram incorporadas ao espaço urbano, decorrência das modificações no campo originadas pela mecanização da cultura do arroz e da maior dinamização do município.

Entre os anos 2000 e 2001, foram construídas 284 moradias no Loteamento Dorivaldo Leston, situado na Vila Rodrigues e denominado pela população de “Mutirão dos Pinhos”. Através de recursos da Prefeitura Municipal, os futuros moradores construíram suas moradias durante os finais de semana. Localiza-se entre as ruas Andradas, Norberto de Souza Leite, Esmeralda da Fronteira e Primeiro de Março. Abaixo, imagem da principal via do Loteamento, no ano da construção, em 2000 (FIG. 20), e em data mais recente (FIG. 21).



Figura 20 – Loteamento Dorivaldo Leston, rua Norberto de Souza Leite, ano 2000

Fonte: Milton Candaten, 2000.

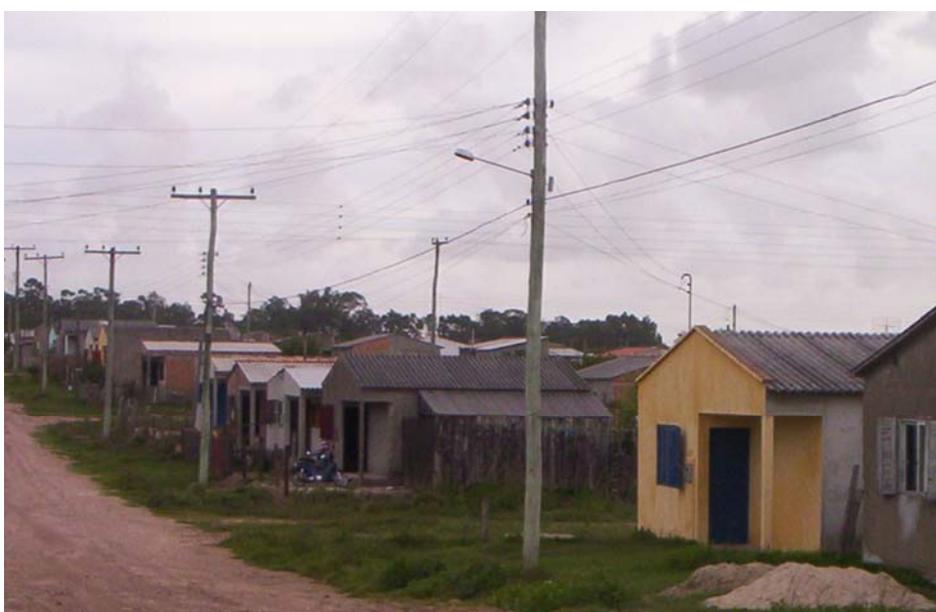


Figura 21 – Loteamento Dorivaldo Leston, rua Norberto de Souza Leite, ano 2008

Fonte: Lenize Ferreira, 2008.

Atualmente, de acordo com a Prefeitura Municipal, há oito programas de habitação desenvolvidos no município, demonstrados no quadro a seguir (Quadro 2):

**Quadro 2: Programas habitacionais desenvolvidos no município**

	<b>Política</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidades planejadas</b>	<b>Unidades construídas</b>	<b>Localização</b>	<b>Observações</b>
1º	FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social	Programa de Habitação Popular Casa Nossa (Governo Federal + Prefeitura).	201 unidades	201 unidades entregues	Loteamento Dorivaldo Leston e Loteamento Carmen Marco	Valor da obra R\$1,9 milhões (R\$1,4 milhões do Governo Federal e R\$523 mil da Prefeitura)
2º	Resolução 460 do Ministério das Cidades + INCRA	Recursos FGTS - subsidia habitações para famílias que recebem até três salários mínimos.	11 unidades	11 moradias entregues no dia 14/03/2008	Área rural do município.	Assentamento ATLA (Associação dos Trabalhadores da lavoura do arroz)
3º	<i>RES 460 + SEAP + CREHNOR Sarandi</i>	SEAP (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca) CREHNOR Sarandi (Cooperativa de Crédito Rural)	37 unidades para pescadores	Em execução	Barra do Chuí, Hermenegildo, Vila Anselmi e Porto.	Ampliação e reformas de algumas moradias.
4º	<i>RES 460 + CREHNOR Sul:</i>		02 unidades	Executado	Barra do Chuí	
5º	<i>FNHIS 2008</i>	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social	34 unidades	Em contratação	Vila Jacinto	Segundo a Prefeitura há 180 famílias cadastradas.
6º	<i>RES 518 + CREHNOR Sul</i>	Destinado ao pequeno agricultor.	05 unidades	Famílias assinaram o contrato dia 22/01/2008.	Área rural Assentamento Vitória Certa	Valor de R\$8 mil, recursos do FGTS e do Plano Nacional de Crédito Fundiário.
7º	<i>PSH (Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social) + CREHNOR Sul.</i>		21 unidades	Executado	Área rural do município.	No ano de 2006 o PSH foi substituído pela Resolução 460
8º	<i>Programa de Habitação para Funcionários do Município</i>		600 unidades	Em fase de contratação com a Caixa Federal		

O Programa de Habitação Popular Casa Nossa (1º FNHIS), parceria do Governo Federal e da Prefeitura, localiza-se entre as ruas Andradas, Norberto de Souza Leite, Primeiro de Março e Mário Teixeira de Mello (Loteamento Dorivaldo Leston), e entre as ruas Coronel Dedeus, Dom Pedro II, Campos Neutrais e General Osório (Loteamento Carmen Marco). O trabalho foi realizado por 40 pedreiros, com auxílio de integrantes do programa *Frentes de Trabalho* e um futuro morador. Do total previsto, 40 unidades foram entregues à população em 28 de março de 2008, 51 unidades em 08 de junho de 2008, 44 unidades em 30 de dezembro de 2008 e 66 unidades em 11 de abril de 2009.

Nas Frentes de Trabalho, 24 pessoas auxiliaram na construção das moradias: recebiam, por 4 horas de trabalho, meio salário mínimo e uma cesta básica como pagamento. Os pedreiros foram contratados por empreitada, diretamente pela Prefeitura Municipal, sendo que cada um deles era responsável pela construção de toda a moradia. A imagem abaixo (FIG. 22) demonstra a construção das moradias realizadas pelas frentes de trabalho no empreendimento Carmen Marco, localizado na Rua Coronel Dedeus.



Figura 22: Frentes de Trabalho

Fonte: Lenize Ferreira, 2008.

Com relação ao terceiro programa demonstrado no quadro (3º RES 460 + SEAP), esse engloba também a ampliação e reforma de algumas moradias,

como reboco e construção do banheiro, que garantem condições mínimas de habitação para a população beneficiada (FIG. 23).



Figura 23 – Moradias construídas próximo ao porto para pescadores

Fonte: Lenize Ferreira, 2008.

Com exceção do Programa para financiar habitações aos funcionários (8º Programa, ainda em fase de contratação), todos os demais atendem a uma população de até um salário mínimo, selecionadas pelo programa de Ação Social do município, com prioridade para as famílias em estado de vulnerabilidade. Na grande maioria, é constituída por mulheres chefes de família. Segundo dados da Prefeitura Municipal, a demanda atual é de aproximadamente setecentas famílias sem moradia no município.

As famílias beneficiadas assinaram, com a Prefeitura, um Contrato de Cessão Real de Uso em 23 de janeiro de 2008. De acordo com o contrato, ao final de 10 anos a Prefeitura facilita o repasse da escritura através do Departamento de Ações Administrativas. Juntamente, é realizado um trabalho de conscientização com os futuros moradores, através do Departamento de Ação Social. As duzentas famílias selecionadas participaram de um sorteio por cores. Nesse sorteio, foram definidas quais as cores (grupos) que receberiam primeiramente sua casa. O valor de cada moradia está orçado em R\$7.000,00, não sendo contabilizado o maquinário

utilizado da Prefeitura. Todo o material empregado na construção é adquirido diretamente no município, acertado previamente e distribuído entre as lojas de material de construção existente.

Além da construção de moradias, outra política habitacional do município é a construção de melhorias sanitárias domiciliares que beneficiarão 94 famílias. O objetivo da Prefeitura é oferecer condições básicas de saneamento, num total de 30 banheiros e 64 conjuntos de fossas e sumidouros, parceria da Prefeitura com a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. O investimento totaliza R\$ 250 mil, sendo R\$ 147 mil da FUNASA e R\$ 53 mil da Prefeitura Municipal. Os bairros beneficiados são: Vila Nova, Vila Jacinto, Mutirão dos Pinhos e São Miguel.

Podemos observar a atuação dos agentes locais na implantação de políticas habitacionais no município. Segundo Vainer (2001/02, p. 27), “a cidade, em primeiro lugar, constitui escala e arena possíveis de construção de estratégias *transescalares* e de sujeitos políticos aptos a operarem de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas”. Qualquer projeto de transformação do urbano irá exigir ações em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos.

O modo de ocupação do espaço da cidade ocorre a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver. As maneiras como as atividades irão se materializar na cidade dependerão de uma série de fatores. A diferenciação desses usos irá corresponder à divisão técnica e social do trabalho em um determinado momento histórico. O uso do solo urbano é feito de forma diferenciada pelos vários segmentos da sociedade.

A população de maior renda habita as melhores áreas, sejam as mais centrais, ou em grandes cidades, nas quais o centro torna-se o lugar da poluição, da insegurança; as mais distantes. Esses modos de ocupação do espaço pela sociedade são indicados pelo processo de reprodução do capital, baseados nos mecanismos de apropriação privada, ou seja, a ocupação do solo urbano é condicionada pelas classes sociais que atuam nesse espaço.

A política habitacional no Brasil, ao longo da sua trajetória, foi definida pela forte presença do Estado, através do Sistema Financeiro de Habitação e do Banco Nacional de Habitação, que estruturou uma rede de agentes financeiros privados, fortaleceu o mercado imobiliário e a indústria da construção, viabilizando a provisão de habitações para as classes médias e altas, fundamentalmente. O BNH

privilegiou a concentração de investimentos nas faixas de maiores rendimentos da população.

Atualmente, os Programas implementados pelo Governo Federal buscam recompor a política habitacional no país através da descentralização, transferindo responsabilidades aos estados e municípios e atender prioritariamente as camadas de população de baixa renda, como pode ser observado através do número de Programas visando a população com renda mensal de até três salários mínimos.

No caso de Santa Vitória, essa estrutura de classes e, conseqüentemente, sua diferenciação residencial, tem origens já na própria consolidação do município. Se levarmos em conta que tínhamos uma sociedade formada basicamente por uma aristocracia rural, de um lado, e os camponeses, de outro. De acordo com Corrêa (1989, p. 62), “da localização diferenciada no espaço urbano destas classes sociais fragmentadas, emerge a segregação residencial da cidade capitalista”.

A distribuição espacial dos habitantes no interior da cidade, a necessidade de morar estará associada ao preço da terra e à possibilidade de seu pagamento pelo indivíduo (VIEIRA, 2005). A cidade mostra-se assim, como a materialização espacial das desigualdades sociais na sociedade.

### *3.5 DIFERENTES ESCALAS DE ATUAÇÃO*

Segundo Fischer (2002), os elos cognitivos entre poderes locais, desenvolvimento e gestão são evidentes no período atual, em que o poder ganha significados inéditos. Múltiplas escalas estão presentes, nas quais os atores sociais envolvem-se em relações com diversos níveis de governo, comunidades, agentes financeiros locais e nacionais. A expansão da população urbana faz surgir novos atores sociais, que trazem conseqüências políticas importantes, inclusive decisões concretas que resultam em políticas públicas que impactam o espaço urbano e a vida do cidadão.

Dessa forma, a análise da escala não substitui a dos processos. Porém, optar por uma escala de análise implica definir um modo e um campo de

comparações. Devemos lembrar, entretanto que “qualquer projeto (estratégia) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos” (VAINER, 2001/02, p.25).

As formas de dominação e acumulação que caracterizam uma cidade não podem ser desvendadas sem um olhar para suas articulações regionais, nacionais e também internacionais. A tentativa de analisar de que forma as coalizões dominantes locais se articulam horizontal e verticalmente implica pensar que a política local deve ser idealizada como parte de uma estratégia *transescalar* (VAINER, 2001/02), ou seja, reconhecer que a escala local não encerra em si senão parte dos desafios a serem enfrentados.

Nesse sentido, torna-se importante analisar quais escalas, ou seja, agentes sociais e relações de poder, que atuam em determinado local. No caso de Santa Vitória do Palmar, é visível a ação dos agentes locais na busca do desenvolvimento do município e garantia das condições básicas à população.

A análise dos poderes locais remete, então, à correlação de forças por meio das quais se estabelecem alianças e conflitos entre os atores sociais, bem como à formação de identidades e práticas de gestão específicas na construção do desenvolvimento social.

O Estado subsidia a reprodução da força de trabalho através dos planos de habitação popular e da incorporação da mão-de-obra da população a ser beneficiada na execução dos programas habitacionais. Nesse sentido, o Estado passa a se apropriar de um recurso de subsistência da população menos favorecida, viabilizando, assim, o rebaixamento do custo das obras.

A atuação dos agentes privados, a evolução dos mercados fundiários e imobiliário e as políticas habitacionais do Estado estabelecem as condições de acesso da população à terra e à habitação. Diferentes agentes sociais estão envolvidos na construção das moradias (as associações de moradores como agentes sociais, o papel da Igreja e dos partidos políticos), que se diferenciam enquanto públicos e/ou privados, mas, também, pela especificidade de suas ações, pela importância política, social e econômica de que são revestidos.

Regredindo temporalmente nossa análise, verificamos que as políticas habitacionais em Santa Vitória do Palmar iniciaram no governo de Artur Rocha Corrêa-PMDB (1989-1992), que construiu 98 residências no Bairro Coronel

Brasiliano Corrêa, denominado de Mutirão pelo fato de ter sido construído em parceria com os futuros moradores e apoio técnico de profissionais da Prefeitura Municipal. Como parte da infraestrutura no entorno das novas moradias foi construída também uma escola de ensino fundamental completo, o que possibilitou o acesso não apenas dos novos moradores, mas dos locais mais próximos, visto que o bairro até essa data não possuía uma escola tendo essa população de recorrer à Escola Estadual Abílio Azambuja, distante aproximadamente 1 km, ou dirigir-se para Escola Municipal Fernando Ferrari, distante 3 km através de transporte público.

Percebemos aqui a intenção de construir e/ou adequar a infraestrutura de serviços públicos para a população dos bairros e vilas do município, que nessa época aumentava frente à dispensa de mão-de-obra nas granjas. Em todo bairro ou vila foi instalada uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, uma creche para Educação Infantil e um posto de saúde. Nos bairros onde já existiam tais ofertas, a estrutura física dos prédios sofreu manutenção ou ampliação, podendo ser citadas: na Vila Jacinto a ampliação da Escola Osvaldo Anselmi, construção de prédio próprio da creche (antes localizada em prédio cedido pela comunidade) e construção do posto de saúde, sendo que as três repartições públicas estão localizadas bem próximas, o que facilitou o acesso da população; no bairro Aviação é construída a Escola Municipal Oriente Garcia; no bairro Coxilha foi construída a creche de educação infantil para onde foi transferida a estrutura da antiga creche que funcionava junto ao hospital, inclusive em prédio cedido por essa entidade.

Outro bairro que passou a ter estrutura planejada foi o “Mutirão dos Pinhos”. Quando do projeto e captação dos recursos para construção das moradias, já contava com verba destinada para construção de escola municipal e escola de educação infantil, a qual só veio a ser construída no ano de 2008 junto com a construção do primeiro lote de moradias, e a escola de ensino fundamental na gestão do Partido dos Trabalhadores.

Após o primeiro mandato de Artur Rocha Corrêa, em 1992, ocupou um segundo mandato José Luiz Marzulo Patella, do PMDB, o qual destinou a estrutura e o organograma da Prefeitura Municipal e suas secretarias, imprimindo caráter técnico e empresarial ao serviço público, substituindo mão-de-obra pouco ou não qualificada por mão de obra terceirizada. Nessa gestão, foi firmado convênio com a Fundação Universidade do Rio Grande e implantação do programa de Qualidade

Total, gerenciado pela mesma Universidade através de cursos e treinamentos para todos os funcionários do município.

Outra característica desse mandato era a economia e gestão dos recursos, como, por exemplo, a não-aquisição de bens duráveis e sim a locação de caminhões e automóveis, o que possibilitava a economia na manutenção, fato, porém, criticado por não dispor o município de meios de transporte. Durante esse período, todo transporte público escolar era ofertado pelas duas empresas de transporte locais, e custeados pela Prefeitura Municipal.

Em seu terceiro mandato (ano de 2000), Artur Fernando Rocha Correa, eleito dessa vez pelo Partido Democrático Trabalhista (partido esse dirigido pelo agropecuarista Gercy Castro Soares), ampliou escolas e postos de saúde em todos os bairros e no interior do município. Nessa gestão, o Poder Público Municipal passa a assumir todas as despesas com as escolas municipais localizadas dentro das granjas, escolas essas antes mantidas pelas mesmas, ficando somente a cargo do poder público o pagamento da mão-de-obra. Essas escolas, em sua maioria, foram inclusive construídas com recursos dos granjeiros, que se responsabilizavam pela merenda, manutenção e, em muitos casos, pela complementação de salários dos professores do município.

Ainda em relação às políticas habitacionais, nos anos 2000-2001 foram construídas 284 moradias no bairro denominado popularmente de Mutirão dos Pinhos.

Atualmente, na gestão de Cláudio Fernando Brayer Pereira (PT), há oito programas habitacionais em curso no município que buscam atender prioritariamente à população de baixa renda. Além da construção de moradias populares, há outras políticas públicas que tornam visível a atuação de diferentes escalas:

→ A aquisição direta do pescado realizada pela Prefeitura Municipal para as famílias cadastradas no programa Fome Zero do Governo Federal.

→ A construção da fábrica de gelo e da sala de filetagem no Porto e na Vila Anselmi (inaugurada em 07/04/2008), beneficiando 200 pescadores do município. Nas obras, foram investidos R\$ 555 mil, sendo R\$ 382 mil de recursos federais e R\$ 173 mil da Prefeitura. “As agroindústrias irão beneficiar cerca de 350 famílias de pescadores do município” (JORNAL LIBERAL, 12/04/08).

→ O Centro Público de Economia Solidária que proporciona capacitação de produtores, comercialização e divulgação de produtos de economia solidária, iniciativa da Prefeitura com Governo Federal, Ministério do Trabalho/Secretaria Nacional de Economia Solidária-Senaes e Fundação Banco do Brasil.

→ A Usina de Leite, inaugurada no dia 05/12/2007, funciona junto às instalações da antiga Escola Agrícola do município. A obra totalizou R\$ 297 mil, sendo R\$ 142 mil de recursos do Governo Federal (Ministério da Integração Nacional) e R\$ 155 mil de recursos próprios da Prefeitura Municipal, investidos em equipamentos e obras de infraestrutura. O leite abastece mercados e programas sociais do município.

→ A UAB – Universidade Aberta do Brasil – projeto criado pelo Ministério da Educação. Segundo o Jornal Vitoriense (15/08/07), “apenas 5% dos municípios brasileiros conseguiram a UAB, sendo que Santa Vitória do Palmar foi beneficiada”.

→ A Reforma do Porto (prédio entregue dia 30/05/08 à comunidade), projeto elaborado pela Universidade Católica de Pelotas. Os recursos para execução do projeto totalizam R\$ 306 mil, sendo R\$ 250 mil do Ministério do Turismo/Governo Federal e R\$ 56 mil de recursos da Prefeitura (JORNAL LIBERAL, 20/10/07).

→ Instalação de um posto no município da Cooperativa de Crédito Rural – Crehnor Sul –, proporcionando acesso ao crédito rural, habitacional e pessoal para pequenos agricultores e assentados da reforma agrária.

→ Construção de açudes aos pequenos produtores, parceria da Prefeitura Municipal com o Governo do Estado, no programa de Microaçudes – Pró Irrigação da Secretaria Extraordinária da Irrigação e Usos Múltiplos da Água.

É possível percebermos, através dessas políticas públicas a aliança direta com o Governo Federal (escala nacional), bem como uma inversão do poder local. A gestão atual (PT) não representa um poder majoritário na cidade em termos de poder econômico e político, portanto a estratégia encontrada é recorrer a alianças externas<sup>32</sup>.

Várias das políticas públicas em andamento no município buscam atender a pequenos proprietários, na tentativa de manter essas pessoas no campo,

---

<sup>32</sup> Segundo o Jornal Liberal (12/01/2008), no ano de 2007 a Prefeitura Municipal totalizou quase R\$4milhões em projetos empenhados junto ao governo federal.

bem como os trabalhadores excluídos do processo de produção. Um exemplo são as Frentes de Trabalho, alternativa da Prefeitura Municipal em utilizar trabalhadores que se aglomeram na cidade, pressionando o Poder Público Municipal em relação à infra-estrutura, emprego e renda.

Historicamente, o poder local em Santa Vitória do Palmar esteve relacionado à terra. Analisando desde o ano de 1892, quando o município passou a ser administrado por um intendente, e posteriormente os prefeitos que assumiram o comando da Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar<sup>33</sup>, percebe-se a representatividade que a terra exercia na esfera de poder do município. Mesmo os italianos sendo prósperos economicamente no urbano, a personificação do poder continuava na terra, que determinava o poder político da cidade. As famílias nobres adquirem o monopólio do governo e, dessa forma, a vida política reflete as hierarquias que caracterizam a composição social local.

Esse fato é perceptível em Santa Vitória do Palmar pela formação de grupos que se revezavam no poder, bem como pela alternância dos mesmos nomes no cargo de Prefeito do município. Todos os prefeitos que ocuparam o cargo possuíam alguma ligação com o campo, direta ou indiretamente, no caso de herdeiros de grandes proprietários rurais. Mesmo os nomeados ou indicados, tinham ligação direta com o poder financeiro e o poder público assumido frente à Prefeitura Municipal. Foge à regra Hugo Guimarães Soares, prefeito no período 1979-85, cuja

---

<sup>33</sup> Somente no ano de 1892, o município de Santa Vitória do Palmar passaria a ser administrado por um intendente, o Cel. Augusto Álvaro de Carvalho, substituído em 1896 pelo Cel. José Soares de Azambuja, primeiro intendente eleito e representante dos pecuaristas da localidade. Na sequência de intendentes teremos: em 1900, Emígdio Rodrigues Correa; 1904, Antônio Theodoro Alves Nunes; 1909, Manuel Vicente do Amaral, reeleito em 1912; 1916, Cel. Egídio Borges da Silveira; 1920, Manuel Vicente do Amaral; 1924, Mário Teixeira de Mello; 1928, José Bernardino de Souza Castro, último intendente da República Velha. No ano de 1933, Brasiliano Faustino Correa foi nomeado prefeito, sendo substituído em 1936 por Osmarino de Oliveira Terra, ruralista do município, que venceu a eleição pelo Partido Republicano Liberal. Em 1940, assume a Prefeitura Guilherme de Souza Castro, sendo substituído em 1946 por Theonilo Soares da Costa (substituto nomeado). Em 1947, Osmarino de Oliveira Terra, volta à Prefeitura através do voto popular pela UDN União Democrática Nacional. A coligação PTB-PSD elegeu o novo prefeito para os períodos 1952/56, João de Oliveira Rodrigues, e 1956/59, Francisco Osvaldo Anselmi. Em 1956/59, Conrado Alves Guimarães vence as eleições pela coligação UDN-PSD-Partido Libertador. As eleições para sua sucessão foram vencidas por João de Oliveira Rodrigues – PTB, que governaria o município de 1960 a 1969, quando foi nomeado pelo Governo do Estado o Cel. José Carlos Menna Barreto Lampert. Em 1976 assume a Prefeitura Aury de Oliveira, substituído em 25/07/1979 por Hugo Guimarães Soares (PDS) até 31/12/1985. Na sequência dos governos teremos: em 1984, José Luiz Patella (PMDB); 1988, Artur Fernando Rocha Corrêa (PMDB); 1992, José Luiz Patella (PMDB); 1996, Artur Fernando Rocha Corrêa (PDT/PSDB), reeleito em 2000; em 2004, Claudio Fernando Brayer Pereira pela coligação PT/PMDB, reeleito em 2008 pelo PT.

relação com o campo não era pessoal ou direta. Porém, pertencia ao partido PDS, autêntico representante dos ruralistas no município e no Estado.

Nos últimos anos, observa-se uma alteração na situação política da cidade: no ano de 2004 foi eleito um representante do Partido dos Trabalhadores, partido historicamente ligado a grupos de esquerda<sup>34</sup>. Esse fato representa uma mudança nos grupos de poder tradicionais do município. Santa Vitória do Palmar foi precursora de um processo que nas últimas eleições ocorreu em outros municípios do sul do estado do Rio Grande do Sul: Jaguarão, Candiota, Pinheiro Machado, Pedro Osório – municípios que possuem uma formação semelhante à Santa Vitória do Palmar, ou seja, historicamente áreas de grandes propriedades e atividades ligadas ao campo.

Esse poder tradicional do município vinculado à terra acaba desagregando-se, levando a uma inversão do poder local. O fato de muitos trabalhadores agrícolas residirem atualmente na cidade quebra o vínculo do emprego com a granja, pois esses trabalhadores não dependem mais disso. Percebemos aqui a inversão do poder local e a atuação do Poder Público Municipal em prover esses trabalhadores e pequenos produtores, que muitas vezes aglomeram-se na cidade sem emprego ou renda.

Nesse sentido, verificamos que a política urbana é resultado das elites locais e do Estado, através de suas intervenções regulamentares, técnicas e financeiras, as quais se refletem na forma como a cidade organiza-se e como os diversos atores urbanos atuam, a cada momento, dentro da cidade, bem como as alianças possíveis com agentes externos.

---

<sup>34</sup> Concorreu à eleição coligado com o PMDB, partido tradicional que representava os ruralistas do município.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma leitura geográfica da cidade parte da idéia da cidade enquanto construção humana; produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza (CARLOS, 2004, p. 19).

Ao longo da pesquisa, nosso objetivo consistiu em analisar a paisagem urbana da cidade de Santa Vitória do Palmar como forma de explicar, através dela, as relações sociais que consolidam a estrutura atual. Inicialmente, buscamos trazer algumas considerações sobre o estudo da cidade e do urbano na história do pensamento geográfico, com a intenção de definir subsídios que nos auxiliassem a estudar a cidade em questão. Foi possível perceber que elementos como a relação cidade-campo e o interesse no estudo das pequenas cidades, entre outros, já eram frequentes em textos que reportam ao início da Geografia Urbana, demonstrando uma complexidade já existente nessas cidades.

Buscamos compreender, a partir da morfologia urbana, os processos de transformação da cidade, de sua estrutura e de sua paisagem. Verificamos que a estrutura urbana é resultante da ação conjunta da evolução histórica, das funções, da estrutura demográfica e também da morfologia urbana. Essa sinalizou um caminho para a análise do modo como o passado e o presente se constituem nas formas, revelando suas possibilidades e seus limites. Nesse sentido, o processo de reprodução do espaço urbano foi percebido, inicialmente, a partir das mudanças na morfologia.

Fundada em uma área de fronteira, traçada de forma quadricular, Santa Vitória do Palmar organizou-se através dos grandes proprietários que integraram a extensão de campos, definida originalmente como Campos Neutrais. A partir daí, originou-se a formação de um núcleo que integra as áreas do seu entorno. A cidade desenvolveu-se pouco a pouco como resultado de um processo de constituição de uma classe que, sendo dominante, estava livre das obrigações da produção direta. Dessa forma, a sociedade de classes precede à própria origem da

cidade. Essa surge da necessidade de exercer o poder de apropriação, de armazenamento e de controle do excedente, ou seja, como um local de mercado.

Num exame atual da paisagem urbana da cidade, é possível verificar que a mesma estrutura-se como a maior parte das cidades capitalistas, sendo que na sua morfologia permanecem aspectos de tempos históricos anteriores: distingue-se a área central, constituída pelo núcleo histórico do município, no qual permanecem ainda grandes sobrados no entorno da Praça General Andréa que remetem ao poder dos grandes estancieiros; algumas construções mais antigas hoje sendo utilizadas para outras funções; o local que concentra os serviços, o comércio em geral, apresentando os mais elevados preços da terra, decorrentes de sua utilização; os bairros residenciais; a periferia, cristalizada na paisagem através das moradias populares e constituída pela população de baixa renda, afastada do centro, com preços do solo mais baixos, locais esses que abrangem aquela população que migrou do campo em busca de melhores condições, ou simplesmente por falta de alternativas.

Na análise da evolução urbana da cidade, procuramos, através da história, explicar o crescimento da cidade: sua evolução econômica, social e política. Nossa intenção foi resgatar na história os elementos determinantes que definiram/definem a organização atual. Para isso, tornou-se necessário estabelecer uma relação entre o crescimento da população e as funções que a cidade adquiriu ou perdeu ao longo dos anos. Dentro do contexto histórico, julgamos pertinente salientar acontecimentos que alteraram as funções da cidade: a ocupação e a exploração do solo sob a forma de estâncias, entre o final do século XVII e a primeira metade do século XIX; a imigração de italianos, que consolidou o núcleo urbano, na segunda metade do século XIX; a introdução do cultivo de arroz no município e a construção da BR 471, na primeira metade do século XX; e a mecanização da lavoura de arroz, nas décadas de 1970 a 1990, que traz uma nova estruturação e dinâmica para o município, bem como a alteração de seus papéis urbanos. Esses processos coincidem com os períodos em que ocorreu o maior aumento de população no município.

Percebemos que, no século passado, os comerciantes que detinham um nível maior de renda, ao invés de investirem na indústria, adquiriam terras, visto que a sociedade era regida pelo poder da mesma. Os comerciantes italianos

prosperaram em Santa Vitória do Palmar devido à possibilidade de vender seu produto para uma classe em condições de consumi-los: os grandes proprietários fundiários.

A maior dinamização e crescimento urbano de Santa Vitória do Palmar coincidem com o período da introdução do cultivo de arroz no município, década de 1960 e posteriormente com a modernização da agricultura. Novas áreas são incorporadas ao espaço urbano; o traçado expandiu-se em direção leste, local onde estava sendo construída a rodovia BR 471. Dessa forma, áreas antes consideradas suburbanas foram incluídas ao perímetro urbano da cidade. Tem-se, então, uma redefinição dessas áreas, através da valorização fundiária e da especialização de uma série de serviços, que surgem para atender diretamente à produção agrícola, atraindo também população para o município. Conseqüentemente, o preço da terra aumenta nessas áreas redefinidas, obrigando aquela população que não possui uma renda satisfatória a ocupar terrenos mais afastados, o que contribuiu também para a expansão do perímetro urbano da cidade. Assim, novas áreas vão se estruturando para atender a essa população, que não possui condições de ocupar terrenos com uma maior gama de serviços e dotados de infraestrutura.

Verificamos que os agentes sociais responsáveis pela organização espacial da cidade não são os mesmos que atuam nas áreas rurais do município. No meio urbano, observa-se uma atuação maior dos agentes locais. No meio rural, os proprietários fundiários atuam por vezes como promotores imobiliários e proprietários dos meios de produção. No campo, há uma racionalidade que não é acompanhada pela cidade, que se organiza para atender o campo, ou seja, uma *cidade do campo*, como nos diz Milton Santos (1994). Santa Vitória do Palmar adaptou-se para atender ao campo. Esse, por outro lado, obtém da cidade a mão-de-obra necessária à sua produção, em períodos determinados do ano, e os serviços essenciais.

Quando analisamos a relação da cidade de Santa Vitória do Palmar com o campo, percebemos que essa apresenta ainda características de uma sociedade agrária, ou seja, a cidade constituiu o centro político que organiza o meio rural, mas depende dele, o verdadeiro setor produtor. Da mesma forma, trata-se também de uma sociedade urbana, na qual ocorre uma reorganização do meio rural através das máquinas e do desenvolvimento da tecnologia. No entanto, a cidade faz parte da divisão do trabalho, mas não acompanha essa dinamização observada no

campo. Nesse sentido, o campo, produtor de riqueza, modela a cidade para servir a sua finalidade. Santa Vitória do Palmar se constitui, assim, num *prolongamento rural* (QUEIROZ, 1978). Percebemos que o campo é mais urbano que a cidade em aspectos como o ritmo e a racionalidade da produção, enquanto a cidade permanece excluída desse processo.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2000), Santa Vitória do Palmar é o município gaúcho com maior desigualdade social. A renda apropriada pelos 10% mais ricos da população no ano de 2000 correspondia a 70,64%. Em 1991, o município figurava na posição 64º da lista de municípios do RS, com 51,47% da renda. Em 2000, correspondia ao 11º município para todos os municípios do Brasil. O percentual de renda apropriada pelos 80% mais pobres da população é de 23,44%. Santa Vitória do Palmar se estruturou e cresceu com essa disparidade, o que resultou em uma população segregada, destinada a fazer serviços domésticos na cidade ou no campo com o gado. Quando o campo dispensa mão-de-obra, decorrência da mecanização da produção agrícola, a cidade torna-se residência dos trabalhadores agrícolas, portanto um *reservatório de mão-de-obra*.

As pequenas cidades representam espaços significativos para a sociedade local, pelas relações nela estabelecidas, pelos vínculos e significações que são escritas cotidianamente. As relações políticas também guardam especificidades, como a formação de grupos que se revezam no poder, alternando muitas vezes os mesmos nomes. Nossa intenção na pesquisa não foi estabelecer um conceito rígido sobre pequenas cidades, mas utilizar essa denominação a partir do critério de funcionalidade. Santa Vitória do Palmar é definida como uma pequena cidade não apenas pelo número de habitantes, mas sim pelo seu papel secundário em relação às áreas agrícolas modernizadas do seu entorno.

Através da análise da paisagem urbana, percebemos que a construção de moradias populares é a mudança mais perceptível na cidade. Ao longo da pesquisa, realizamos um esforço na tentativa de analisar o conceito de habitação. Essa se define como um bem que possui um sentido social. *Habitar*, analisado enquanto atividade-obra, é diferente de *habitat*, para o qual a casa é reduzida apenas à função de mercadoria. Dessa forma, a habitação vai se reduzindo a abrigo e o direito à cidade acaba se reduzindo enquanto direito à moradia.

Onde morar e de que maneira morar define-se como a forma mais visível das diferenças de classe no espaço da cidade. Dessa forma, a paisagem urbana cristaliza essas diferenças sociais, espaciais e econômicas, que se traduzem em relação às diferentes características dessas moradias, bem como sua distribuição nos diferentes bairros da cidade. A segregação socioespacial também se manifesta na paisagem urbana das pequenas cidades, apesar do tamanho reduzido da população. Mesmo com peculiaridades, ela se configura em diferentes realidades urbanas.

As políticas habitacionais em Santa Vitória do Palmar iniciaram ainda na década de 1970, porém nos últimos anos é perceptível a mudança na paisagem urbana em relação à construção de moradias populares por parte do Poder Público Municipal. Essas mudanças fazem parte do resultado contraditório da pressão populacional na cidade provocada pela dispensa de mão de obra da agricultura verificada no município. A partir da década de 1970, a cidade sofreu um adensamento com a finalização da BR 471 e com as modificações ocasionadas pela modernização da agricultura. Vários loteamentos/arruamentos são delimitados na cidade, sendo visível que não há uma relação direta desses atores com o poder da terra.

Essa mudança na paisagem urbana também é um reflexo das mudanças processadas nos grupos de poder tradicionais da cidade. Nos últimos anos, é aparente a mudança no poder local da cidade. A terra deixa de representar a única forma de poder. Exemplo disso são as mudanças na política local da cidade, com a inversão nos grupos de poder tradicionais. O vínculo do emprego nas granjas é quebrado, e essa população migra para a cidade. A política habitacional, bem como outras políticas públicas em curso no município é o exemplo concreto dessa inversão.

Mas ao mesmo tempo em que percebemos essa mudança na paisagem urbana, a cidade também não demonstra alterações maiores na sua estrutura social: o *tempo lento* ainda permanece, bem como o *isolamento* em relação aos centros maiores. A cidade tem ainda na pecuária e na produção do arroz o suporte maior de sua economia.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber a atuação dos agentes locais, bem como de diferentes escalas (local, nacional), o que possibilitou

transformações na estrutura da cidade. Esses atores atuam em ritmo menos acentuado do que o ocorrido na década de 1960 com a orizicultura, período de mudanças acentuadas na estrutura e dinâmica da cidade. Contudo, são responsáveis por transformações principalmente no poder político local e de novos rumos e alternativas à população.

Verificamos que o espaço da cidade reorganiza-se, e as formas presentes na paisagem urbana traduzem essas novas relações existentes na sociedade. Nesse sentido, as políticas habitacionais em curso imprimem, na paisagem urbana, a materialização dessas mudanças percebidas nas relações sociais do município.

Esta pesquisa buscou analisar a questão do espaço urbano tendo como base a pequena cidade. Vários estudos teóricos sobre o tema em questão têm como referencial a metrópole ou as grandes cidades. No entanto, as pequenas cidades representam espaços significativos pelas relações nelas estabelecidas, fato este demonstrado desde os primeiros estudos urbanos no Brasil. Nesse sentido, buscamos compreender como as relações de produção estruturam-se em uma cidade local e como ocorrem as relações sociais neste espaço, considerando suas peculiaridades.

Sem a intenção de esgotarmos o assunto, esperamos que esta pesquisa contribua para o entendimento da estrutura atual da cidade. Novas perspectivas se abrem em relação aos papéis a serem delineados para Santa Vitória do Palmar, o que nos estimula a novas interrogações para pensar a organização da cidade e seus reflexos na paisagem urbana.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M.A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, A.F.A. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. p.199-322.

ALCALÁ, L.C. **La cuestión residencial**: bases para una sociología del habitar. Madrid: Editorial Fundamentos, 1995.

AMARAL, A. **Os campos neutrais**. Barão do Triunfo: Planus Artes, [1970?].

ARRETCHE, M. Relações federativas nas políticas sociais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, set. 2002. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br/revista/rev/rev80.htm>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

ASCHER, F. **Los nuevos principios del urbanismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

AZAMBUJA, P. **Santa Vitória: um município do Prata**. Santa Vitória do Palmar: Jerivaçu, 1992.

\_\_\_\_\_. **História das terras e mares do Chui**. Caxias do Sul: ECUS, 1978.

AZEVEDO, S. Política de habitação popular e subdesenvolvimento: dilemas, desafios e perspectivas. In: DINIZ, E. (Org.). **Políticas públicas para áreas urbanas**: dilemas e alternativas. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.67-114.

BERNADELLI, M.L.F. da H. **Pequenas cidades na região de Catanduva-SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

BERNARDES, L.M.C. Cultura e produção de arroz no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.16, n. 4, p.403-438, out./dez. 1954.

BLOTA, T. **Santa Vitória**. Caxias do Sul: Paulina, 1969.

BORGES, E. S. **Programas sociais no município de Santa Vitória do Palmar:** depoimento. Entrevistador: Lenize Rodrigues Ferreira. Santa Vitória do Palmar, 2009. 1 CD. (42 min.) Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado da entrevistadora.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Habitação – Guia Básico dos Programas Habitacionais:** direito à moradia, dez./2007. Brasília: Ministério das Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/biblioteca/publicacoes/GuiaBasicodosProgramasHabitacionais.pdf>. Acesso em 20 jun. 2009.

CALLAGE, R. Santa Victoria – A terra que Deus esqueceu... **O Vitoriense**, Santa Vitória do Palmar, 15 abr. 2008, p. 2.

CANDATEN, M. **Via principal já com várias unidades.** 2000. 1 fotografia, color.

CARDOSO, A.L. Política habitacional: a descentralização perversa. In: **Planejamento e território:** ensaios sobre a desigualdade. Cadernos IPPUR/UFRJ; DP&A, 2001/02. p.105-205.

CARLOS, A.F.A. Uma leitura sobre a cidade. In: \_\_\_\_\_. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004, p.17-34.

\_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **A cidade.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

\_\_\_\_\_. **A (re) produção do espaço urbano.** São Paulo: EUSP, 1994.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Tradução Allen Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, I.E. de. Do espaço político ao capital social. O problema da sobre-representação legislativa nos municípios pequenos. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.12, n. 2, p.56-72, mai./ago. 2007.

\_\_\_\_\_. **Geografia e política:** território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2005.

CORREA, R. L. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (org). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.25-34.

\_\_\_\_\_. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.E. de, GOMES, P.C. da C. e CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.15-47.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Cidades**, Presidente Prudente, v.1, n.1, p.119-146, jan./jun.2004.

ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai./ago. 2007.

\_\_\_\_\_. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006, 505f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

\_\_\_\_\_. Perspectivas sobre o urbano e o rural in: SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A.M.(Org.) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.11-31.

FAGNANI, E. População e bem-estar social no Brasil: 40 anos de ausência de política nacional de habitação popular (1964-2002). **Multiciência**, Campinas, n. 6, p.1-24, maio 2006.

FAMURS. **Informações municipais**. Disponível em: <<http://ww2.famurs.com.br/informacoesMunicipais>> . Acesso em 03 mar. 2008.

FEE. **FEE Dados**. Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel\\_modulo\\_pesquisa.asp](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp)> . Acesso em 03 mar. 2008.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p.12-32.

FONTOURA, L. F. M. A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.) **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p. 233-246.

FREHSE, F. Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história. **Tempo Social**. Revista Sociologia USP, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 169-184, nov. 2001.

GOMES, P.C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GONÇALVES, M.F. Processo de urbanização no Brasil: delimitação de um campo de pesquisa. In: **Espaço & Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, v.9, n. 28, p. 66-100, 1989.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HAESBERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HANNERZ, U. **Exploración de la ciudad: hacia una antropología urbana**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1993.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBGE. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 10 jan. 2009.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 10 mar.2009.

IRGA. **Dados de safra**. Disponível em: <<http://www.irga.rs.gov.br>>. Acesso em 27 fev. 2008.

KAUPATEZ, R.M.Z. Situação habitacional no Brasil e a utilização de processos de auto-ajuda e ajuda-mútua na produção de moradias. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 64, p.105-113, 2º sem. 1986.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, M.M.; MARTINS, J.S. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

\_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1971.

MARICATO, E. **Política habitacional no Regime Militar**: do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MELLO, T.F. **O município de Santa Victoria do Palmar**: estudo histórico, físico e político – notas estatísticas. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Americana, 1911.

MELO, M.A.B.C. Anatomia do fracasso: intermediação de interesses e a reforma das políticas sociais na Nova República. **DADOS**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p.119-163, 1993.

MELO, N.A. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MEO, G. D. **Géographie sociale et territories**. Paris: Nathan, 1998.

MONBEIG, P. O estudo geográfico das cidades. **Cidades**, Presidente Prudente, v.1, n.2, p.277-314, jul./dez. 2004.

MONTE-MÓR, R.L. A cidade e o urbano. In: BRANDÃO, C.A.L. (Org.) **As cidades da Cidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.185-197.

MORAES, A.C.R. A questão do sujeito na produção do espaço in: \_\_\_\_\_. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p.15-26.

MORAES, A.C.R. **Geografia pequena história crítica**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

NOGUEIRA, R.C. As singularidades do bairro na realização da cidade. **Geografares**, Vitória, v.1, n. 1, p.109-116, jun. 2000.

OLIVEIRA, B. S. de; SOARES, B. R. Cidades locais do triângulo mineiro e alto paranaíba/MG: algumas considerações. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.3, n. 5, p.52-72, fev. 2002.

OLIVEIRA, F. O vício da virtude. Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n.74, p.67-85, março 2006.

OLIVEIRA, J.P. de. **Levantamento sócio econômico e relação campo-cidade nos anos de 1970, 1980, 1990 no município de Santa Vitória do Palmar**. 2002. 41f. Monografia (Graduação) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2002.

OLIVEIRA, S. **Vista aérea parcial da cidade de Santa Vitória do Palmar**. 1997. 1 fotografia, color.

ORDOVÁS, M.J.G. **Políticas y estrategias urbanas: la distribución del espacio privado y público en la ciudad**. Madrid: Editorial Fundamentos, 2000.

PACHECO, M. Roteiro de Turismo no Rio Grande do Sul: Santa Vitória do Palmar. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p.7, 13 fev. 1951.

PARK, R.E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O.G. (org.). **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p.26-67.

PREFEITO autoriza início das obras de reforma do prédio do porto. **Jornal Liberal**, Santa Vitória do Palmar, 20 out. 2007, p.1.

PREFEITO Batata inaugura a primeira universidade pública da região. **O Vitoriense**, Santa Vitória do Palmar, 15 ago. 2007, p. 7.

PREFEITO Batata encerra 2007 com R\$ 4 milhões em projetos do governo federal. **Jornal Liberal**, Santa Vitória do Palmar, 12 jan. 2008, n. 2, p.8.

QUEIROZ, M.I.P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, A. W. Cotidiano, espaço e tempo de um antigo bairro paulistano: transformações da cidade e a dimensão do vivido. **Geosp**: espaço e tempo, São Paulo, n. 15, p.77-103, 2004.

RANDLE, P. H. **La ciudad pampeana**. 2. ed. Buenos Aires: Oikos, 1977.

RÉMY, J.; VOYÉ, L. **A cidade: rumo a uma nova definição?** 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

RODRIGUES, A. M.; SEABRA, M. Habitação e espaço social na cidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 64, p.19-58, 2º sem. 1986.

RODRIGUES, H. S. V. 150 Anos - passagem da história de uma grande terra. **Jornal Liberal**, Santa Vitória do Palmar, p.3, 29 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. **Recado aos mergulhões**. Quando o campo se organiza para preservar a produção: cooperativa de lãs de Santa Vitória do Palmar. 2008a. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <http://www.planetsul.com.br/htm/colunistas/colaboradores/homero/anteriores/060520081.htm>. Acesso em 14 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Recado aos mergulhões.** Ida Donato Castro: quando a vida é o seu grande motivo. 2008b. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <http://www.planetsul.com.br/htm/colunistas/colaboradores/homero/anteriores/140420081.htm>. Acesso em 14 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Recado aos mergulhões.** Atanagildo Setembrino Bonfim: um desbravador de nosso interior. 2008c. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <http://www.planetsul.com.br/htm/colunistas/colaboradores/homero/anteriores/231020061.htm>. Acesso em 14 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Recado aos mergulhões.** Porto de Santa Vitória do Palmar: corrigindo dois conceitos em razão da verdade. 2008d. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <http://www.planetsul.com.br/htm/colunistas/colaboradores/homero/anteriores/210320061.htm>. Acesso em 14 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Recado aos mergulhões.** Gimnasio Instituto Brasileiro fundado em 21 de novembro de 1916. 2008e. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <http://www.planetsul.com.br/htm/colunistas/colaboradores/homero/anteriores/170820041.htm>. Acesso em 14 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Recado aos mergulhões.** Nosso 1º transporte coletivo por terra. 2008f. Disponível em: <http://www.planetsul.com.br/htm/colunistas/colaboradores/homero/anteriores/040520041.htm>. Acesso em 14 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Recado aos mergulhões.** Os fatos importantes do fim do Império e do século XIX. 2008g. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <http://www.planetsul.com.br/htm/colunistas/colaboradores/homero/anteriores/270120042.htm>. Acesso em 14 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Recado aos mergulhões.** Organização político-administrativa de Santa Vitória do Palmar após sua fundação. 2008h. Disponível em: <http://www.planetsul.com.br/htm/colunistas/colaboradores/homero/anteriores/01072003.htm>. Acesso em 14 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Recado aos mergulhões.** Núcleos populacionais em nosso município antes da povoação de Andréa. 2008i. Disponível em: <http://www.planetsul.com.br/htm/colunistas/colaboradores/homero/anteriores/10062003.htm>. Acesso em 14 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Evolução de Santa Vitória do Palmar**: depoimento. Entrevistador: Lenize Rodrigues Ferreira. Santa Vitória do Palmar, 2008j. 1 CD. (110 min.) Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado da entrevistadora.

ROMA, C. M. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

RONCAYOLO, M. Cidade. In: **ENCICLOPEDIA Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda, 1986. p.396-487. v.8.

RONCHEZEL, J.A. Estado, divisão social do trabalho e habitação. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 64, p.5-17, 2º sem. 1986.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

SANTA Vitória inaugura quatro empreendimentos na área da pesca. **Jornal Liberal**, Santa Vitória do Palmar, 12 abr. 2008, n. 15, p.8.

SANTA VITÓRIA DO PALMAR. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de desenvolvimento territorial de Santa Vitória do Palmar**, 2006.

SANTA VITÓRIA DO PALMAR. Lei nº 4.178, de 07 de abril de 2008. Dá nomenclatura para os Bairros, da Cidade de Santa Vitória do Palmar-RS.

SANTA VITÓRIA DO PALMAR. Lei nº 2.715, de 03 de outubro de 1995. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo urbano da sede do município de Santa Vitória do Palmar e dá outras providências.

SANT'ANNA, M. J. G. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 91-99, jan./abr. 2003.

SANTOS, C.H.M. **Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília: IPEA, 1999.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004a.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004b.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994a.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, Anpur, 1994b. p. 15-28.

\_\_\_\_\_. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1988.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SCHAFFER, N. O. Urbanização: as áreas de fronteira e a integração latino-americana in: OLIVEIRA, N.; BARCELLOS, T. (Orgs.) **O Rio Grande do Sul urbano**. Porto Alegre: FEE, 1990. p.141-160.

SCHMIDT, B.V. **O Estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, L&PM, 1983.

SENNET, R. El capitalismo y la ciudad. In: MARTÍN RAMOS, A. (Ed.). **Lo urbano en 20 autores contemporâneos**. Barcelona: Edicions UPC, 2004, p.213-220.

SERPA, A. O bairro como discurso: limites e possibilidades. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 25-42.

SILVA, M.O.S. **Política habitacional brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

SOARES, P. R. R. **Del proyecto urbano a la producción del espacio**: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000). 2002. 507 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2002.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A.M. (Org.) **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.53-64.

SOUZA, M. J. L. de. O bairro contemporâneo: ensaio de uma abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.51, n. 2, p.139-172, abr./jun. 1989.

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da Costa; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116

SPOSITO, E.S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A.M.(org.) **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SUERTEGARAY, D.M.A. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**: Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales, Barcelona, n. 93, 15 de jul. 2001. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/nova5.htm>> Acesso em 12 maio 2008.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 2. ed. São Paulo: Polis, 1981.

VAINER, C.B. As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: **Planejamento e Território**. Ensaio sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR-UFRJ; DP&A, 2001/02. p.13-32.

VASCONCELOS, P.A. O pensamento sobre a cidade no período da institucionalização da Geografia (1870-1913). In: \_\_\_\_\_. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: Editus, 1999. p.49-95.

VEIGA, J.E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VIEIRA, S. G. **A cidade fragmentada**: o planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas. Pelotas: EDUFPEL, 2005.

VILAGRASA, J. El estudio de la morfología urbana: una aproximación. **Geocrítica**: Cuadernos Críticos de Geografía Humana, Barcelona, Año XVI, v.16, n. 92, mar. 1991. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/geo92.htm>> Acesso em 05 dez. 2008

WEBER, M. Conceitos e categorias da cidade in: VELHO, O. G. (Org.) **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.67-89.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O.G. (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p.90-113.



ANEXO A – A.E.I.S. – Áreas especiais de interesse social.

## ANEXO B

A tabela mostra os maiores produtores de arroz do estado. Como a posição dos municípios se alterna ao longo dos anos, aparecem listados em ordem alfabética. A indicação entre parênteses corresponde a posição que o município ocupou no ranking estadual referente aquele ano.

### Cultura do arroz: área plantada, quantidade produzida e rendimento médio: anos 1991 a 2007

		1991	1995	2000	2005	2007
Alegrete	Área plantada (ha)	43.010 (4°)	46.010 (4°)	43.800 (4°)	49.931 (4°)	47.500 (3°)
	Quantidade produzida (t)	204.265 (4°)	221.015 (5°)	193.200 (6°)	340.727 (4°)	346.750 (3°)
	Rendimento médio (kg/ha)	4.749	4.999	4.600	6.992	7.300
Itaqui	Área plantada (ha)	51.700 (3°)	71.000 (3°)	59.563 (2°)	57.423 (3°)	54.824 (2°)
	Quantidade produzida (t)	258.500 (3°)	355.000 (3°)	342.487 (2°)	368.619 (3°)	381.027 (2°)
	Rendimento médio (kg/ha)	5.000	5.000	5.750	6.900	6.950
Santa Vitória do Palmar	Área plantada (ha)	88.000 (1°)	90.000 (1°)	70.731 (1°)	75.000 (1°)	46.169 (4°)
	Quantidade produzida (t)	422.400 (1°)	423.000 (2°)	389.021 (1°)	412.500 (1°)	323.183 (4°)
	Rendimento médio (kg/ha)	4.800	4.700	5.500	5.500	7.000
Uruguaiana	Área plantada (ha)	81.000 (2°)	89.280 (2°)	58.290 (3°)	65.144 (2°)	58.095 (1°)
	Quantidade produzida (t)	421.200 (2°)	535.680 (1°)	305.674 (3°)	403.000 (2°)	444.659 (1°)
	Rendimento médio (kg/ha)	5.200	6.000	5.700	6.500	7.654

Fonte: Fundação de Economia e Estatística FEE-RS.  
Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br>. Acesso em 09.02.2009.